



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA  
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONALIZANTE EM POLÍTICAS  
PÚBLICAS**

**NELSON YOSHIO ITO SUZUKI**

**QUAL O EFEITO DA REFORMA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL SOBRE A  
FORMAÇÃO DOS JOVENS NO CURSO TÉCNICO EM ELETROTÉCNICA?  
ESTUDO DE CASO NO IFMT – CAMPUS CUIABÁ.**

**Recife - PE**

**2016**

**NELSON YOSHIO ITO SUZUKI**

**QUAL O EFEITO DA REFORMA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL SOBRE A  
FORMAÇÃO DOS JOVENS NO CURSO TÉCNICO EM ELETROTÉCNICA?  
ESTUDO DE CASO NO IFMT – CAMPUS CUIABÁ.**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissionalizante em Políticas Públicas da Universidade Federal de Pernambuco em parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, como requisito para obtenção do Título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Enivaldo Carvalho da Rocha

**Recife - PE**

**2016**

Catálogo na fonte  
Bibliotecária Maria Janeide Pereira da Silva, CRB4-1262

Z968e Suzuki, Nelson Yoshio Ito.  
Qual o efeito da reforma da educação profissional sobre a formação dos jovens no curso técnico em Eletrotécnica? : estudo de caso no IFMT – Campus Cuiabá / Nelson Yoshio Ito Suzuki. – 2016.  
88 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Enivaldo Carvalho da Rocha.  
Dissertação (mestrado profissional em políticas públicas) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Recife, 2016.  
Inclui referências e apêndices.

1. Ciência política. 2. Política pública. 3. Ensino profissional. 4. Reforma do ensino. 5. Eletrotécnica. 6. Mundo do trabalho. 7. Instituto Federal do Mato Grosso. I. Rocha, Enivaldo Carvalho da (Orientador). II. Título.

320 CDD (22.ed.) UFPE (BCFCH2016-111)

**QUAL O EFEITO DA REFORMA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL SOBRE A  
FORMAÇÃO DOS JOVENS NO CURSO TÉCNICO EM ELETROTÉCNICA?  
ESTUDO DE CASO NO IFMT – CAMPUS CUIABÁ.**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissionalizante em Políticas Públicas da Universidade Federal de Pernambuco em parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, como requisito para obtenção do Título de Mestre.

**Aprovada em: 28/09/2016.**

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Enivaldo Carvalho da Rocha - UFPE

---

Prof. Dr. Dalson Britto Figueiredo Filho - UFPE

---

Prof. Dr. José Mario Wanderley Gomes - UNICAP

## **DEDICATÓRIA**

À minha família, em especial, à minha esposa Margarete, exemplo de mulher e companheira de todos os momentos, meus filhos, Patrícia e Gustavo, Fernanda e Paulo e aos meus queridos netos Julia, Guilherme, Eduarda e Mariana, por estarem sempre ao meu lado, alegrando-me, inspirando-me, motivando-me, dando real sentido à minha vida pessoal e profissional.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente a Deus, que sempre me iluminou nas escolhas profissionais.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Enivaldo Carvalho da Rocha, pela amizade, confiança e estímulo na elaboração, execução e desafios desta pesquisa.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissionalizante em Políticas Públicas da Universidade Federal de Pernambuco, em especial aos Professores, Dr<sup>a</sup>. Mariana Batista da Silva e Dr. Dalson Britto Figueiredo Filho.

Aos colegas servidores, Daniel Pina Maciel, Dirlene Ramalho da Silva e ao pedagogo Ivo da Silva, pela forma peculiar que me auxiliaram neste estudo de caso, compartilhando conhecimentos e fornecendo dados para elaboração e execução da minha pesquisa.

A toda a minha equipe de gestão do IFMT – Campus Cuiabá, pelo apoio e estímulo nesta caminhada.

A todos os servidores do Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissionalizante em Políticas Públicas da Universidade Federal de Pernambuco, em especial à servidora Mariana Correia.

À Universidade Federal de Pernambuco e ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, pelo convênio firmado, oportunizando, desta forma, a realização deste Mestrado Profissional.

## **RESUMO**

Qual o efeito das reformas da educação sobre a formação profissional? Esta dissertação analisa as consequências das diversas transformações ocorridas através dos Decretos 2.208/97 e 5.154/04 e da Lei 11.892/2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. A metodologia utilizada pretende analisar especificamente o curso técnico em Eletrotécnica de nível médio e pós-médio (subsequente) através de identificação e análise documental, questionários e entrevistas, para testar as seguintes hipóteses: 1. A descontinuidade e as mudanças na política de educação profissional resultaram em profissionais menos preparados? 2. A alteração dessa política aumentou a inclusão desses egressos no mundo do trabalho? A pesquisa confirmou os levantamentos preliminares de que a reforma criou perplexidade em diversos segmentos da Instituição, em função da nova estrutura imposta à educação profissional – a relação educação-trabalho-mercado. Com este trabalho esperamos contribuir com a expansão, qualidade e referência da educação profissional brasileira.

**Palavras-chave:** Educação Profissional. Reforma. Mundo do Trabalho.

## **ABSTRACT**

What is the effect of education reforms on vocational training? This dissertation analyzes the consequences of the various transformations through Decree 2.208 / 97 and 5.154 / 04 and Law 11,892 / 2008, which established the Federal Professional Education Network, Science and Technology. The methodology used is intended to specifically analyze the technical course in mid-level Electrotechnical and post-secondary (subsequent) through identification and document analysis, questionnaires and interviews, to test the following hypotheses: 1. Discontinuity and changes in education policy resulted in less trained professionals? 2. This policy change increased the inclusion of these graduates in the working world? The survey confirmed the preliminary surveys that reform has created confusion in various segments of the institution, due to the new structure imposed on professional education - the relationship education-labor market. With this work we hope to contribute to the expansion, quality and reference of the Brazilian professional education.

**Keywords:** Professional Education. Reform. the World of Work.

## SUMÁRIO

|                                                                                                                                                    |           |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO.....</b>                                                                                                                             | <b>14</b> |
| <b>CAPITULO I</b>                                                                                                                                  |           |
| <b>A CONTEXTUALIZAÇÃO DA REFORMA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL.....</b>                                                                                 | <b>15</b> |
| <b>1.1 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO BRASIL.....</b>                                                                         | <b>24</b> |
| <b>CAPÍTULO II</b>                                                                                                                                 |           |
| <b>CONTRIBUIÇÕES LITERÁRIAS NO CONTEXTO DA INVESTIGAÇÃO.....</b>                                                                                   | <b>28</b> |
| <b>2.1 GLOBALIZAÇÃO E O NOVO MODELO PEDAGÓGICO PARA O MUNDO DO TRABALHO.....</b>                                                                   | <b>31</b> |
| <b>CAPÍTULO III</b>                                                                                                                                |           |
| <b>APRESENTAÇÃO DA METODOLOGIA E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....</b>                                                                                   | <b>35</b> |
| <b>3.1 INFLUÊNCIA DA REFORMA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA MUDANÇA DO CURRÍCULO DO ELETROTÉCNICO DO IFMT – CAMPUS CUIABÁ.....</b>                    | <b>43</b> |
| <b>3.1.1 Análise documental – Banco de dados do Q-Acadêmico do IFMT – Campus Cuiabá.....</b>                                                       | <b>43</b> |
| <b>3.1.1.1 Perfil subsequente e integrado.....</b>                                                                                                 | <b>43</b> |
| <b>3.1.1.1.2 Sexo.....</b>                                                                                                                         | <b>45</b> |
| <b>3.1.1.1.3 Situação.....</b>                                                                                                                     | <b>47</b> |
| <b>3.1.2 Aplicação de questionário para análise quanto à inserção do estudante no mercado de trabalho.....</b>                                     | <b>50</b> |
| <b>3.1.2.1 Resultados e discussões.....</b>                                                                                                        | <b>51</b> |
| <b>3.2 VISÃO DOS PROFESSORES E TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS SOBRE A REFORMA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E SUA IMPLANTAÇÃO NO IFMT – CAMPUS CUIABÁ.....</b> | <b>58</b> |
| <b>3.2.1 Metodologia.....</b>                                                                                                                      | <b>58</b> |
| <b>3.2.2 Resultados e discussões.....</b>                                                                                                          | <b>58</b> |
| <b>3.2.2.1 Mudanças que contribuíram para o atendimento às demandas dos cidadãos, do mercado de trabalho e da sociedade.....</b>                   | <b>58</b> |
| <b>3.2.2.2 Percepção da sociedade sobre a reforma da educação profissional no</b>                                                                  |           |

|                 |                                                                                                                    |           |
|-----------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
|                 | <b>IFMT – Campus Cuiabá.....</b>                                                                                   | <b>61</b> |
| <b>3.2.2.3</b>  | <b>Mudanças que ocorreram na estrutura curricular e de funcionamento.....</b>                                      | <b>63</b> |
| <b>3.2.2.4</b>  | <b>Dificuldades observadas na flexibilização dos currículos com a modularização do ensino médio e técnico.....</b> | <b>64</b> |
| <b>3.2.2.5</b>  | <b>Organização didática no subsequente.....</b>                                                                    | <b>66</b> |
| <b>3.2.2.6</b>  | <b>Opinião sobre as modalidades de ensino.....</b>                                                                 | <b>70</b> |
| <b>3.2.2.7</b>  | <b>Facilidades e dificuldades no acesso, permanência e êxito dos alunos nos cursos subsequentes.....</b>           | <b>72</b> |
| <b>3.2.2.8</b>  | <b>Percepção do papel de educação profissional com o mercado de trabalho.....</b>                                  | <b>73</b> |
| <b>3.2.2.9</b>  | <b>IFMT - Campus Cuiabá como referência de qualidade em educação profissional.....</b>                             | <b>76</b> |
| <b>3.2.2.10</b> | <b>Necessidades, tendências e perspectivas da educação profissional.....</b>                                       | <b>78</b> |
|                 | <br>                                                                                                               |           |
|                 | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>                                                                                   | <b>81</b> |
|                 | <br>                                                                                                               |           |
|                 | <b>REFERÊNCIAS .....</b>                                                                                           | <b>86</b> |
|                 | <br>                                                                                                               |           |
|                 | <b>APÊNDICE.....</b>                                                                                               | <b>89</b> |

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1 - Quantidade de alunos ingressantes nos cursos integrados e subsequentes de eletrotécnica de 2010/1, 2011/1 e 2012/1 no IFMT - Campus Cuiabá (%).....43**
- Figura 2 - Quantidade de alunos ingressantes nos cursos integrantes de eletrotécnica de 2010/1, 2011/1 e 2012/1 no IFMT - Campus Cuiabá por sexo (%).....44**
- Figura 3 - Quantidade de alunos ingressantes nos cursos subsequentes de eletrotécnica de 2010/1, 2011/1 e 2012/1 no IFMT - Campus Cuiabá por sexo (%).....45**
- Figura 4 - Quantidade de alunos ingressantes nos cursos integrado e subsequentes de eletrotécnica de 2010/1, 2011/1 e 2012/1 no IFMT - Campus Cuiabá por sexo (%).....46**
- Figura 5 - Proporção dos que concluíram o curso de eletrotécnica no IFMT - Campus Cuiabá e responderam o questionário por classificação do curso (%).....50**
- Figura 6 - Ocupação dos concluintes nos cursos subsequente e integrado de eletrotécnica de 2010/1, 2011/1 e 2012/1 no IFMT - Campus Cuiabá (%).....52**
- Figura 7 - Ocupação dos concluintes no curso integrado de eletrotécnica de 2010/1, 2011/1 e 2012/1 no IFMT - Campus Cuiabá.....52**
- Figura 8 - Ocupação dos concluintes no curso subsequente de eletrotécnica de 2010/1, 2011/1 e 2012/1 no IFMT - Campus Cuiabá (%).....53**
- Figura 9 - Porcentagem de egressos que concluíram os estudos das turmas subsequentes e integrados de eletrotécnica de 2010/1, 2011/1 e 2012/1 no IFMT - Campus Cuiabá de acordo com o nível que trabalha na área (%).....54**

## LISTA DE TABELAS

|                                                                                                                                                                                                |           |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>Tabela 1 - Quantidade de alunos ingressantes nos cursos integrados e subsequentes de eletrotécnica de 2010/1, 2011/1 e 2012/1 no IFMT - Campus Cuiabá.....</b>                              | <b>42</b> |
| <b>Tabela 2 - Quantidade de alunos ingressantes nos cursos integrados e subsequentes de eletrotécnica de 2010/1, 2011/1 e 2012/1 no IFMT - Campus Cuiabá (%).....</b>                          | <b>43</b> |
| <b>Tabela 3 - Quantidade de alunos ingressantes nos cursos integrantes de eletrotécnica de 2010/1, 2011/1 e 2012/1 no IFMT - Campus Cuiabá por sexo (%).....</b>                               | <b>44</b> |
| <b>Tabela 4 - Quantidade de alunos ingressantes nos cursos subsequentes de eletrotécnica de 2010/1, 2011/1 e 2012/1 no IFMT - Campus Cuiabá por sexo (%).....</b>                              | <b>44</b> |
| <b>Tabela 5 - Quantidade de alunos ingressantes nos cursos integrados e subsequentes de eletrotécnica de 2010/1, 2011/1 e 2012/1 no IFMT - Campus Cuiabá por sexo (%).....</b>                 | <b>45</b> |
| <b>Tabela 6 - Quantidade de alunos ingressantes nos cursos subsequentes de eletrotécnica de 2010/1, 2011/1 e 2012/1 no IFMT - Campus Cuiabá de acordo com a situação (%)... </b>               | <b>46</b> |
| <b>Tabela 7 - Quantidade de alunos ingressantes nos cursos integrados de eletrotécnica de 2010/1, 2011/1 e 2012/1 no IFMT - Campus Cuiabá de acordo com a situação (%).....</b>                | <b>47</b> |
| <b>Tabela 8 - Quantidade de alunos ingressantes nos cursos integrados e subsequentes de eletrotécnica de 2010/1, 2011/1 e 2012/1 no IFMT - Campus Cuiabá de acordo com a situação (%).....</b> | <b>47</b> |
| <b>Tabela 9 - Quantidade de alunos ingressantes nos cursos integrado e subsequentes de eletrotécnica de 2010/1 no IFMT - Campus Cuiabá de acordo com a situação.....</b>                       | <b>48</b> |
| <b>Tabela 10 - Quantidade de alunos ingressantes nos cursos integrado e subsequentes de eletrotécnica de 2011/1 no IFMT - Campus Cuiabá de acordo com a situação.....</b>                      | <b>48</b> |
| <b>Tabela 11 - Quantidade de alunos ingressantes nos cursos integrado e subsequentes de eletrotécnica de 2012/1 no IFMT - Campus Cuiabá de acordo com a situação.....</b>                      | <b>49</b> |
| <b>Tabela 12 - Proporção dos que concluíram o curso de eletrotécnica no IFMT-Campus Cuiabá e responderam ao questionário por classificação do curso (%).....</b>                               | <b>50</b> |
| <b>Tabela 13 - Proporção dos que concluíram o curso de eletrotécnica no IFMT-Campus Cuiabá e responderam ao questionário por classificação do curso (%).....</b>                               | <b>50</b> |
| <b>Tabela 14 - Proporção dos que concluíram o curso de eletrotécnica no IFMT-Campus Cuiabá e responderam ao questionário por classificação do curso e ano de ingresso (%).....</b>             | <b>51</b> |
| <b>Tabela 15 - Ocupação dos concluintes nos cursos subsequentes e integrado de eletrotécnica de 2010/1, 2011/1 e 2012/1 no IFMT - Campus Cuiabá (%).....</b>                                   | <b>51</b> |

|                                                                                                                                                                                                                                               |           |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>Tabela 16 - Quantidade de concluintes que continuaram os estudos das turmas subsequentes e integrados de eletrotécnica de 2010/1, 2011/1 e 2012/1 no IFMT - Campus Cuiabá de acordo com a situação (%).....</b>                            | <b>54</b> |
| <b>Tabela 17 - Quantidade de concluintes que apenas estuda e que estuda e trabalha das turmas subsequentes e integrados de eletrotécnica de 2010/1, 2011/1 e 2012/1 no IFMT - Campus Cuiabá de acordo com o curso (%).....</b>                | <b>55</b> |
| <b>Tabela 18 - Quantidade de concluintes que trabalham das turmas subsequentes e integrados de eletrotécnica de 2010/1, 2011/1 e 2012/1 no IFMT - Campus Cuiabá de acordo o nível de atuação no mercado na área de eletrotécnica (%).....</b> | <b>56</b> |
| <b>Tabela 19 - Mudanças que contribuíram para o atendimento às demandas dos cidadãos, do mercado de trabalho e da sociedade.....</b>                                                                                                          | <b>59</b> |
| <b>Tabela 20 - Mudanças significativas na percepção da sociedade quanto à educação profissional, empreendida nos anos 90, no IFMT – Campus “Octayde Jorge da Silva”.61</b>                                                                    | <b>61</b> |
| <b>Tabela 21 - Relação das mudanças significativas na percepção da sociedade quanto à educação profissional, empreendida nos anos 90, no IFMT – Campus “Octayde Jorge da Silva”.....</b>                                                      | <b>61</b> |
| <b>Tabela 22 - Mudanças na estrutura e funcionamento do curso de eletrotécnica do IFMT – Campus “Octayde Jorge da Silva”.....</b>                                                                                                             | <b>61</b> |
| <b>Tabela 23 - Dificuldades observadas na flexibilização dos currículos com a modularização do nível médio e técnico.....</b>                                                                                                                 | <b>65</b> |
| <b>Tabela 24 - Opiniões mais frequentes sobre a organização didática nos cursos subsequentes.....</b>                                                                                                                                         | <b>66</b> |
| <b>Tabela 25 - Dificuldades mais frequentes na flexibilização dos currículos com a separação do nível médio e técnico.....</b>                                                                                                                | <b>68</b> |
| <b>Tabela 26 - Opinião a respeito das modalidades de ensino que mais contribuem para a formação do estudante.....</b>                                                                                                                         | <b>71</b> |
| <b>Tabela 27 - Dificuldades no acesso, permanência e êxito dos alunos subsequentes.....</b>                                                                                                                                                   | <b>73</b> |
| <b>Tabela 28 - Facilidades no acesso, permanência e êxito dos alunos subsequentes.....</b>                                                                                                                                                    | <b>73</b> |
| <b>Tabela 29 - Ideias mais recorrentes sobre o papel da educação profissional.....</b>                                                                                                                                                        | <b>75</b> |
| <b>Tabela 30 - Concepção das mudanças do IFMT – campus “Octayde Jorge da Silva”, como referência de qualidade em educação profissional.....</b>                                                                                               | <b>77</b> |
| <b>Tabela 31 - Necessidade de compreender o processo de expansão, tendência e perspectivas da Educação Profissional.....</b>                                                                                                                  | <b>79</b> |

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa analisa as consequências das transformações ocorridas no curso de eletrotécnica, oferecidos pelo IFMT – Campus Cuiabá “Octayde Jorge da Silva”, com especial atenção à inserção dos jovens egressos do curso técnico em eletrotécnica no mercado de trabalho. Optamos pelo curso de eletrotécnica por ser o mais antigo do IFMT – Campus Cuiabá, que em 2016 completou 50 anos e também o de maior empregabilidade em Mato Grosso.

O foco repousa sobre o processo de implantação das novas mudanças advindas dos Decretos 2.208/97 e 5.154/04 que regulamentaram o funcionamento das instituições escolares de ensino médio e profissional a partir de um novo modelo de Educação Profissional e da Lei 11.892/2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, transformando as ETF's e os CEFET's em Institutos Federais que passaram a ofertar educação profissional em todos os níveis e modalidades e a promover a integração e a verticalização da educação profissional, desde a educação básica até a educação superior.

Portanto, é a partir desse panorama que iremos delinear as consequências dessas transformações no IFMT – Campus Cuiabá “Octayde Jorge da Silva”, indicando suas implicações para a educação profissional nessa instituição.

A realização do estudo de caso se justifica porque a maioria dos programas desenvolvidos na área de educação profissional no Estado teve como cenário de destaque o referido Campus. Outro fator que reitera a importância deste estudo é a questão da empregabilidade da mão de obra brasileira, em especial a dos jovens. Contudo, na agenda de pesquisas nacionais são poucos os estudos que versam sobre a educação profissional; em especial os que se preocupam em compreender a realidade dos egressos dos cursos técnicos dos Institutos Federais. Além disso, é preciso conhecer a inserção do jovem egresso dos cursos Técnicos do antigo CEFETMT (atual IFMT – Campus Cuiabá “Octayde Jorge da Silva”) no mercado de trabalho, após a Reforma da Educação Profissional, para avaliar quais foram os impactos dessa política pública na educação profissional brasileira.

O estudo está organizado da seguinte forma:

**Capítulo I** – Contextualiza-se a reforma da educação profissional, mostrando a Educação Técnica e Tecnológica no Brasil no contexto da reestruturação produtiva e suas diferentes concepções, discorrendo sobre o fundamento teórico objetivando compreender a reforma do ensino técnico no Brasil e suas consequências a partir da compreensão do significado desse novo cenário, onde as instituições federais, em períodos distintos de sua

existência, atenderam a diferentes orientações de governos, que possuíam em comum, uma concepção de formação centrada nas demandas do mercado, com hegemonia daquelas ditadas pelo desenvolvimento industrial, assumindo, assim, um caráter pragmático e circunstancial para a educação profissional.

**Capítulo II** – Destacam-se as contribuições da literatura e o contexto da investigação como ponto de partida, abordando as reflexões sobre as referências teóricas adotadas para o entendimento da reforma da educação profissional a partir dos Decretos 2.208/97 e 5.154/04 e a da Lei 11.892/2008, elaborados pelo Governo Federal, revelando assim as constantes interferências das políticas de governo na educação profissional brasileira, que podem ter afetado o atendimento das instituições, que visam oferecer ao mundo do trabalho cidadãos intelectualmente preparados e capazes.

**Capítulo III** – Faz-se a “Apresentação da análise de dados” das entrevistas realizadas com os professores e egressos do IFMT - Campus Cuiabá que possibilitará o entendimento do percurso, dos impasses, dos conflitos, das dificuldades e do contexto vivido pelos servidores na implantação da reforma da educação profissional e suas consequências.

**Considerações finais** – Será apresentada a conclusão das análises do referido estudo de caso.

## **CAPÍTULO I**

### **A CONTEXTUALIZAÇÃO DA REFORMA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL**

A reforma da educação profissional iniciada na década de 1990 está inserida num contexto sócio-político mais amplo. Sendo assim, não pode ser analisada de forma isolada do conjunto das reformas educacionais ocorridas no país, já que ela também se insere no contexto de mudanças institucionais influenciadas pelo Banco Mundial, pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), estabelecendo, deste modo, um conjunto articulado e sistemático de iniciativas que visa colocar sob nova referência a questão da qualificação profissional (SILVA E OLIVEIRA, 2010).

Com a aprovação da Lei de Diretrizes e Base - LDB em 1996, ocorreram profundas modificações no sistema educacional brasileiro, iniciando um conjunto de mudanças na forma

de pensar e executar a educação. Como consequência, a educação profissional brasileira também foi profundamente alterada. A reforma buscava, entre outros objetivos, transformar os Centros Federais de Educação Tecnológica, Escolas Técnicas e Escolas Agrotécnicas, hoje, Institutos Federais, em instituições de formação apressada e barata, pela oferta de cursos modulares superficiais e desvinculados da formação geral; agonizando a disparidade entre o saber e o fazer. Perpetuando, portanto, a divisão da escola profissionalizante para a população de baixa renda e a escola propedêutica para as camadas economicamente privilegiadas da sociedade.

Enquanto as Instituições Federais de Ensino (as antigas Escolas Técnicas Federais - ETF's) avançavam significativamente no processo interno de democratização, de gestão e de estruturação de projetos políticos pedagógicos que buscavam a perspectiva de uma educação unitária, surge o projeto de Reforma da Educação Profissional, mais vinculada à uma relação de custo-benefício.

A reforma foi positivada através do Decreto nº 2.208/97, de forma que o governo colocou em ação um conjunto de ameaças às ETF's. Entre as iniciativas de reforma, a mais contundente e a que surtiu maior efeito foi o condicionamento de recursos às ETF's à adesão ao PROEP – Programa de Expansão da Educação Profissional. Salienta-se que a reforma educacional iniciada pela Lei 9.394/96 possibilitou a articulação de ciência e tecnologia no âmbito do ensino médio<sup>1</sup>. Porém, o Decreto Federal n.º 2.208, de 1997, optou pelo contrário.

O Decreto separou a ciência da técnica, tornando como pressupostos o atendimento às demandas do mercado sob o signo de supostos novos conceitos: qualificar, requalificar, profissionalizar, reprofissionalizar, especializar ou habilitar. Os desafios para enfrentar a problemática da dicotomia (ciência e técnica) como uma questão complexa que extrapola os aspectos pedagógicos requer o reconhecimento de que a dupla função de preparar para o mundo do trabalho e possibilitar a continuidade dos estudos se remete à política determinada pelas mudanças nas bases materiais de produção (KUENZER, 1997).

Após esse reordenamento dado à educação profissional, em que as instituições escolares tiveram que se adaptar para que fosse realizada uma mudança geral de seus currículos, o Governo de então elabora uma nova proposta para a área, o Decreto nº. 5.154/2004, que estabelece uma condição diversa à educação profissional<sup>2</sup>. A aprovação desse novo decreto, em 2004, não foi por acaso. Ele foi uma resposta às reivindicações de

---

<sup>1</sup> Ver: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>, acesso em 28/09/2016.

<sup>2</sup> Ver: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm) acesso em 28/09/2016

professores e estudiosos da educação profissional que, após longo debate, observaram concretizada a mudança da proposta da educação profissional (LOBO, 2009).

O Decreto nº 5.154/04, que revogou o Decreto nº 2.208/97, trouxe novas transformações à educação profissional, principalmente com a ampliação de novas unidades, com a duplicação do número de campi, com a contratação de novos efetivos e com a reforma na estrutura administrativa<sup>3</sup>. Passou a ser dotada de mais autonomia, de modo a assemelhar-se à estrutura das Instituições de Ensino Superior. Além disso, o IFET passa a articular, da Educação Básica à Superior, a formação geral e a profissional. Dentro das novas perspectivas se encontram a valorização e o fortalecimento da educação e das instituições públicas (SILVA E OLIVEIRA, 2010).

Ainda no governo do presidente Lula, em 2008, com a publicação da Lei 11.892, instituiu-se a Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, em que as ETF's e os CEFET's foram transformados em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, com a oferta de educação profissional e tecnologia em todos os níveis e modalidades, de forma a promover a integração e a verticalização da educação profissional, a partir da educação básica até a educação superior nas modalidades: presencial, semipresencial e a distância.

Os Institutos Federais foram implantados, de forma à atender a um conjunto de demandas visando atender as políticas da reforma da educação profissional no Brasil. Com a criação da rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, essas Instituições passam obrigatoriamente pela expansão em vários estados e municípios, visando a oferta de cursos técnicos, tanto na forma presencial como também em ensino a distância (EAD). Outra grande conquista foi a política de apoio a capacitação dos profissionais dessas Instituições, visando melhorar a titulação, como a formação de mais mestres e doutores, para que nossos alunos tenham uma melhor formação para o trabalho, incluindo também a formação profissional de jovens e adultos (PROEJA)

Dentro de nova concepção de educação profissional, é preciso levar em consideração o tripé que baliza a formação profissional, que é Ensino, Pesquisa e Extensão, pautando-se no compromisso de propiciar aos nossos alunos a condição de estar sempre em constante busca do desenvolvimento e conhecimentos específicos da sua capacidade de manter e buscar os saberes adquiridos na Instituição.

---

<sup>3</sup> Ver: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D2208.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm)> acesso em 28/09/2016

Por outro lado, em política pública repousa um importante item da constituição da identidade institucional dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, tendo em vista que, aos olhos de muitos, pode parecer não existir nenhum movimento novo em relação a esse aspecto, afinal, desde que se estabeleceram como Escolas de Aprendizes Artífices – sobrepostos os anúncios, em diferentes momentos históricos, ser alterado o vínculo das instituições, transferindo-as para a esfera dos governos estaduais ou mesmo para o setor privado –, essas instituições são federais, não apenas como expressão da presença em todo o território nacional, mas, acima de tudo, como entes mantidos pelo orçamento público central.

“Se na formação dos trabalhadores, hoje, não se deve perder de vista o avanço científico e tecnológico que é incorporado às mudanças no mundo do trabalho, isso implica também, por outro lado, em manter a autonomia da escola em relação às demandas pontuais do setor produtivo, pois o seu papel não é o de estar dependente, atrelada e subordinada aos ditames do mundo empresarial. É certo que vivemos numa sociedade capitalista e as atividades de trabalho nas quais precisamos nos engajar, como cidadãos e cidadãs, estão relacionadas a esse modo de produção”<sup>4</sup>

Assim, não há como nos furtarmos ao debate sobre a formação demandada pelas empresas à formação profissional. Entretanto, quais são – teórica e prática – as diferenças entre a formação para o mundo do trabalho e a formação profissional? Como esta última poderia ser organizada no sentido de incorporar avanços científicos e tecnológicos e, conseqüentemente, responder a demandas do setor produtivo, empresarial (mercado de trabalho)?

A escola pós-fordista questiona-se, em particular, às novas técnicas do mundo do trabalho e do sistema produtivo.

No que concerne à inovação tecnológica, trata-se de uma oportunidade singular para a educação profissional e tecnológica que passa a exercer um papel, único, porém, fundamental, no crescimento que o país vivencia. Somente através de uma educação profissional altamente eficaz é que teremos uma verdadeira transformação social e valorização da cidadania .

As mudanças no mundo do trabalho remetem à incerteza, flexibilidade, empregabilidade, individualidade que, talvez, sejam possíveis de serem enfrentadas por um trabalhador fortemente armado de “ferramentas” que envolvem “conhecimentos científicos e

---

<sup>4</sup> [Rosemary Dore Soares](#) é professora-adjunta de Filosofia da Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. É autora, entre outros, de [Gramsci, o Estado e a escola](#) (2000).

tecnológicos, de modo articulado, para resolver problemas da prática social e produtiva” (KUENZER, 1998, p. 7).

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (antiga Escola Técnica Federal), em setembro de 2009, completou 100 anos. É singular o papel dessa instituição de ensino como política pública na construção de uma nação soberana e democrática, o que por sua vez, pressupõe o combate às desigualdades estruturais de toda ordem.

Esse novo cenário, nos traz lembranças de diferentes ações e orientações governamentais, que tinham como prioridades atender as demandas de mercado principalmente aquelas voltadas para o desenvolvimento industrial

Diversos levantamentos e pesquisas atuais têm identificado as diferentes dimensões da denominada “crise do ensino médio”. Podemos destacar uma delas como o grande desafio que se tem para vencê-la, ou seja, as dificuldades na aprendizagem e na permanência em função do baixo nível apresentado pelos estudantes na educação fundamental.

Dentre as propostas em estudo, a que mais tem se destacado é a de se diversificar o currículo. Diante de todos os avanços atuais da educação profissional e tecnológica e o direcionamento de demandas sociais, neste campo, no qual os desafios se voltam para as estruturas gerais do ensino médio.

Contudo, quase todos os cursos médios continuam sendo colocados em espaços inicialmente destinados à escola de ensino fundamental e, com a recente implantação dos institutos federais, mostra que é possível, imprescindível e exitoso que sejam abrigados em lugares próprios, com arquitetura apropriada para seus objetivos propostos.

Um importante e esquecido desafio está posicionado pelas carências educacionais dos indivíduos na faixa dos 30 anos e de mais idade que vivenciaram o sistema de ensino nos anos de 1970-2000, quando as perspectivas em relação à escolaridade eram muito diferentes das atuais. Elas são expressas nos dados do Indicador de Alfabetismo Funcional – INAF (IPM, 2015) relativos à condição de alfabetização rudimentar que afeta dois terços ou mais desses contingentes – 18%, 30% e 52%, respectivamente, das pessoas com 25 a 34, 35 a 49 e 50 a 64 anos – assim como ainda são parte dos 12,3 milhões de analfabetos registrados na última PNAD (2013).<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> Ver: < [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4228/1/bps\\_n23\\_%20educa%C3%A7%C3%A3o.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4228/1/bps_n23_%20educa%C3%A7%C3%A3o.pdf)>, acesso em 28/09/2016

Enquanto se reconhece a importância e a urgência em realocar recursos públicos no atendimento das novas gerações para o bom resultado de grande parte dos programas desenvolvidos. Com frequência há alegações de que determinados programas acabam dando poucos resultados e que os processos e os mecanismos utilizados se mostram pouco eficientes e onerosos e pouco se tem feito para alterar este panorama. As previsões são de uma parcela da força de trabalho formada por indivíduos com idade mais elevada e pouca escolaridade, a tendência é que isso será um fator determinante aos ganhos de produtividade. Já a outra parcela, provavelmente se manterá mais tempo desempregada, ou seja, irá dar lugar aos mais jovens e mais escolarizados. Isto é, o custo social para a sua manutenção a médio e a longo prazo será bem maior que os investimentos que serão necessários para tirá-los dessa situação.

O aumento dos índices de desemprego se refletiu nos resultados da PNAD já em 2014. O número de pessoas desocupadas aumentou 9,3% de 2013 para 2014, afetando um total de 7,3 milhões de brasileiros (o aumento equivale a 617 mil pessoas a mais nesta condição). Isso ocorreu no país todo, e em especial no Sudeste, onde o aumento foi de 15,8%. O IBGE classifica como "desocupadas" as pessoas que não estão empregadas, mas estão buscando trabalho. A pesquisa indica dificuldades especialmente para jovens de 18 a 24 anos e pessoas que estão buscando o primeiro emprego, respectivamente 34,3% e 28,3% dos desocupados (segundo Julia D. Monteiro da BBC Brasil/RJ, em 13/11/2015)

De acordo com os dados na Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios contínua/Trimestral - IBGE, no 3º trimestre de 2015, a pesquisa mostrou que, no Brasil, entre as pessoas ocupadas, 29,6% não tinham concluído o ensino fundamental, 53,7% tinham concluído pelo menos o ensino médio e 17,0% tinham concluído o nível superior. Regionalmente, a análise destacou um quadro diferenciado. Nas Regiões Norte (37,3%) e Nordeste (39,2%), o percentual de pessoas nos níveis de instrução mais baixos (não tinham concluído o ensino fundamental) era superior ao observado nas demais regiões. Nas Regiões Sudeste (60,0%) e Sul (54,0%), como na população em idade de trabalhar, o percentual das pessoas que tinham completado pelo menos o ensino médio era superior ao das demais regiões. A Região Sudeste (20,7%) foi a que apresentou o maior percentual de pessoas com nível superior completo, enquanto a Região Norte teve o menor (11,1%).

De acordo com dados, fornecido pelo PNAD- 2014, a faixa etária com o maior percentual de pessoas frequentando a escola em 2014 foi a de 6 a 14 anos (taxa de escolarização de 98,5%), que corresponde ao ensino fundamental. O que chama a atenção, porém, é o fato de que, entre 2013 e 2015, não se alterou o percentual de jovens que frequentavam a escola nem na faixa de 15 a 17 anos (84,3% dos jovens nessa faixa), nem na

de 18 a 24 anos (30%), as faixas que equivalem ao ensino médio e ao nível superior, respectivamente.

O coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Daniel Cara, afirma:

Como o ensino médio brasileiro sofre com problemas graves como evasão e defasagem idade-série alta, era para ter crescido esse percentual de frequência à escola na faixa dos 15 aos 17 anos se tivesse havido melhora significativa do fluxo educacional no país. O mesmo vale para a taxa de escolarização na faixa dos 18 aos 24 anos: apesar de ter crescido o número de pessoas ingressando nas universidades, não foi suficiente para aumentar o percentual de frequência à escola nessa faixa etária.

Nessa conjuntura de dificuldades para a universalização do ensino médio e para a expansão significativa do ensino superior se reflete em outro ponto do PNAD (2014):

Os níveis de instrução predominantes na população brasileira de 25 anos ou mais continuam sendo o ensino fundamental incompleto (32% da população) e o ensino médio completo (25,5%). O IBGE destaca, porém, que caiu o percentual de pessoas sem instrução ou com menos de 1 ano de estudo, de 12,3% para 11,7%, ao mesmo tempo em que aumentou a proporção daqueles com nível superior completo, de 12,6% para 13,1%.

O Brasil vem enfrentando enormes desafios com políticas que compreendem uma ação integrada das instituições governamentais e não governamentais, no empenho em aprimorar habilidades dos jovens e adultos para um mundo globalizado e em mudança demarcado por novos requisitos de conhecimentos mínimos necessários para a sua inserção na vida social e produtiva. Na educação, o empenho para desenvolver habilidades de jovens e adultos é empreendido através de uma formação com características gerais propiciada através do ensino regular e da qualificação para o mundo do trabalho.

Configurando-se como modalidade de ensino, a educação profissional foi regulamentada por Lei específica em 2008 (Lei nº 11.741/08), alterando a LDB de 1996 (Artigos 39 a 42). Seus cursos podem ser: de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; de educação profissional técnica de nível médio; e de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação (Art. 39, § 2º, I, II e III).

A educação profissional é promovida por agentes públicos e privados e possui modalidades diferenciadas de oferta, podendo permear ou não a educação escolar. A educação profissional técnica de nível médio é uma das três modalidades de educação profissional e tecnológica previstas pela legislação educacional brasileira (Lei nº 11.741/08 e LDB, Art. 39 §2º, I, II e III). Sua oferta pode ser “articulada” com o ensino médio ou “subsequente” para aqueles que já o tenham concluído (Art. 36-B, I e II). Na forma articulada, poderá ser

“integrada” (habilitação profissional técnica de nível médio na mesma instituição de ensino com matrícula única) ou “concomitante” (para quem ingresse ou já esteja cursando o nível médio, com matrícula distinta para cada curso). No caso da segunda alternativa, poderá ocorrer na mesma instituição ou em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades disponíveis, ou ainda em instituições distintas mediante convênios de intercomplementaridade (Lei nº 11.741/08, Art. 36-B). Os dados indicam uma expansão intensa de sua oferta nos últimos anos motivada, sobretudo, por políticas e investimentos federais com foco no oferecimento de maiores oportunidades educacionais aos jovens em idade escolar adequada ao ensino médio.

Essas políticas foram implantadas por meio do fortalecimento e ampliação da rede de educação profissional dos estados, da ampliação da própria rede federal de educação profissional e tecnológica e da articulação com outras redes de ensino, principalmente as instituições dos Sistemas Nacionais de Aprendizagem (SNA), entidade paraestatais organizadas e gerenciadas pelos órgãos sindicais (confederações e federações) de representação empresarial, dentre eles, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), o Serviço Nacional de Aprendizagem de Transportes (SENAT), o Serviço Social do Comércio (SESC) e o Serviço Social da Indústria (SESI).

Os resultados de tais políticas estão expressos nos indicadores de expansão. Entre 2001 e 2013 o total de matrículas nessa modalidade de ensino cresceu 129,7%. O crescimento da oferta ocorreu tanto na rede pública (149%) quanto na rede privada (111,2%), tendo ambas mais do que duplicado as matrículas no período 2001 - 2013. No contexto mais geral da expansão da educação profissional, é possível observar que o setor privado, antes com 51,2% da oferta passa a deter 47,0%, cedendo espaço para a presença do setor público que passa de 48,8% da oferta para 53,0% em igual período. Parte considerável da expansão de matrículas ocorreu na rede federal de educação profissional e tecnológica.<sup>6</sup>

Em análise, ao crescimento da rede federal de ensino, tanto a nível de Educação Superior, quanto ao de Educação Básica, podemos perceber que no primeiro caso, a matrícula passou de 46.600 para 132.600 e, no segundo de 86.700 para 224.900 no período 2003 a 2012. O que contribuiu para o crescimento da educação profissional e tecnológica não foi apenas a expansão da rede federal, como também a criação e ampliação de programas diversificados, que envolvem tanto a oferta de educação profissional técnica de nível médio, e outras modalidades previstas em Lei, a saber: formação inicial e continuada ou qualificação profissional e educação profissional

---

<sup>6</sup> Ver: < [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=15774-ept-relatorio-06062014&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15774-ept-relatorio-06062014&Itemid=30192)> acesso em 28/09/2016

tecnológica de graduação e pós-graduação (Lei nº 11.741/08 –Art. 39 §2º, I e III). (INEP/Educacenso e Censup e Capes/Geocapes).

Percebe-se, portanto, uma juventude marcada pela necessidade de escolaridade e de trabalho para prover seus meios de vida, conforme lembra Gaudêncio Frigotto,

Esses jovens não são sujeitos sem rostos, sem história, sem origem de classe ou fração de classe. São jovens e adultos trabalhadores de classe popular, filhos de trabalhadores assalariados, com suas particularidades étnicas e socioculturais (FRIGOTTO 2004, P.20).

Por isso, a adversidade sobre a política de educação profissional, que tem como modelo a produção de conhecimento na área e as lutas sociais, representando, na verdade, a competição entre os setores progressistas e conservadores da sociedade brasileira pela hegemonia nessa área. Em virtude da polêmica criada em função dos rumos atribuídos à educação, à certificação profissional, ao ensino médio, ao ensino médio técnico e, mais recentemente, à educação de jovens e adultos já produzidos por: FRIGOTTO (2005); CIAVATTA (2005); RAMOS (2005); FERREIRA & GARCIA (2005); COSTA & CONCEIÇÃO (2005); RODRIGUES (2005); KUENZER (2003).

A abordagem atribuída à educação profissional apresentada pelo Ministério da Educação no início do governo do presidente Lula, que fosse reconstruída como política pública e dessa forma corrigiria distorções conceituais e de práticas resultantes de ações implantadas pelo governo anterior, que de uma forma clara desintegraram a educação profissional da educação básica, criando a formação técnica em módulos dissociados e estanques, dando um cunho de treinamento superficial à formação profissional e tecnológica de jovens e adultos trabalhadores (Brasil, MEC, 2005).

Entre tantas retificações, uma das mais significativas, em função da sua fundamentação política e também por ter sido um compromisso assumido com a sociedade, quando da apresentação de proposta de governo do então candidato Lula a Presidência da República, que foi a emissão do Decreto 5.154/2004, revogando o Decreto n. 2.208/97, o qual restabelece alteração nos currículos e possibilita a integração curricular dos ensinos médio e técnico, de acordo com o que dispõe o artigo n. 36 da LDB.

Segundo Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), a opção por um novo decreto que revogasse o de nº 2.208/97, em vez da simples regulamentação pelo Conselho Nacional de Educação dos artigos 36 e 39 a 42 da LDB, ou de uma Lei específica para a educação profissional, teve, entre outras razões, a consciência de que as forças conservadoras

ocupariam espaço para fazerem valer seus interesses, tanto no Conselho Nacional de Educação quanto no Congresso.

Esse cenário demonstra uma falta de linearidade na política pública de ensino profissionalizante no Brasil, revelando as constantes interferências da política de governo na educação profissional brasileira, que pode afetar o atendimento da finalidade do IFMT – Campus Cuiabá, que é oferecer ao mercado de trabalho cidadãos intelectualmente preparados e capazes. Nessa perspectiva se faz necessário analisar como essas transformações afetaram a educação profissional na aludida instituição. Constata-se, portanto, que a educação profissional no Brasil é mais uma política de Governo do que de Estado.

## **1.1. HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO BRASIL**

De acordo com o próprio Ministério da Educação (MEC), a história da Educação profissional e tecnológica no Brasil tem início no governo do presidente Nilo Peçanha. Em particular, o decreto nº 787, de 11 de setembro de 1906 criou, entre outras coisas, quatro escolas técnicas profissionais no Estado do Rio de Janeiro<sup>7</sup>.

Diante da morte do Presidente Afonso Pena, em julho de 1909, torna-se Presidente do Brasil Nilo Peçanha, que em 23 de setembro de 1909, assina o Decreto nº 7.566, que institui, inicialmente em diferentes estados federativos do Brasil sob a jurisdição do Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, “Escolas de Aprendizes Artífices”, num total de dezenove instituições, destinadas ao ensino profissional, primário e gratuito.

Em 14 de novembro de 1930, o governo federal cria o Ministério da Educação e Saúde Pública e, com isso, estrutura a Inspeção do Ensino Profissional Técnico, que passaria a supervisionar todas as Escolas de Aprendizes Artífices que eram ligadas ao Ministério da Agricultura. Em 1934, essa inspeção foi transformada em Superintendência do Ensino Profissional. Neste período, o ensino industrial teve a sua grande expansão, motivada e impulsionada por uma política de criação de novas escolas industriais e pelas implantações de novas especialidades nas escolas que já existiam.

---

<sup>7</sup> Campos, Petrópolis, Niterói e Paraíba do Sul. As três primeiras foram criadas para o ensino de ofícios e a de Paraíba do Sul ficou com a aprendizagem agrícola. Para uma descrição mais detalhada ver: <[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/historico\\_historico\\_profissional.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/historico_historico_profissional.pdf)>

A Constituição brasileira de 1937, também tratou, em seu artigo 129, especificamente do ensino técnico, profissional e industrial, conforme retratado abaixo:

O ensino pré-vocacional profissional destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação o primeiro dever de Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais. É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A Lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo poder público.

O Governo Federal, através da Lei 37, de 13 de janeiro de 1937, transforma as Escolas de Aprendizes e Artífices em Liceus Profissionais, que foram destinados ao ensino profissional dos diversos ramos e graus.

Em 1941, entram em vigor diversas Leis que ficaram conhecidas como a “Reforma Capanema” que veio a remodelar todo o ensino no país, e retratava como principais pontos:

- Que o ensino profissional passaria a ser considerado de nível médio;
- Instituiu o exame de admissão para o ingresso nas escolas industriais;
- Os cursos foram separados em dois níveis, que corresponderia aos dois ciclos do novo ensino médio, sendo que:
  - O primeiro equivaleria aos cursos básico industrial, artesanal, de aprendizagem e de mestria.
  - O segundo equivaleria ao curso técnico industrial, com três anos de duração e mais o estágio supervisionado de um ano na indústria, e dentro das diversas especialidades.

O Governo Federal através do Decreto nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942, transforma as Escolas de Aprendizes e Artífices em Escolas Industriais e Técnicas, que passam a oferecer a formação profissional em nível de equivalência ao do nível secundário. Com isso, começa formalmente o processo de vinculação do ensino industrial à estrutura do ensino médio do país como um todo, garantido que, os alunos formados nos cursos técnicos estavam a partir daquele decreto autorizados a ingressar no ensino superior em área equivalente à da sua formação.

Em 1959, as Escolas Industriais e Técnicas, são transformadas em autarquias, com a denominação de Escolas Técnicas Federais, com autonomia administrativa e pedagógica, buscando aumentar a formação de mão de obra qualificada, forma de atender a grande demanda das indústrias e também para acelerar o desenvolvimento do País.

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira - LDB, nº. 5.692, de 11 de agosto de 1971, torna-se obrigatória, de maneira compulsória, técnico-profissional, todo o currículo para o 2º grau. Diante desse novo cenário, a educação profissional começa a se estabelecer, de forma a atender emergencialmente, a demanda de mão de obra (técnicos) para o mercado de trabalho. Nesse período, as Escolas Técnicas Federais aumentam expressivamente o número de alunos e procuram implantar novos cursos técnicos.

Em 1978, com a Lei nº 6.545, somente as Escolas Técnicas Federais do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná foram transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica - CEFETs. Essa alteração concedeu a essas instituições mais uma competência, a de formar engenheiros de operação e tecnólogos.

A Lei nº 8.948, de 08 de dezembro de 1994, instituiu o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, que irá transformar pouco a pouco, as Escolas Técnicas Federais e as Escolas Agrotécnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs, através de um decreto próprio para cada Unidade transformada, levando-se em consideração alguns critérios previamente definidos pelo Ministério da Educação, tais como:

- Instalações físicas - laboratórios e equipamentos adequados,
- Condições técnico-pedagógicas e administrativas,
- Recursos humanos e financeiros indispensável ao desempenho de cada nova unidade.

A Lei 9.394, de 20 de novembro de 1996, a qual trata sobre a Educação Profissional em um capítulo a parte, ou seja, desassociado da Educação Básica, extrapolando as perspectivas de assistencialismo e de preconceito social, que incluía as primeiras legislações que tratavam de educação profissional do país, de forma que, procura fazer uma interferência social crítica e qualificada de forma a tornar um instrumento para beneficiar a inclusão social e democratizar os bens sociais de uma sociedade. Criando também, o sistema de certificação profissional que, permitiu ao aluno a possibilidade de reconhecer aquelas competência que foram contraídas fora da instituição de ensino profissional.

O Decreto nº 2.208/1997 regulamentou a reforma da educação profissional, separando o ensino técnico de nível médio do ensino médio e criou o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP), financiado pelo Banco Mundial.

O Decreto nº 5.154/2004 permitiu que fosse feita novamente a integração do ensino técnico de nível médio ao ensino médio.

Em 1999, diante de um cenário conturbado e polêmico da nossa educação profissional, o Governo Federal reinicia o processo para transformar as Escolas Técnicas Federais em

Centro Federais de Educação Tecnológica, dando continuidade às transformações ocorridas no início do ano de 1978.

Em 2005, o Governo Federal promoveu o lançamento da primeira fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, que iniciou com a construção de 64 novas unidades de ensino. É nesse mesmo ano que também ocorre a Transformação do CEFET - Paraná em Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Em 2006, através do Decreto 5.840, é instituído a nível federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) com o ensino fundamental, médio e educação indígena. Nesse ano, também é lançado o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia, para organizar as nomenclaturas dos cursos oferecidos por instituições de ensino público e privado. Durante todo o ano, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) do Ministério da Educação, em parceria com o Fórum Nacional de Gestores Estaduais de Educação Profissional promoveram conferências em 26 Estados e mais o Distrito Federal, as quais resultaram na 1ª Conferência Nacional de Educação Profissional e Tecnológica, no período de 05 a 08 de novembro de 2006, acontecimento para a educação profissional e tecnológica brasileira, já que essa foi a primeira e única conferência realizada pelo Ministério da Educação em toda a sua existência.

Em 2007, ocorreu o lançamento da 2ª fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, quando foram entregues à população brasileira mais de 150 novas unidades, concluindo num total de 354 unidades, até o fim do ano de 2010, atendendo demandas de todas as regiões do país, propiciando cursos de qualificação, de ensino técnico, superior e de pós-graduação, de acordo com as exigências do desenvolvimento local e regional. Ainda em 2007, foi elaborado o Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos, sendo colocado em consulta pública pelo período de seis meses, após vários debates, surgiram inúmeras críticas e sugestões dos diversos seguimentos da sociedade brasileira. A revisão final ocorreu em todo o primeiro semestre de 2008, sendo um importante mecanismo de publicação e regulação da oferta de Cursos Técnicos por todo o país.

Em 2008, com a publicação da Lei 11.892 pelo Governo Lula, instituiu-se a Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, em que as ETF's e os CEFET's foram transformados em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, com a oferta de educação profissional e tecnologia em todos os níveis e modalidades, de forma a promover a integração e verticalização da educação profissional, a partir da educação básica até a educação superior nas modalidades: presencial, semipresencial e a distância.

A Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica está alicerçada numa história de construção de 106 anos, sendo que suas atividades iniciais eram mecanismos de uma política que visava atender as “classes menos favorecidas”, caracterizando-se como uma importante sustentação para os indivíduos, permitindo-lhes o livre acesso às conquistas científicas e tecnológicas. Essa é a parte diferenciada que está na formação da constituição de uma identidade social individual para os indivíduos e instituições comprometidas nesta conjuntura, cujo fato é decorrente do contexto histórico, da competência e da condição que a Educação Profissional e Tecnológica promove com a ciência e a tecnologia, levando em consideração o desenvolvimento local e regional e principalmente com o mundo do trabalho e dos anseios de mudanças desses indivíduos nela comprometidos.

## CAPÍTULO II

### CONTRIBUIÇÕES LITERÁRIAS NO CONTEXTO DA INVESTIGAÇÃO

O tema política pública ganhou grande relevância nas últimas décadas no contexto nacional, ora por razão do processo de redemocratização, ora pela promulgação de uma nova constituição em 1988, que amplia os direitos sociais.

Mas o que é política pública? Conforme Saravia e Ferrarezi (2006, p. 28), trata-se de um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade. Com uma perspectiva mais operacional, poderíamos dizer que ela é um sistema de decisões públicas que visa a ações ou omissões preventivas ou corretivas, destinadas a manter ou modificar a realidade de um ou vários setores da vida social, por meio da definição de objetivos e estratégias de atuação e da alocação dos recursos necessários para atingir os objetivos estabelecidos.

Nessa perspectiva, faz-se necessário mencionar quatro pesquisadores que são referência no estudo de políticas públicas, considerados “pais” fundadores da área, são eles: Laswell, Simon, Lindblom e Eastone e de forma sintética será abordado cada um deles: a) Laswell introduz, em 1936, a expressão *policy analysis* (análise de política pública), tentando conciliar conhecimento científico/acadêmico com a produção empírica dos governos e buscando estabelecer o diálogo entre cientistas sociais, grupos de interesse e governo; b) Simon introduziu, em 1957, o conceito de *policy makers* (racionalidade limitada dos decisores

públicos). Para o citado pesquisador, a racionalidade dos decisores públicos é sempre limitada por problemas tais como informação incompleta ou imperfeita, tempo para a tomada de decisão, autointeresse dos decisores etc., por outro lado, a racionalidade pode ser maximizada até um ponto satisfatório pela criação de estruturas (conjunto de regras e incentivos) que enquadre o comportamento dos atores e modele esse comportamento na direção de resultados desejados; c) Lindblom, em 1959 e 1979, questionando a ênfase no racionalismo de Laswell e Simon, propôs a incorporação de outras variáveis à formulação e à análise de políticas públicas, tais como as relações de poder e a integração entre as diferentes fases do processo decisório o que não teria necessariamente um fim ou um princípio; d) Easton, em 1965, contribuiu para a área ao definir a política pública como um sistema, ou seja, como uma relação entre formulação, resultados e o ambiente. Segundo Easton, as políticas públicas recebem inputs de alguns grupos representativos e de interesse que influenciam os seus resultados e efeitos (SOUZA, 2006, p. 23).

Em relação à análise de política pública, Hogwood e Gunn (1981, apud Saravia e Ferrarezi, 2006, p. 31) afirmam que existem pelo menos sete perspectivas que dependem do ponto de vista em que se situa o analista. Vejamos cada uma delas: 1) estudos de conteúdos políticos, em que o analista procura descrever e explicar a gênese e o desenvolvimento de políticas específicas; 2) estudos do processo das políticas, em que se presta atenção às etapas pelas quais passa um assunto e se procura verificar a influência de diferentes setores no desenvolvimento desse assunto; 3) estudos de produtos de uma política, que tratam de explicar por que os níveis de despesa ou o fornecimento de serviços variam entre áreas; 4) estudos de avaliação, que se localizam entre a análise de política e as análises para a política e podem ser descritivos ou prescritivos; 5) informação para a elaboração de políticas, em que os dados são organizados para ajudar os tomadores de decisão a adotar decisões; 6) análise de processo, em que se procura melhorar a natureza dos sistemas de elaboração de políticas; 7) análise de políticas, em que o analista pressiona, no processo de política, em favor de ideias ou opções específicas.

Diante do exposto, o presente estudo utilizará como referencial teórico-metodológico os conceitos desenvolvidos por Ball e Bowe (1992) sobre a abordagem do ciclo de políticas, principalmente as referências sobre o contexto da prática que é o foco central deste trabalho. Essa abordagem, que foi utilizada por Mainardes (2006) e outros, permite a análise crítica da trajetória de programas e políticas educacionais desde sua formulação até a implementação, bem como sua trajetória que para os autores é dinâmica.

Ball e Bowe caracterizaram o processo político inicialmente como arenas políticas, as quais constituiriam um ciclo contínuo. Estas arenas eram a política proposta, a política de fato e a política de uso. Entretanto, a rigidez da linguagem usada fez com que os autores substituíssem essa expressão por “contextos”. Assim, além de uma mudança na nomenclatura, os autores rejeitaram a versão de que, nas políticas educacionais, as fases de formulação e implementação estão separadas e consideraram que são “espaços” de embates e de diferentes interpretações.

Percebe-se, portanto, que essa tipologia vê a política pública como um ciclo deliberativo, formado por vários momentos e constituindo um processo dinâmico e de aprendizado, apresentando os seguintes estágios: definição de agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação.

Os ganhos dessa proposta teórico-metodológica são enormes, pois, os conceitos propostos se adequam à presente pesquisa, à política estudada e convergem com outros conceitos sobre análise e avaliação de políticas públicas.

Um outro aspecto importante que deve ser considerado ao tratarmos da questão da relação trabalho e educação é a definição de que trabalho e de que educação estamos falando. Quando se fala em “educação para o trabalho”, “formação para o trabalho”, “qualificação profissional” importa especificarmos de que trabalho, de que educação e de que conhecimentos estamos tratando. Procuramos analisar a Educação Profissional, os processos de formação e qualificação do trabalhador, a sua inserção no mundo do trabalho nas modernas e globalizadas formas do modo capitalista de produção, ou seja, no contexto do atual modelo de acumulação flexível pelo qual passa o capital.

O estudo acerca do processo das Reformas da educação profissional no IFMT – Campus Cuiabá será delineado através de uma concepção de ciclo contínuo, conforme proposto por Ball e Bowe, dando especial ênfase aos fatores de implementação e avaliação, através da análise da inserção dos jovens egressos dos cursos Técnicos do IFMT – Campus Cuiabá no mercado de trabalho.

## 2.1 A GLOBALIZAÇÃO E O NOVO MODELO PEDAGÓGICO PARA O MUNDO DO TRABALHO

O Brasil vive um momento histórico, sobre o qual a tensão local-global se manifesta ao mundo da maneira mais contundente: nunca houve tanta integração globalizada e tanta discussão do Estado de direito democrático e, ao mesmo tempo, nunca foram tão profundos os sentimentos de desconexão e tão agudos os processos de exclusão.

O conhecimento científico determinou e continua determinando progressos inéditos na cadeia produtiva, no mundo do trabalho e na sociedade em geral.

A tecnologia, por outro lado, busca ampliar esses conhecimentos científicos às várias atividades humanas de maneira a obter proveito e benefício próprio ao seu modo de vida.

Nesse diapasão e num contexto ampliado e sem perder de vista o modo de produção e o momento histórico em que estamos inseridos, conforme Teodoro (2003), vivemos numa sociedade capitalista, impregnada de valores liberais de êxito, sucesso e de construção de riquezas por meio de seu próprio esforço, do seu valor, da sua dedicação pessoal; valores que exaltam o papel do indivíduo em detrimento das relações sociais, históricas e econômicas e, com isso, procuram olhar sobre os fenômenos que nesse ambiente se processam.

Num mundo em que se vivencia um crescente esfacelamento do homem e de seus valores, a educação tecnológica pode concorrer para a transformação social na medida em que dá centralidade ao indivíduo e à formação social, mergulhada e comprometida com seu tempo e lugar, dentro dessa dimensão, a ciência e a tecnologia são consideradas em sua precípua função de se posicionarem a serviço da humanidade.

O Brasil de hoje participa do ciclo de revolução tecnológica com grau relevante de conhecimento no processo de transformação da base científica e tecnológica. No que concerne à inovação tecnológica, trata-se de uma oportunidade ímpar para a educação profissional e tecnológica que passa a exercer um papel único, porém, fundamental, no crescimento que o Brasil vivencia. Destacando a sua natureza pública, afirma uma educação profissional e tecnológica como instrumento realmente vigoroso na construção e resgate da cidadania e da transformação social.

Levando em consideração a ótica apresentada até o momento, faz-se o seguinte questionamento: em relação ao acesso e permanência, quais os resultados alcançados após a reforma da educação profissional promovida pelo Ministério da Educação, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnológica de Mato Grosso – IFMT como agente de construção e resgate da cidadania e da transformação social?

Acredita-se que, para transformar a sociedade, deve-se primeiramente transformar o cidadão de maneira que ele possa compreender as características dessa sociedade à qual foi inserido. Nesse sentido, a educação tecnológica integrada ao mundo do trabalho e ao sistema produtivo, apresenta-se como uma das alternativas que possibilitará a aquisição de conhecimentos científicos e tecnológicos que proporcionarão ao indivíduo o domínio das atividades intelectuais e operativas como instrumento de inserção no trabalho e na conquista da cidadania.

A globalização da economia e a reestruturação produtiva se transformam radicalmente, imprimindo nova dinâmica às transformações ocorridas no processo produtivo, depois da crescente incorporação da ciência e da tecnologia à procura de uma maior competitividade.

Em consequência, as velhas formas de organização tayloristas-fordistas não têm mais lugar, a linha vai sendo substituída pelas células de produção, o supervisor desaparece, o engenheiro desce ao chão de fábrica, o antigo processo de qualidade dá lugar ao controle internalizado, feito pelo próprio trabalhador. Na nova organização, o universo passa a ser invadido pelos novos procedimentos de gerenciamento de processo e de produto, as palavras de ordem são qualidade e competitividade.

Obviamente, essas novas atitudes mudariam radicalmente o eixo da formação de trabalhadores, caso elas fossem asseguradas para todos, o que na realidade não ocorre. Ao contrário, as pesquisas que vêm sendo desenvolvidas nessa área cada vez mais reforçam a tese da polarização das competências, através da oferta de oportunidades de sólida educação científico-tecnológica para um número cada vez menor de trabalhadores.

Na realidade, cria-se um novo tipo de profissionais qualificados, depois de um grande contingente de trabalhadores precariamente educados, embora ainda incluídos. Completamente fora das possibilidades de produção e consumo e, em decorrência do direito à educação e à formação profissional de qualidade, está uma grande massa de excluídos, que cresce a cada dia, resultante do próprio caráter concentrador do capitalismo, acentuado por esse novo padrão de concentração.

A efetiva democratização da educação só será possível com a efetiva democratização da sociedade, em outro modo de produção, em que todos os bens materiais e culturais estejam disponíveis a todos os cidadãos. Esta utopia, no entanto, parece ficar mais distante na medida em que, não só os esforços neoliberais, mas a própria diversificação que ocorre entre os trabalhadores, dificulta a organização coletiva indispensável para que se operem as transformações necessárias.

Em face, inclusive, das determinações internacionais que definem as demandas do capitalismo, nessa etapa, a democratização possível, que não virá sem ampla mobilização, é a educação básica e de qualidade para todos. Em tese, a nova pedagogia exige ampliação e democratização da educação básica com pelo menos dois anos de educação, abrangendo os níveis fundamental e médio, como fazem alguns países desenvolvidos; embora isso não esteja posto historicamente pela dura realidade da exclusão nos países ditos emergentes, como o Brasil. Nesse sentido, a clareza para onde aponta a nova pedagogia do trabalho pode ser estratégica para aqueles que ainda acreditam ser possível a construção de um novo projeto de sociedade, sob a hegemonia dos trabalhadores.

A crise da década de 1970 significou o esgotamento do padrão de acumulação fordista, cuja característica principal era a sua rigidez que, além de não atender mais às necessidades de acumulação capitalista, tornara-se um obstáculo à sua expansão. Portanto, a partir da crise instalada, configurou-se o marco da mudança do padrão de acumulação até então predominante para um novo regime, cuja característica principal está na sua flexibilidade.

O processo de intensa acumulação na Era de Ouro possibilitou a revolução da base técnica produtiva, através da introdução de tecnologia de base microeletrônica associada à informatização. Foi possível, assim, a substituição das tecnologias de base eletromecânica, portanto, de base rígida, por uma tecnologia de base flexível. Esse processo significou uma profunda reestruturação no sistema econômico mundial, com o predomínio da automação, de novos mercados, da aceleração do ritmo da produção e da inovação dos produtos. Significou também a diminuição do tempo de giro – fonte da lucratividade capitalista – na produção e conseqüentemente no consumo, resultando assim, na diminuição da meia vida dos produtos, através da obsolescência planejada. Para Harvey,

A acumulação flexível foi acompanhada na ponta do consumo, portanto, pôr uma atenção muito maior às modas fugazes e pela mobilização de todos os artifícios de indução de necessidades e de transformação cultural que isso implica. A estética relativamente estável do modernismo fordista cedeu lugar a todo o fermento, instabilidade e qualidades fugidias de uma estética pós-moderna que celebra a diferença, a efemeridade, o espetáculo, a moda e a mercadificação de formas culturais (HARVEY, 1993, p. 146).

A educação tecnológica integrada ao mundo do trabalho surge como uma das alternativas que possibilitará a aquisição de conhecimentos científicos e tecnológicos que proporcionarão ao indivíduo o domínio das atividades intelectuais e operativas como instrumento de inserção no mercado de trabalho e conquista da cidadania.

A aplicação dos conhecimentos na área da educação depende do desenvolvimento de teorias próprias, da seleção adequada de procedimentos e instrumentos, da análise interpretativa dos dados, de sua organização em padrões significativos, da comunicação precisa dos resultados e conclusões e da sua validação pela análise crítica da comunidade científica.

A organização curricular dos cursos profissionalizantes do antigo CEFET-MT, regulamentada pelo Decreto nº. 2.208/97, segue um modelo avesso ao que proporciona aos jovens as bases de conhecimentos que lhes permitam analisar e compreender o seu ambiente e o mundo humano, social, político, cultural e estético, em que estão inseridos. Possibilita o desenvolvimento de capacidades criadas que lhes assegurem condições de escolhas após a conclusão da Educação Básica, seja em direção ao ensino superior, ao mundo do trabalho ou a outras opções.

Para uma considerável parcela dos jovens brasileiros, a obtenção de uma formação profissional em nível médio é uma necessidade e pode ser feita como complementação da formação geral, em um mesmo currículo.

O Decreto nº. 2.208/97, ao regulamentar a educação profissional, incluindo o parágrafo segundo, do artigo 36, impossibilitou qualquer perspectiva profissionalizante no ensino médio. O modelo de educação profissional definido por esse decreto diz que o cidadão que deseja/necessita obter uma profissão técnica no ensino médio, que antes disputava uma matrícula visando ao atendimento dessa necessidade, agora é obrigado a concorrer a duas matrículas. Para a maioria, ao fazer a opção por ambas as formações concomitantemente, a dupla jornada escolar ocorreu em condições precárias (alimentação imprópria, permanência desconfortável na mesma escola, ou traslado cansativo de uma escola para outra, além dos custos financeiros). Na impossibilidade de enfrentar tais condições, os filhos das classes mais desfavorecidas acabavam abandonando, seja a educação regular, seja a educação profissional, restando a esses, na melhor das hipóteses, a escolaridade mínima obrigatória e os cursos de qualificação profissional.

Não há dúvida de que a configuração dos processos produtivos no Brasil, os tipos de oportunidades que se apresentam aos jovens e às suas necessidades de cultivarem uma identidade própria aliada a de construir múltiplas opções para o seu futuro, exige que retorne a possibilidade do ensino médio preparar o cidadão para o exercício de profissões técnicas, tal como já apregoa a LDB, desde que assegurada a sua formação geral. Sob essas condições, a oferta do ensino médio integrada à formação profissional é uma necessidade propalada pelos

próprios jovens. Nesse sentido, o Governo Federal, em 2004, corrigiu tal distorção através do Decreto nº. 5.154, de 23 de julho de 2004, que revogou o Decreto nº. 2.208/97.

Ao longo do período em que vigorou o impedimento da modalidade integrada, o CEFET-MT procurou soluções para o atendimento da necessidade de profissionalização. Começou a oferecer cursos técnicos ministrados em concomitância com ensino médio ou após a sua conclusão. Uma vez que, a escola pública enquanto elemento constitutivo da cidadania social, não pode conceber a educação profissional visando apenas àqueles que conseguem resistir aos diversos fatores que permeiam a vida dos jovens dos cursos técnicos.

### **CAPÍTULO III**

#### **APRESENTAÇÃO DA METODOLOGIA E ANÁLISE DOS RESULTADOS**

Serão utilizados os processos metodológicos de pesquisa qualitativa e quantitativa no referido estudo de caso, que tem como objeto analisar as mudanças ocorridas nas grades curriculares dos cursos técnicos da área de eletroeletrônica (curso de eletrotécnica), de nível médio (integrado) e pós-médio (subsequente), oferecidos pelo IFMT – Campus Cuiabá “Octayde Jorge da Silva”.

O estudo de caso se desenvolveu em duas fases distintas, sendo que, na primeira foi feita a identificação e análise documental, principalmente dos decretos e a organização didática do referido curso. Na segunda fase foi realizada subsidiariamente a abordagem quantitativa, na medida em que analisamos a inserção dos jovens egressos dos cursos Técnico de eletrotécnica de nível médio (integrado) e pós-médio (subsequente), oferecidos pelo IFMT – Campus Cuiabá “Octayde Jorge da Silva”, no mundo do trabalho e as narrativas através de entrevistas com professores e gestores docentes que vivenciaram a mencionada reforma, como também tiveram a oportunidade de acompanhar o antes e o depois da conclusão das primeiras turmas.

O recorte da questão em estudo (curso de eletrotécnica) se concretiza no levantamento de documentos na esfera do IFMT – Campus Cuiabá, buscando verificar se houve ou não a implantação da reforma no currículo dos cursos técnicos de nível médio.

Para a análise documental e a entrevista foram utilizados procedimentos com a intenção de expor as interpretações que ajudassem a ampliar a compreensão de como foi implantada e implementada a reforma em toda a organização curricular na Instituição.

O instrumento utilizado para responder a esse conjunto de questões que envolvem a pesquisa foi o questionário, quer seja, “qual o sentido da reforma da educação profissional?”. Foi então definido um critério de escolha dos sujeitos, aqueles professores e técnicos do quadro de pessoal permanente do IFMT - Campus Cuiabá, que realmente tiveram participação efetiva na implantação da reforma da educação profissional na Instituição.

Todos os sujeitos entrevistados são servidores efetivos da Instituição e foram admitidos em no mínimo cinco anos antes da implantação da reforma e permanecem no quadro permanente e com encargos didáticos no IFMT - Campus Cuiabá.

A dinâmica definida para a entrevista facilitou bastante o roteiro traçado para a coleta de dados, tendo em vista que pertencemos ao mesmo quadro de servidores da Instituição e temos um relacionamento de confiança, franqueza e muita colaboração.

A equipe de implantação da reforma da educação profissional foi formada por servidores, dentre eles, Diretores, Chefes de Departamentos das áreas pedagógicas, professores e Coordenadores pedagógicos.

Foram entrevistados 09 professores e 02 técnico-administrativos (pedagogos) que participaram da implantação da aludida reforma.

A entrevista realizada com esses profissionais continha 10 perguntas, podendo o entrevistado(a) registrar questões relevantes ou pertinentes ao objeto da pesquisa.

As perguntas tinham como objetivo responder ao objeto da pesquisa, no que se refere ao ambiente criado no período da implantação das reformas da educação profissional, bem como ressaltar a maneira elas sucederam.

Para a entrevista, antes de apresentarmos as perguntas formuladas no questionário, fizemos uma pequena introdução dos processos de reforma e transformação pelos quais a Instituição foi submetida, conforme formatação abaixo:

Este questionário tem como objetivo levantar informações a respeito das mudanças ocorridas nos últimos anos no IFMT – Campus Cuiabá “Octayde Jorge da Silva”, no processo de implantação da reforma da educação profissional, empreendido a partir dos anos 90, no Curso Técnico em Eletrotécnica - nos anos de 2010, 2011 e 2012 -, para subsidiar a dissertação do Professor Nelson Yoshio Ito Suzuki.

Considerando que no ano de 1997, o Decreto n° 2.208 regulamentou o parágrafo 2° do artigo 36 e os artigos 39 a 42 da LDB e com isso separou o ensino médio do técnico, que

passou a ser complementar ao ensino médio, ocorre, então, “um subsistema de ensino que conservou a estrutura dualista e segmentada da educação profissional (...) que rompe com a equivalência, permitindo apenas a articulação entre as duas modalidades de ensino” (CANALLI, 2009).

No ano de 2004, o Decreto nº 5.154/2004 revogou o decreto nº 2.208/97, o que foi uma conquista dos setores educacionais, sindicatos e estudiosos que pleiteavam uma nova perspectiva de integração à Educação Profissional. Esse novo decreto, que objetivou regulamentar a Educação Profissional, teve o mérito de “trazer de volta a possibilidade de integrar o ensino médio à educação profissional técnica de nível médio, agora numa perspectiva que não se confunde com a educação tecnológica ou politécnica, mas que aponta em sua direção” (MOURA, 2010, p. 74).

No ano de 2005, em que ocorreu a primeira fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, que se efetivou através da Lei 11.195/05, houve a transformação do CEFET-Paraná em Universidade Tecnológica Federal do Paraná, a primeira universidade dessa modalidade de ensino no Brasil.

No ano de 2007, acontece a segunda fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

No ano seguinte, em 2008, a partir da Lei 11.892, de 29 de dezembro, foi instituída a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia que oferecem ensino médio integrado, cursos técnicos subsequentes, cursos superiores de tecnologia, graduação, licenciatura e pós-graduação. As instituições que pertencem à Rede de Educação Profissional e Tecnológica são os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, Centros Federais de Educação Tecnológica, Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais e Universidade Tecnológica Federal. A Educação Profissional e Tecnológica brasileira “integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho” (LDBN, 1996), e o objetivo desta é o desenvolvimento do crescimento da escolaridade, da profissionalização e a inserção no mercado de trabalho.

#### PERGUNTAS:

1. No processo de implantação da reforma da educação profissional, empreendida nos anos 90 no IFMT – Campus “Octayde Jorge da Silva”. Em sua opinião, quais foram às

mudanças mais relevantes que contribuíram para o atendimento às demandas dos cidadãos, do mercado de trabalho e da sociedade?

2. No seu ponto de vista, houve diferenças significativas na percepção da sociedade quanto à reforma da educação profissional empreendida nos anos 90 no IFMT – Campus “Octayde Jorge da Silva”?

( ) Não, porque?

( ) Sim. Se houve, pontue quais as positivas e/ou negativas.

3. Após a reforma da educação profissional, quais as mudanças que realmente ocorreram na estrutura curricular e de funcionamento do curso de eletrotécnica deste campus?

4. Com a modularização do nível médio e técnico. Quais as dificuldades observadas na flexibilização dos currículos?

5. Nos cursos subsequentes, qual a sua opinião sobre sua organização Didática?

➤ Pontue as dificuldades que foram encontradas na flexibilização dos currículos com a separação do nível médio e técnico.

6. A respeito da organização curricular do curso técnico em eletrotécnica ofertado pelo Campus, nesse período de reforma da educação profissional, nas modalidades: SUBSEQUENTE, INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO e PROEJA. Em sua opinião, qual dessas modalidades mais contribui para desenvolver as competências, habilidades, atitudes e valores do educando – aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser –, e coopera com a sua permanência (evasão) e êxito aos educandos do IFMT – Campus “Octayde Jorge da Silva”?

7. Quais as facilidades e/ou dificuldades no acesso, permanência e êxito dos alunos nos cursos subsequentes?

8. Em relação ao mercado de trabalho, qual a sua percepção no que se refere ao papel da educação profissional?

9. Antes da reforma da educação profissional, o IFMT – Campus “Octayde Jorge da Silva” sempre foi uma referência de qualidade em educação profissional para Cuiabá-MT e para o Estado de Mato Grosso. Em sua opinião, o que realmente mudou e qual sua concepção sobre essas mudanças?

10. Considerando que, historicamente, esta modalidade de educação originou atender aos pobres e marginalizados, sendo construída sob a égide da preparação de mão de obra qualificada às demandas das grandes indústrias e do mercado de trabalho: Em sua opinião, é necessário compreender como este processo de expansão se consolida na atual conjuntura e quais as tendências e perspectivas da Educação Profissional frente ao desenvolvimento social e humano?

Este instrumento de entrevista foi aplicado na segunda fase da pesquisa, após a identificação e análise dos documentos referentes à implantação da reforma da educação profissional, a partir da proposta inicial do governo até a atual situação do ensino profissionalizante no Brasil.

Foram identificadas e analisadas todas as informações sobre a temática no Ministério da Educação – MEC, recolhendo todos os dados e, simultaneamente, foi formulado o questionário a ser utilizado na entrevista.

De acordo com o que ressalta Torres (2006, p.62): “O ato de investigar e tentar explicar a realidade se dá mediante uma atividade de aproximações sucessivas dessa realidade, o processo, portanto, nunca se esgota cuja relação objeto/método é construída também ao caminhar da pesquisa”.

Nessa abordagem qualitativa, além da análise documental, a entrevista tem como objetivo compreender através da percepção dos docentes qual o lógica da reforma que alterou toda a estrutura da organização didática dos cursos técnicos.

Segundo a afirmação de Bogdan & Biklen (1994, p.50), a análise de dados “é como um funil: as coisas estão abertas de início (ou no topo) e vão se tornando mais fechadas e específicas no extremo”.

Como assegura Bogdan & Biklen (1994), a investigação científica implica um escrutínio empírico e sistemático que se baseia em dados e a investigação qualitativa preenche esses requisitos, respondendo, assim, à indagação: será que a abordagem qualitativa é verdadeiramente científica? A resposta a essa investigação é a legitimidade da pesquisa, após

a análise dos dados coletados, por meio dos recursos de pesquisa empregados, neste estudo documental e de narrativas.

Neste estudo de caso, serão utilizados os métodos qualitativos e quantitativos, e é nessa perspectiva, que para Minayo (1994, p. 21), entende-se que a pesquisa qualitativa “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”. Esse tipo de análise se desdobra em três etapas: pré-análise, exploração do material ou codificação e tratamento dos resultados obtidos/interpretação.

Nesta primeira fase da pesquisa será feita a identificação e análise documental, principalmente dos decretos e grades curriculares.

Como fonte de investigação, será adotado o estudo de caso, pois a pesquisa aborda uma entidade bem definida, visando conhecer em profundidade o como e o porquê de uma determinada situação que se supõe ser única em muitos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico (FONSECA, 2002).

O Método do Estudo de Caso é um método das Ciências Sociais e, como outras estratégias, tem as suas vantagens e desvantagens que devem ser analisadas à luz do tipo de problema e das questões a serem respondidas, do controle possível ao investigador sobre o real evento comportamental e tendo o foco na atualidade, em contraste com o caráter do método histórico. Um ponto comum entre vários autores (GOODE, 1969, YIN, 1989, BONOMA, 1985) é a recomendação de grande cuidado ao se planejar a execução do estudo de caso para se fazer frente às críticas tradicionais que são feitas ao método.

Ainda segundo GOODE e HATT (1967), a ocorrência deste sentimento de certeza pode resultar no perigo de se negligenciar ou deixar de verificar fidedignidade dos dados registrados, da classificação usada ou da análise dos dados. Aqui, é interessante o comentário feito pelos autores:

YIN (1989, p. 23) afirma que “o estudo de caso é uma inquirição empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, quando a fronteira entre o fenômeno e o contexto não é claramente evidente e onde múltiplas fontes de evidência são utilizadas”. Essa afirmativa apresentada como uma “definição mais técnica” por YIN (1989, p. 23), nos ajuda, segundo ele, a compreender e a distinguir o método do estudo de caso de outras estratégias de pesquisa como o método histórico e a entrevista em profundidade, o método experimental e o *survey*.

Ao comparar o Método do Estudo de Caso com outros métodos, YIN (1989) afirma que para se definir o método a ser usado é preciso analisar as questões que são colocadas pela investigação. De modo específico, esse método é adequado para responder às questões “como” e “porque” que são questões explicativas e tratam de relações operacionais que ocorrem ao longo do tempo mais do que frequências ou incidências.

O Método do Estudo de Caso obtém evidências a partir de seis fontes de dados: documentos, registros de arquivos, entrevistas, observação direta, observação participante e artefatos físicos e cada uma delas requer habilidades específicas e procedimentos metodológicos específicos.

A entrevista, dentro da metodologia do Estudo de Caso, pode assumir várias formas:

- Entrevista de Natureza Aberta-Fechada – na qual o investigador pode solicitar aos respondentes-chave a apresentação de fatos e de suas opiniões a eles relacionados;
- Entrevista Focada – em que o respondente é entrevistado por um curto período de tempo e pode assumir um caráter aberto-fechado ou se tornar conversacional, mas o investigador deve preferencialmente seguir as perguntas estabelecidas no protocolo da pesquisa;
- Entrevista do tipo *Survey* - que implica em questões e respostas mais estruturadas.

As proposições ajudam o investigador a manter o foco e a estabelecer critérios para selecionar os dados. Ajudam também a organizar o caso e a analisar explicações alternativas.

- Desenvolvimento da Descrição do Caso - Constitui-se na elaboração de um esquema descritivo para se organizar o Estudo de Caso e pode ser usado para ajudar a identificar os tipos de eventos que podem ser quantificados e como um padrão geral de complexidade para ajudar a explicar.

Este método, assim como os métodos qualitativos, é útil quando o fenômeno a ser estudado é amplo e complexo, em que o corpo de conhecimento existente é insuficiente para suportar a proposição de questões causais e nos casos em que o fenômeno não pode ser estudado fora do contexto onde naturalmente ocorre (BONOMA, 1985).

De qualquer forma, o Método do Estudo de Caso oferece significativas oportunidades para a Administração e para os Administradores, pois pode possibilitar o estudo de inúmeros problemas de Administração de difícil abordagem por outros métodos e pela dificuldade de se isolá-los de seu contexto na vida real.

Com a clareza que se tem do objeto de estudo desta pesquisa, que é entender as mudanças ocorridas nas grades curriculares dos cursos técnicos da área de eletroeletrônica, de nível médio e pós-médio, oferecidos pelo IFMT – Campus Cuiabá “Octayde Jorge da Silva” a partir da revogação do Decreto n° 2.208/97, da transitoriedade do Decreto n° 5154/2004 e da promulgação da Lei 11.892/2008 que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, entende-se que a abordagem qualitativa interpretativa e a quantitativa, pelas suas características essenciais à investigação, dão conta de atender plenamente aos objetivos propostos, uma vez que o trabalho dialoga com pensamentos e ações dos sujeitos reais que compõem a sua realidade.

Mesmo tendo essa compreensão dos objetivos, do cenário em que se desenvolve o estudo de caso e também a preocupação em definir os instrumentos de forma a levantar dados que pudessem nortear a investigação, para o processo de coleta e análise de dados não podemos definir, a priori, a seleção de um melhor ou mais efetivo método. No entanto, temos que levar em consideração as etapas percorridas pela pesquisa, como bem observam Ludke e André (1986, p.15): “geralmente o pesquisador desenvolve a sua investigação passando por três etapas: exploração, decisão e descoberta”.

Um instrumento de pesquisa deve apresentar desenvolvimento lógico e ter claro quem são os sujeitos que serão submetidos e quais os objetivos que se pretendem alcançar. Por isso, a aplicação de uma entrevista semiestruturada, com cunho de estudo exploratório, foi importante para a elaboração do questionário.

[...] pode ocorrer também que o investigador, baseado numa teoria, precise elaborar um instrumento, uma escola de opinião, por exemplo, que cogita num estudo descritivo que está planejado. Então o pesquisador planeja um estudo exploratório para encontrar os elementos necessários que lhe permitam, em contato com determinada população, obter os resultados que deseja [...] (TRIVIÑOS, 1987, p. 107).

Este estudo exploratório nos oportunizou olhar mais profundamente sobre as dificuldades e incertezas, contribuindo consideravelmente na produção do questionário a ser aplicado a todos os sujeitos importantes para a percepção do fenômeno em questão.

Para a realização deste estudo de caso foi realizada, subsidiariamente, na primeira fase da pesquisa a abordagem qualitativa, em que fizemos a identificação e análise documental, principalmente dos decretos e grades curriculares e, na segunda fase, foi realizada uma abordagem quantitativa, na medida em que analisamos a inserção dos jovens egressos dos

cursos Técnicos de Eletrotécnica do IFMT – Campus Cuiabá “Octayde Jorge da Silva” no mundo de trabalho.

### 3.1. INFLUÊNCIA DA REFORMA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA MUDANÇA DO CURRÍCULO DO ELETROTÉCNICO DO IFMT - CAMPUS CUIABÁ

#### 3.1.1. Análise documental – Banco de dados do Q-Acadêmico do IFMT

O banco de dados foi obtido através do sistema de gestão acadêmica, o Q-Acadêmico do IFMT, com informações de ingressos nos cursos de eletrotécnica subsequente e integrado, nos anos de 2010, 2011 e 2012 do Campus Cuiabá. Consideraram-se com o status de concluído os estudantes que terminaram os estudos das matérias básicas (concludentes), os que finalizaram e estão fazendo estágio, os que se formaram oficialmente e os que adquiriram o diploma. Aqueles que saíram do curso são os agregados que trancaram, evadiram, cancelaram e/ou transferiram internamente e externamente.

##### 3.1.1.1. Perfil subsequente e integrado

**Tabela 1 - Quantidade de alunos ingressantes nos cursos integrados e subsequentes de eletrotécnica de 2010/1, 2011/1 e 2012/1 no IFMT - Campus Cuiabá.**

| Turma                          | Curso Técnico em Eletrotécnica |             | Total por turma |
|--------------------------------|--------------------------------|-------------|-----------------|
|                                | Integrado                      | Subsequente |                 |
| 2010/1                         | 36                             | 27          | 63              |
| 2011/1                         | 36                             | 67          | 103             |
| 2012/1                         | 33                             | 55          | 88              |
| <b>Total por tipo de curso</b> | <b>105</b>                     | <b>149</b>  | <b>254</b>      |

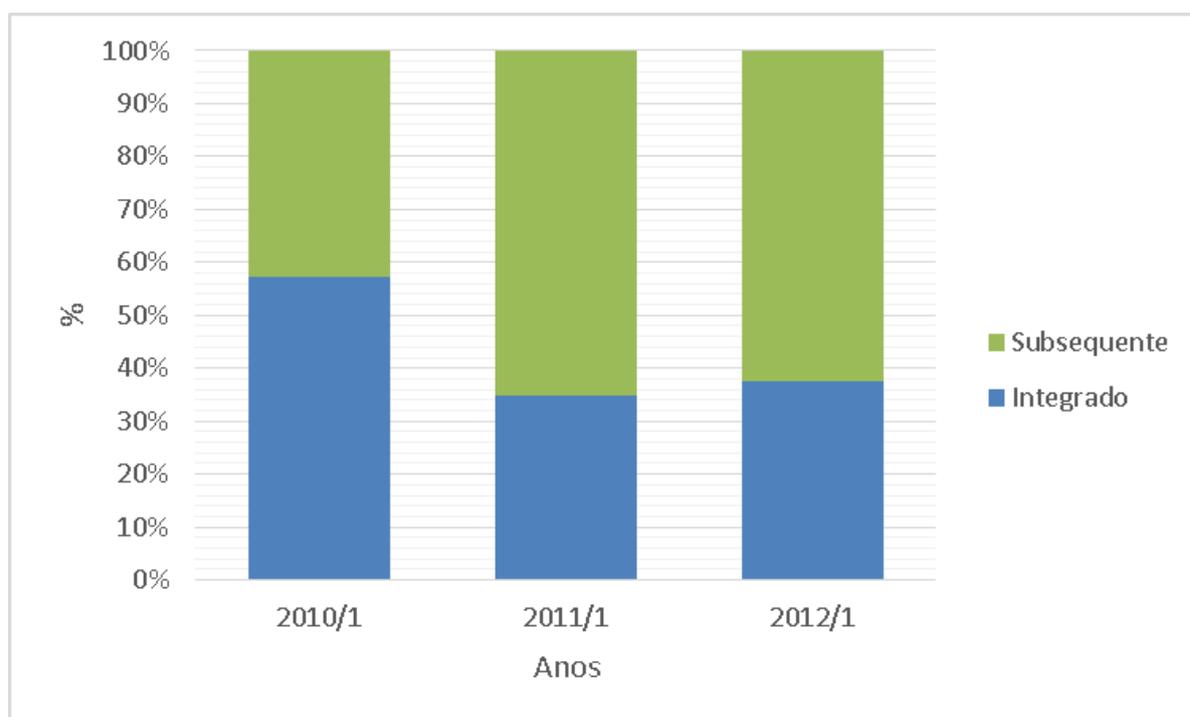
Fonte: Construção do autor a partir dos dados do IFMT - Campus Cuiabá

**Tabela 2 - Quantidade de alunos ingressantes nos cursos integrados e subsequentes de eletrotécnica de 2010/1, 2011/1 e 2012/1 no IFMT - Campus Cuiabá (%)**

| Turma                   | Curso Técnico em Eletrotécnica |             | Total por turma |
|-------------------------|--------------------------------|-------------|-----------------|
|                         | Integrado                      | Subsequente |                 |
| 2010/1                  | 57,1%                          | 42,9%       | 100,0%          |
| 2011/1                  | 35,0%                          | 65,0%       | 100,0%          |
| 2012/1                  | 37,5%                          | 62,5%       | 100,0%          |
| Total por tipo de curso | 41,3%                          | 58,7%       | 100,0%          |

Fonte: Construção do autor a partir dos dados do IFMT - Campus Cuiabá

**Figura 1 - Quantidade de alunos ingressantes nos cursos integrados e subsequentes de eletrotécnica de 2010/1, 2011/1 e 2012/1 no IFMT - Campus Cuiabá (%)**



Fonte: Construção do autor a partir dos dados do IFMT - Campus Cuiabá

Em 2010, como pode ser observado na Tabela 3, o número de estudantes de eletrotécnica do integrado (57,1%) é maior que o do subsequente (42,9%). Já em 2011, essa proporção mudou para 35,0%, no integrado e 65,0%, no subsequente. A situação se estabilizou em 2012 – variação menor em relação a 2010 e 2011 – com 62,5% para o curso de eletrotécnica subsequente e 37,5% para o integrado.

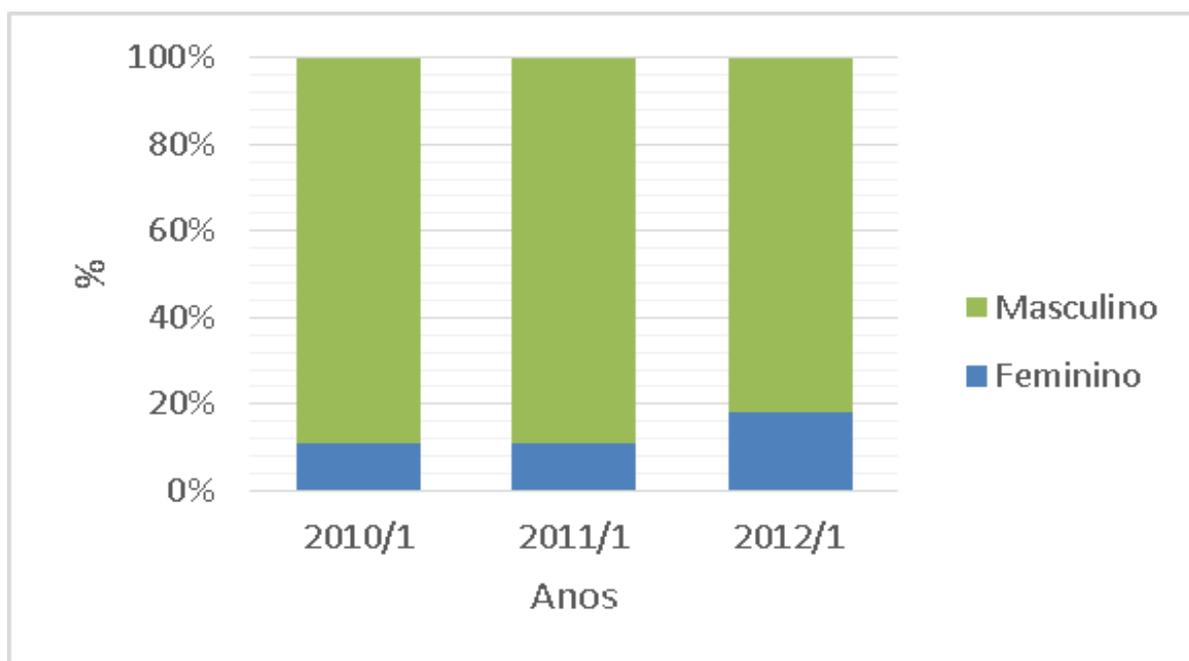
### 3.1.1.2. Sexo

**Tabela 3 - Quantidade de alunos ingressantes nos cursos integrantes de eletrotécnica de 2010/1, 2011/1 e 2012/1 no IFMT - Campus Cuiabá por sexo (%)**

| Sexo/Turma      | 2010/1 | 2011/1 | 2012/1 | Total por sexo |
|-----------------|--------|--------|--------|----------------|
| Feminino        | 11,1%  | 11,1%  | 18,2%  | 13,3%          |
| Masculino       | 88,9%  | 88,9%  | 81,8%  | 86,7%          |
| Total por turma | 100,0% | 100,0% | 100,0% | 100,0%         |

Fonte: Construção do autor a partir dos dados do IFMT - Campus Cuiabá

**Figura 2 - Quantidade de alunos ingressantes nos cursos integrantes de eletrotécnica de 2010/1, 2011/1 e 2012/1 no IFMT - Campus Cuiabá por sexo (%)**



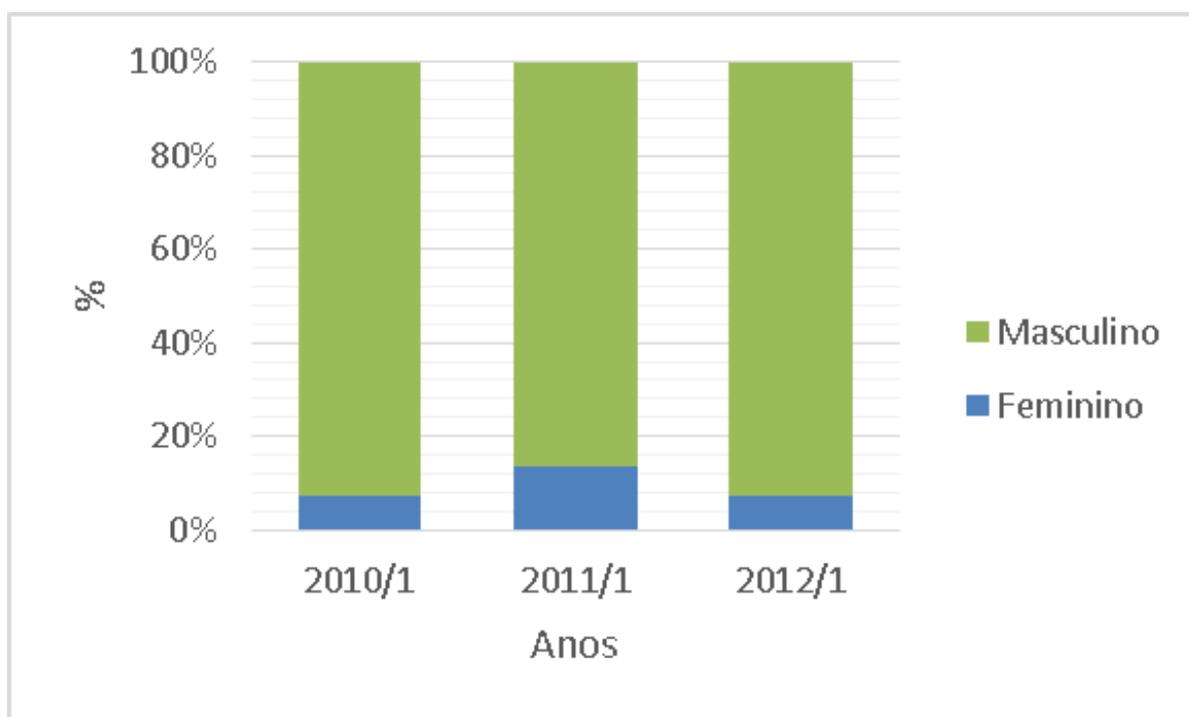
Fonte: Construção do autor a partir dos dados do IFMT - Campus Cuiabá

**Tabela 4 - Quantidade de alunos ingressantes nos cursos subsequentes de eletrotécnica de 2010/1, 2011/1 e 2012/1 no IFMT - Campus Cuiabá por sexo (%)**

| Sexo\Turma      | 2010/1 | 2011/1 | 2012/1 | Total por sexo |
|-----------------|--------|--------|--------|----------------|
| Feminino        | 7,4%   | 13,4%  | 7,3%   | 10,1%          |
| Masculino       | 92,6%  | 86,6%  | 92,7%  | 89,9%          |
| Total por turma | 100,0% | 100,0% | 100,0% | 100,0%         |

Fonte: Construção do autor a partir dos dados do IFMT - Campus Cuiabá

**Figura 3 - Quantidade de alunos ingressantes nos cursos subsequentes de eletrotécnica de 2010/1, 2011/1 e 2012/1 no IFMT - Campus Cuiabá por sexo (%)**



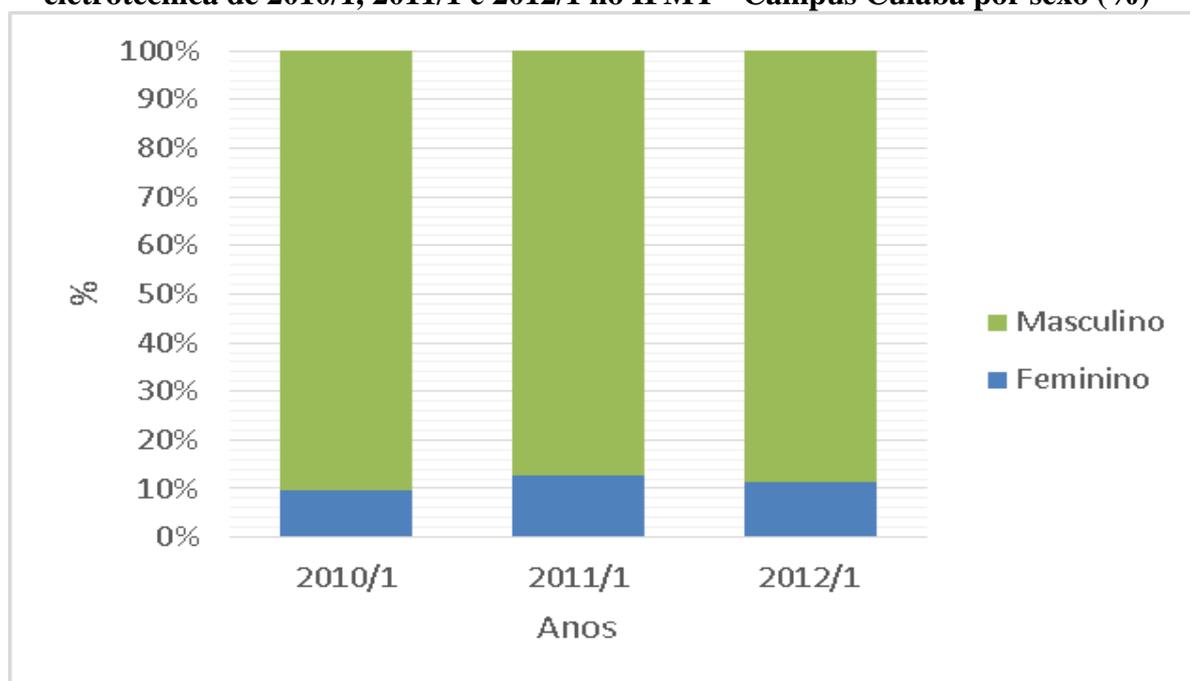
Fonte: Construção do autor a partir dos dados do IFMT - Campus Cuiabá

**Tabela 5 - Quantidade de alunos ingressantes nos cursos integrados e subsequentes de eletrotécnica de 2010/1, 2011/1 e 2012/1 no IFMT - Campus Cuiabá por sexo (%)**

| Sexo\Turma      | 2010/1 | 2011/1 | 2012/1 | Total por sexo |
|-----------------|--------|--------|--------|----------------|
| Feminino        | 9,5%   | 12,6%  | 11,4%  | 11,4%          |
| Masculino       | 90,5%  | 87,4%  | 88,6%  | 88,6%          |
| Total por turma | 100,0% | 100,0% | 100,0% | 100,0%         |

Fonte: Construção do autor a partir dos dados do IFMT - Campus Cuiabá

**Figura 4 - Quantidade de alunos ingressantes nos cursos integrados e subsequentes de eletrotécnica de 2010/1, 2011/1 e 2012/1 no IFMT - Campus Cuiabá por sexo (%)**



Fonte: Construção do autor a partir dos dados do IFMT - Campus Cuiabá

Ao longo desses anos, os cursos integrado e subsequente mostraram percentual de homens maior do que de mulheres. Neste período, o integrado teve 86,7% dos seus alunos do sexo masculino e o subsequente 89,9%.

As mulheres no curso de eletrotécnica no IFMT – Campus Cuiabá representaram a minoria dos estudantes ao longo da série, cerca de 11,4% do total.

### 3.1.1.3. Situação

**Tabela 6 - Quantidade de alunos ingressantes nos cursos subsequentes de eletrotécnica de 2010/1, 2011/1 e 2012/1 no IFMT - Campus Cuiabá de acordo com a situação (%)**

| Situação\Turma         | 2010/1        | 2011/1        | 2012/1        | Total por situação |
|------------------------|---------------|---------------|---------------|--------------------|
| <b>Matriculado</b>     | <b>0,0%</b>   | <b>3,0%</b>   | <b>18,2%</b>  | <b>8,1%</b>        |
| <b>Saíram do curso</b> | <b>48,1%</b>  | <b>52,2%</b>  | <b>50,9%</b>  | <b>51,0%</b>       |
| Cancelado              | 3,7%          | 6,0%          | 1,8%          | 4,0%               |
| <b>Evasão</b>          | <b>44,4%</b>  | <b>43,3%</b>  | <b>43,6%</b>  | <b>43,6%</b>       |
| Trancado               | 0,0%          | 1,5%          | 3,6%          | 2,0%               |
| Transferido Externo    | 0,0%          | 0,0%          | 1,8%          | 0,7%               |
| Transferido Interno    | 0,0%          | 1,5%          | 0,0%          | 0,7%               |
| <b>Concluíram</b>      | <b>51,9%</b>  | <b>44,8%</b>  | <b>30,9%</b>  | <b>40,9%</b>       |
| Concludente            | 44,4%         | 38,8%         | 12,7%         | 30,2%              |
| Concluído              | 7,4%          | 6,0%          | 18,2%         | 10,7%              |
| <b>Total por turma</b> | <b>100,0%</b> | <b>100,0%</b> | <b>100,0%</b> | <b>100,0%</b>      |

Fonte: Construção do autor a partir dos dados do IFMT - Campus Cuiabá

**Tabela 7 - Quantidade de alunos ingressantes nos cursos integrados de eletrotécnica de 2010/1, 2011/1 e 2012/1 no IFMT - Campus Cuiabá de acordo com a situação (%)**

| Situação\Turma         | 2010/1        | 2011/1        | 2012/1        | Total por situação |
|------------------------|---------------|---------------|---------------|--------------------|
| <b>Matriculado</b>     | <b>2,8%</b>   | <b>22,2%</b>  | <b>63,6%</b>  | <b>28,6%</b>       |
| <b>Saíram do curso</b> | <b>52,8%</b>  | <b>41,7%</b>  | <b>36,4%</b>  | <b>43,8%</b>       |
| Cancelado              | 2,8%          | 0,0%          | 0,0%          | 1,0%               |
| <b>Evasão</b>          | <b>30,6%</b>  | <b>16,7%</b>  | <b>3,0%</b>   | <b>17,1%</b>       |
| Trancado               | 0,0%          | 0,0%          | 3,0%          | 1,0%               |
| Transferido Externo    | 19,4%         | 16,7%         | 27,3%         | 21,0%              |
| Transferido Interno    | 0,0%          | 8,3%          | 3,0%          | 3,8%               |
| <b>Concluíram</b>      | <b>44,4%</b>  | <b>36,1%</b>  | <b>0,0%</b>   | <b>27,6%</b>       |
| Concludente            | 19,4%         | 16,7%         | 0,0%          | 12,4%              |
| Concluído              | 25,0%         | 19,4%         | 0,0%          | 15,2%              |
| <b>Total por turma</b> | <b>100,0%</b> | <b>100,0%</b> | <b>100,0%</b> | <b>100,0%</b>      |

Fonte: Construção do autor a partir dos dados do IFMT - Campus Cuiabá

**Tabela 8 - Quantidade de alunos ingressantes nos cursos integrados e subsequentes de eletrotécnica de 2010/1, 2011/1 e 2012/1 no IFMT - Campus Cuiabá de acordo com a situação (%)**

| Situação\Turma         | 2010/1        | 2011/1        | 2012/1        | Total por situação |
|------------------------|---------------|---------------|---------------|--------------------|
| <b>Matriculado</b>     | <b>1,6%</b>   | <b>9,7%</b>   | <b>35,2%</b>  | <b>16,5%</b>       |
| <b>Saíram do curso</b> | <b>50,8%</b>  | <b>48,5%</b>  | <b>45,5%</b>  | <b>48,0%</b>       |
| Cancelado              | 3,2%          | 3,9%          | 1,1%          | 2,8%               |
| Evasão                 | 36,5%         | 34,0%         | 28,4%         | 32,7%              |
| Trancado               | 0,0%          | 1,0%          | 3,4%          | 1,6%               |
| Transferido Externo    | 11,1%         | 5,8%          | 11,4%         | 9,1%               |
| Transferido Interno    | 0,0%          | 3,9%          | 1,1%          | 2,0%               |
| <b>Concluíram</b>      | <b>47,6%</b>  | <b>41,7%</b>  | <b>19,3%</b>  | <b>35,4%</b>       |
| Concludente            | 30,2%         | 31,1%         | 8,0%          | 22,8%              |
| Concluído              | 17,5%         | 10,7%         | 11,4%         | 12,6%              |
| <b>Total por turma</b> | <b>100,0%</b> | <b>100,0%</b> | <b>100,0%</b> | <b>100,0%</b>      |

Fonte: Construção do autor a partir dos dados do IFMT - Campus Cuiabá

Até a data de coleta dos dados, no curso de integrado em eletrotécnica não teve formados, como a Tabela 8 mostra. Verifica-se que o número de estudantes que saíram do curso do integrado em eletrotécnica pode ter começado a diminuir, pois em 2010 este número era de 52,8%, em 2011, de 41,7% e em 2012, de 36,4%. Já o subsequente tem percentual aparentemente estável, variando em torno de 51,0%.

Quanto ao curso subsequente, o principal motivo para a saída de estudantes foi a evasão, responsável por 43,6% nessa série histórica. No integrado, além da evasão (17,1%), também há um número significativo de transferência externa (21,0%). Nesse último, torna-se preocupante a evasão porque o integrado é composto pelo ensino médio e o técnico em eletrotécnica, sendo o ensino médio obrigatório.

No integrado e no subsequente é possível notar queda na quantidade de estudantes que concluíram o curso. Essa situação exige atenção para que possam ser realizadas políticas para mitigar essa realidade.

**Tabela 9 - Quantidade de alunos ingressantes nos cursos integrados e subsequentes de eletrotécnica de 2010/1 no IFMT - Campus Cuiabá de acordo com a situação em 2015**

| Região                         | Matriculado | Saíram do curso | Concluíram |
|--------------------------------|-------------|-----------------|------------|
| Matriculado                    | 1           | 0               | 0          |
| Cancelado                      | 0           | 2               | 0          |
| Evasão                         | 0           | 23              | 0          |
| Trancado                       | 0           | 0               | 0          |
| Transferido Externo            | 0           | 7               | 0          |
| Transferido Interno            | 0           | 0               | 0          |
| Concludente                    | 0           | 0               | 19         |
| Concluído                      | 0           | 0               | 11         |
| <b>Total por classificação</b> | <b>1</b>    | <b>32</b>       | <b>30</b>  |

Fonte: Construção do autor a partir dos dados do IFMT - Campus Cuiabá

**Tabela 10 - Quantidade de alunos ingressantes nos cursos integrados e subsequentes de eletrotécnica de 2011/1 no IFMT - Campus Cuiabá de acordo com a situação em 2015**[Erro! Vínculo não válido.](#)

| Motivo\Classificação           | Matriculado | Saíram do curso | Concluíram |
|--------------------------------|-------------|-----------------|------------|
| Matriculado                    | 10          | 0               | 0          |
| Cancelado                      | 0           | 4               | 0          |
| Evasão                         | 0           | 35              | 0          |
| Trancado                       | 0           | 1               | 0          |
| Transferido Externo            | 0           | 6               | 0          |
| Transferido Interno            | 0           | 4               | 0          |
| Concludente                    | 0           | 0               | 32         |
| Concluído                      | 0           | 0               | 11         |
| <b>Total por classificação</b> | <b>10</b>   | <b>50</b>       | <b>43</b>  |

Fonte: Construção do autor a partir dos dados do IFMT - Campus Cuiabá

**Tabela 11 - Quantidade de alunos ingressantes nos cursos integrados e subsequentes de eletrotécnica de 2012/1 no IFMT – Campus Cuiabá de acordo com a situação em 2015**

| Motivo\Classificação           | Matriculado | Saíram do curso | Concluíram |
|--------------------------------|-------------|-----------------|------------|
| Matriculado                    | 31          | 0               | 0          |
| Cancelado                      | 0           | 1               | 0          |
| Evasão                         | 0           | 25              | 0          |
| Trancado                       | 0           | 3               | 0          |
| Transferido Externo            | 0           | 10              | 0          |
| Transferido Interno            | 0           | 1               | 0          |
| Concludente                    | 0           | 0               | 7          |
| Concluído                      | 0           | 0               | 10         |
| <b>Total por classificação</b> | <b>31</b>   | <b>40</b>       | <b>17</b>  |

Fonte: Construção do autor a partir dos dados do IFMT - Campus Cuiabá

Apesar do número expressivo de matriculados no último ano, o atraso na conclusão do curso foi em razão da greve que houve no Instituto, em 2015. As classificações que mais se destacam são a de evasão e concludentes. A evasão corresponde aos estudantes que saem do curso sem cancelá-lo e geralmente não repassam a informação para a instituição do que ocorreu. E os concludentes mostram que a exigência do estágio se dá como o principal entrave para que os estudantes possam adquirir o diploma.

### **3.1.2. Aplicação de questionário para análise quanto à inserção do aluno egresso no mercado de trabalho**

A reforma da educação tem como um dos objetivos a inserção do estudante no mercado de trabalho. Uma forma de verificar como estão os alunos egressos do curso de eletrotécnica é a aplicação de questionário, para então verificar se a formação permite que se insiram no mercado e que deem continuidade aos seus estudos.

O público alvo da amostra são os estudantes que concluíram (concluintes e concludentes) o curso de eletrotécnica subsequente e integrado dos anos de 2010, 2011 e 2012 do IFMT - Campus Cuiabá.

Os contatos foram obtidos por meio da base de dados do sistema de cadastro do IFMT. O questionário foi enviado por e-mail e pelas redes sociais (como whatsapp, por exemplo), esse inquérito teve sua construção através do formulário online do Google. Este tipo de pesquisa tem como benefício coletar o maior número de questões de maneira rápida.

Buscou-se saber qual a situação daqueles que concluíram o curso, identificar se estudam ou trabalham e em que área estão atuando. Assim, foram coletados 22 questionários válidos, os quais foram respondidos por completo. Esta coleta se deu entre os dias 14/02/2016 a 04/03/2016.

### 3.1.2.1. Resultados e Discussões

**Tabela 12 - Proporção dos que concluíram o curso de eletrotécnica no IFMT - Campus Cuiabá e responderam ao questionário por classificação do curso (%)**

| Classificação do curso | Quantidade | Proporção |
|------------------------|------------|-----------|
| Integrado              | 29         | 32,2%     |
| Subsequente            | 61         | 67,8%     |
| Total Geral            | 90         | 100,0%    |

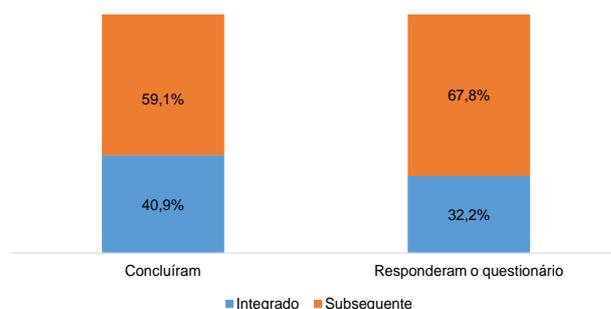
Fonte: Construção do autor.

**Tabela 13 - Proporção dos que concluíram o curso de eletrotécnica no IFMT - Campus Cuiabá e responderam ao questionário por classificação do curso (%)**

| Classificação do curso | Quantidade | Proporção |
|------------------------|------------|-----------|
| Integrado              | 9          | 40,9%     |
| Subsequente            | 13         | 59,1%     |
| Total                  | 22         | 100,0%    |

Fonte: Construção do autor.

**Figura 5 - Proporção dos que concluíram o curso de eletrotécnica no IFMT - Campus Cuiabá e responderam ao questionário por classificação do curso (%)**



Fonte: Construção do autor.

A Tabela 10 mostra o percentual de estudantes de eletrotécnica do IFMT-Campus Cuiabá que concluíram o curso e são do integrado (32,2%) e do subsequente (67,8%) e a Tabela 11 a distribuição da amostra. Percebe-se de maneira geral que as informações coletadas tendem a seguir a distribuição da população alvo com 40,9% do integrado e 59,1% do subsequente, a diferença está no tamanho da amostra.

**Tabela 14 - Proporção dos que concluíram o curso de eletrotécnica no IFMT - Campus Cuiabá e responderam ao questionário por classificação do curso e ano de ingresso (%)**

| Ano   | Integrado | Subsequente | Total por ano de ingresso |
|-------|-----------|-------------|---------------------------|
| 2010  | 30,0%     | 70,0%       | 100,0%                    |
| 2011  | 66,7%     | 33,3%       | 100,0%                    |
| 2012  | -         | 100,0%      | 100,0%                    |
| Total | 40,9%     | 59,1%       | 100,0%                    |

Fonte: Construção do autor.

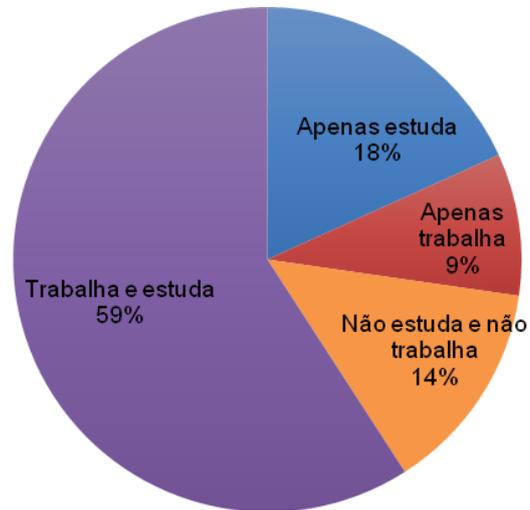
Em 2010, os concluintes que mais responderam foram os do subsequente, representando em 2010, 70%. Em 2011, esse número se inverte, com o Integrado sendo a maioria (66,7%). Devido à greve, não houve concluintes do Integrado da turma que ingressou em 2012, por isso não há entrevistados dessa turma.

**Tabela 15 - Ocupação dos concluintes nos cursos subsequente e integrado de eletrotécnica de 2010/1, 2011/1 e 2012/1 no IFMT - Campus Cuiabá (%)**

| Ocupação                  | Integrado | Subsequente | Total Geral |
|---------------------------|-----------|-------------|-------------|
| Apenas estuda             | 33,30%    | 7,70%       | 18,20%      |
| Apenas trabalha           | -         | 15,40%      | 9,10%       |
| Não estuda e não trabalha | 11,10%    | 15,40%      | 13,60%      |
| Trabalha e estuda         | 55,60%    | 61,50%      | 59,10%      |
| Total                     | 100,00%   | 100,00%     | 100,00%     |

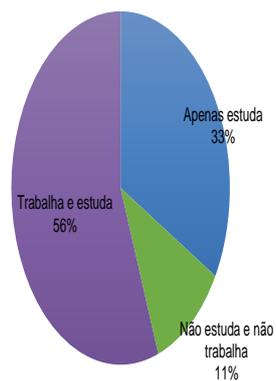
Fonte: Construção do autor.

**Figura 6 - Ocupação dos concluintes nos cursos subsequente e integrado de eletrotécnica de 2010/1, 2011/1 e 2012/1 no IFMT - Campus Cuiabá (%)**



Fonte: Construção do autor.

**Figura 7 - Ocupação dos concluintes no curso integrado de eletrotécnica de 2010/1, 2011/1 e 2012/1 no IFMT - Campus Cuiabá**



Fonte: Construção do autor.

**Figura 8 - Ocupação dos concluintes no curso subsequente de eletrotécnica de 2010/1, 2011/1 e 2012/1 no IFMT - Campus Cuiabá (%)**



Fonte: Construção do autor.

No curso integrado não há concluintes que apenas trabalham, a maioria trabalha e estuda (55,6%) e 11,1% responderam que não trabalham e nem estudam. O subsequente tem menor percentual de concluintes que apenas estuda (7,7%), já o percentual daqueles que trabalham e dos que estudam e trabalham é o mesmo (15,40). De forma geral, 59,1% estuda e trabalha, seguido dos que apenas estudam (18,2%), já os que apenas trabalham compreendem a 9,1%. O que pode ser observado na Tabela 13 é que o percentual de quem não trabalha e nem estuda é maior que o percentual de quem apenas trabalha. Aqueles que não trabalham e nem estudam (13,6%) representam um maior percentual que o da população desocupada<sup>8</sup>, com 9,1% no trimestre de novembro de 2015, dezembro de 2015 e janeiro de 2016 no Brasil, segundo a Pesquisa Nacional por Domicílio (Pnad contínua) – IBGE.

<sup>8</sup>A população desocupada compreende as pessoas que não tinham trabalho e estavam efetivamente procurando trabalho, em um determinado período de referência e incorpora o conceito de disponibilidade para assumir o

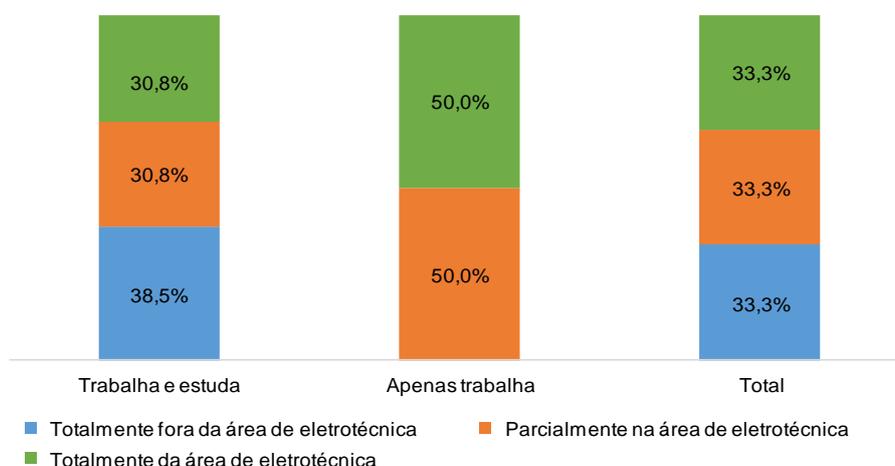
**Tabela 16 - Quantidade de concluintes que continuaram os estudos das turmas subsequentes e integrados de eletrotécnica de 2010/1, 2011/1 e 2012/1 no IFMT - Campus Cuiabá de acordo com a situação (%)**

| Tipo de curso                                         | Integrado     | Subsequente   | Total por curso |
|-------------------------------------------------------|---------------|---------------|-----------------|
| <b>Apenas estuda</b>                                  | <b>42,9%</b>  | <b>11,1%</b>  | <b>25,0%</b>    |
| Bacharelado                                           | 42,9%         | 11,1%         | 25,0%           |
| <b>Estuda e trabalha</b>                              | <b>57,1%</b>  | <b>88,9%</b>  | <b>75,0%</b>    |
| <b>Bacharelado</b>                                    | <b>42,9%</b>  | <b>44,4%</b>  | <b>43,8%</b>    |
| Pós-graduação (especialização, mestrado ou doutorado) | 0,0%          | 11,1%         | 6,3%            |
| Técnico                                               | 14,3%         | 11,1%         | 12,5%           |
| Tecnólogo                                             | -             | 22,2%         | 12,5%           |
| <b>Total</b>                                          | <b>100,0%</b> | <b>100,0%</b> | <b>100,0%</b>   |

Fonte: Construção do autor.

Os concluintes que afirmaram que estão apenas estudando representam 25,0% do total dos entrevistados, destes, todos estão fazendo curso de bacharelado, enquanto os que trabalham e estudam têm a sua maioria fazendo bacharelado, com 43,8%, seguido dos cursos técnico e tecnólogo, com 12,5% cada. Percebe-se o quanto os subsequentes são mais diversificados quanto à escolha dos cursos, se comparado aos concluintes do integrado, com estudantes na pós-graduação, técnico, tecnólogo e bacharelado. Nota-se ainda que não há opção por cursos de licenciatura.

**Figura 9 - Porcentagem de egressos que concluíram os estudos das turmas subsequentes e integrados de eletrotécnica de 2010/1, 2011/1 e 2012/1 no IFMT - Campus Cuiabá de acordo com o nível que trabalha na área (%)**



Fonte: Construção do autor.

Quanto ao nível de atuação, a figura 12 mostra que a distribuição das respostas, daqueles que trabalham fora da área, parcial ou totalmente, foi uniforme. A maioria que respondeu à pergunta pertence ao grupo dos que trabalham e estudam e aqueles cuja atuação está fora da área de eletrotécnica contemplaram 38,5% do total.

Em relação aos que apenas trabalham, nenhum entrevistado declarou que atua fora da área de eletrotécnica.

Do total que trabalha, dois terços (66,6%) declararam que atuam parcial ou totalmente na área. Assim, o curso foi útil ou pode ter colaborado de alguma forma para a inserção desses ex-alunos no mercado de trabalho.

**Tabela 17 - Quantidade de concluintes que apenas estuda e que estuda e trabalha das turmas subsequentes e integrados de eletrotécnica de 2010/1, 2011/1 e 2012/1 no IFMT - Campus Cuiabá de acordo com o curso (%)**

| Curso                              | Integrado     | Subsequente   | Total         |
|------------------------------------|---------------|---------------|---------------|
| <b>Apenas estuda</b>               | <b>37,5%</b>  | <b>12,5%</b>  | <b>26,7%</b>  |
| Agronomia                          | 0,0%          | 12,5%         | 6,7%          |
| Engenharia Elétrica                | 25,0%         | 0,0%          | 13,3%         |
| Medicina                           | 12,5%         | 0,0%          | 6,7%          |
| <b>Estuda e trabalha</b>           | <b>62,5%</b>  | <b>87,5%</b>  | <b>73,3%</b>  |
| Automação Industrial               | 0,0%          | 12,5%         | 6,7%          |
| Ciência da Computação              | 12,5%         | 0,0%          | 6,7%          |
| Ciências Contábeis                 | 12,5%         | 0,0%          | 6,7%          |
| Economia                           | 0,0%          | 12,5%         | 6,7%          |
| Eletrônica                         | 12,5%         | 0,0%          | 6,7%          |
| Engenharia Elétrica                | 12,5%         | 25,0%         | 20,0%         |
| Engenharia de Controle e Automação | 12,5%         | 0,0%          | 6,7%          |
| Segurança da Informação            | 0,0%          | 12,5%         | 6,7%          |
| Tecnólogo em Alimentos             | 0,0%          | 12,5%         | 6,7%          |
| Bacharel em Secretariado Executivo | 0,0%          | 12,5%         | 6,7%          |
| Tecnólogo Controle e Automação     | 0,0%          | 12,5%         | 6,7%          |
| <b>Total</b>                       | <b>100,0%</b> | <b>100,0%</b> | <b>100,0%</b> |

Fonte: Construção do autor.

Observa-se que 33,3% dos entrevistados deram continuidade à formação obtida como técnicos em eletrotécnica e ingressaram no curso de engenharia elétrica. Verifica-se também que 26,7% dos entrevistados ingressaram nos cursos de Automação Industrial, Controle e Automação ou Eletrônica. Aproximadamente 13,3% optaram pelas ciências da computação e segurança da informação. Os demais, 26,7%, seguiram áreas diferentes da formação adquirida em eletrotécnica.

**Tabela 18 - Quantidade de concluintes que trabalham das turmas subsequentes e integrados de eletrotécnica de 2010/1, 2011/1 e 2012/1 no IFMT - Campus Cuiabá de acordo o nível de atuação no mercado na área de eletrotécnica (%)**

| Trabalha                                 | Integrado     | Subsequente   | Total         |
|------------------------------------------|---------------|---------------|---------------|
| <b>Apenas trabalha</b>                   | -             | <b>20,0%</b>  | <b>13,4%</b>  |
| Totalmente fora da área de eletrotécnica | -             | -             | -             |
| Parcialmente na área de eletrotécnica    | -             | 10,0%         | 6,7%          |
| Totalmente na área de eletrotécnica      | -             | 10,0%         | 6,7%          |
| <b>Trabalha e estuda</b>                 | <b>100,0%</b> | <b>80,0%</b>  | <b>86,6%</b>  |
| Totalmente fora da área de eletrotécnica | 40,0%         | 30,0%         | 33,2%         |
| Parcialmente na área de eletrotécnica    | -             | 40,0%         | 26,7%         |
| Totalmente na área de eletrotécnica      | 60,0%         | 10,0%         | 26,7%         |
| <b>Total</b>                             | <b>100,0%</b> | <b>100,0%</b> | <b>100,0%</b> |

Fonte: Construção do autor.

O integrado em eletrotécnica não teve entrevistados que se dedicassem apenas ao trabalho, já no subsequente, dos que apenas trabalhavam metade deles atua parcialmente e a outra metade totalmente na área de eletrotécnica.

Quanto aos que trabalham e estudam, há um percentual maior dos que estão fora da área de eletrotécnica (33,2%), em relação aos que estão parcial ou totalmente na área, os quais correspondem a 26,7% cada um. Ainda em relação a esse grupo dos que estudam e trabalham, a maioria (86,6%) atua no mercado de trabalho e também busca maior qualificação.

Observa-se, pela Tabela 16, uma distribuição uniforme da amostra com aproximadamente um terço de cada resposta para os que se dizem estar “totalmente fora da área de eletrotécnica”, “parcialmente fora da área de eletrotécnica” e “totalmente na área de eletrotécnica”.

## **3.2. VISÃO DOS PROFESSORES E TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS SOBRE A REFORMA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E SUA IMPLANTAÇÃO NO IFMT – Campus Cuiabá “Octayde Jorge da Silva”**

### **3.2.1. Metodologia**

A amostra do questionário compreende os professores e técnicos que trabalharam diretamente com a adequação do IFMT – Campus Cuiabá às novas realidades, dispostas nas Leis e decretos.

Para atingir esse público, foi coletada por meio do questionário on-line a amostra de 09 professores e 02 técnicos. O questionário foi aplicado entre os dias 18 a 28 de abril de 2016.

As perguntas feitas foram acerca dos impactos que as reformas causaram no cotidiano, na estrutura, didática etc. Para isso, as perguntas eram de opinião, sendo assim, qualitativas e sujeitas à interpretação do avaliador.

Para resguardar o sigilo e verificar a opinião mais frequente, trabalhou-se com a classificação das opiniões e ideias, por isso, é importante salientar que houve perdas de informações na agregação das respostas, no entanto, conseguiu-se trabalhar, de fato, com a opinião da maioria dos entrevistados.

### **3.2.2. Resultados e Discussão**

#### **3.2.2.1. Mudanças que contribuíram para o atendimento às demandas dos cidadãos, do mercado de trabalho e da sociedade**

Quanto a esse item, a pergunta realizada foi: “No processo de implantação da reforma da educação profissional, empreendida nos anos 90 no IFMT – Campus Cuiabá”. Em sua opinião, quais foram as mudanças mais relevantes que contribuíram para o atendimento às demandas dos cidadãos, do mercado de trabalho e da sociedade?”.

**PET-1** - Do meu ponto de vista, as mudanças que ocorreram na educação profissional nos anos 90 não foram relevantes nos aspectos positivos, pois não contribuíram para o atendimento às demandas dos cidadãos, do mercado de trabalho e da sociedade. Ao contrário, inseriu na educação uma visão mercadológica que teve como consequência a segregação, o aumento da fragilidade nas relações humanas, em que o homem deixa de visualizar o outro como semelhante, colocando-se em um cenário de disputa, intenção da política neoliberal em desenvolvimento na década

em questão. Podemos considerar a reforma educacional dos anos 90 marcada por ambiguidades e contradições que atravessam as políticas educacionais. A autonomia escolar aparece como instrumento descentralizador, ao mesmo tempo em que, contraditoriamente, os programas de reforma consolidam o processo de avaliação externa sobre os resultados obtidos na aprendizagem de alunos, com base em testes padronizados, normatizam currículos em âmbito nacional e recentralizam o fluxo de financiamento. Fica perceptível a incorporação da forma de gestão utilizada pela iniciativa privada, predominando critérios como eficiência, eficácia, produtividade – termos mercadológicos introduzidos no contexto educacional, para aferir a capacidade da esfera educativa mediante divisão dos recursos pelo custo-aluno, além de conduzirem a escola como obrigação de preparar para o mercado de trabalho e não para o mundo do trabalho, como é desejável em uma formação crítica e cidadã.

**PET-2** - A mudança mais relevante foi nessa época atender uma demanda do ensino médio puro sem a profissionalização. Atendeu uma demanda da sociedade e não do mercado de trabalho.

**PET-3** - Apesar de mais negativas do que positivas as mudanças. Eu destacaria o entendimento da verticalização da educação profissional, redefinindo o que era entendido como cursos de tecnólogos que até então eram entendidos como cursos emergenciais para atendimento específico passaram a ser entendidos como cursos regulares como modalidade de graduação, complementar a licenciatura e o bacharelado.

**PET-4** - Na década de 90, os cursos subsequentes foram implantados com o intuito de atender a uma demanda da sociedade e do mercado de trabalho. Porém, ao desvincular a formação geral da educação profissional, ocorreu prejuízo referente à formação da dimensão humana de sujeitos sociais geralmente vindos da classe socialmente menos favorecida.

**PET-5** - A possibilidade de ofertar o curso subsequente e a de articular melhor o currículo com as demandas do mundo do trabalho. A primeira por permitir a inclusão de milhares de pessoas que estavam à margem da sociedade uma vez que estavam em defasagem idade-série. A segunda por trazer a escola mais próxima das verdadeiras demandas do mundo do trabalho e formar pessoas com capacidade de transformar a realidade local pelo aporte de tecnologias.

**PET-6** - No IFMT - Campus Cuiabá foram feitas, no sistema educacional, as mudanças propostas pelo governo brasileiro, principalmente em relação às modalidades de ensino para atender as perspectivas econômicas de produção por intermédio da inovação tecnológica. Os novos cursos do Ensino Médio Integrado e Subsequentes foram criados com base na demanda justificada do mercado regional. No diurno, Ensino Médio Integrado para os adolescentes e, para os adultos, os cursos Subsequentes ofertados no período noturno.

**PET-7** - Na verdade, com essa mudança que separou o ensino médio do técnico não houve contribuição para o atendimento ao cidadão que sempre procurou o IFMT para obter uma profissão cujo objetivo desta foi sempre formar profissional para o mercado de trabalho. Aliás, isso foi um retrocesso na educação brasileira.

**PET-8** - Considero como relevantes sob aspectos positivos o aumento de ofertas de vagas em diferentes níveis e modalidades de ensino.

**PET-9** - A primeira, e mais importante, foi o oferecimento de matrículas do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional que proporciona aos jovens e adultos uma ambiência que melhora a condição de cidadania, trabalho e inclusão social. A segunda foi o oferecimento de cursos superiores de qualidade e com perfis ajustados às demandas do mundo do trabalho.

**PET-10** - A maior relevância (pelo menos na teoria) ocorreu no Ensino Médio quando da desvinculação do ensino propedêutico do técnico, o que permitiria o acesso mais rápido do estudante-cidadão ao mercado de trabalho. Isto seria possível com implantação do Ensino Modular por Competências com certificações intermediárias, o que o tornaria “habilitado” a desenvolver determinadas funções na empresa, desde auxiliar técnico até técnico de nível médio, quando da conclusão de todos os módulos do curso.

**PET-11** - A mais relevante se deu com a queda do decreto n° 2.208/97 que acabava com o ensino técnico integrado, retornado às condições anteriores. Depois com a criação dos CEFETs em 2007, mas o maior avanço se deu com a criação do Instituto Federal.

**Tabela 19 - Mudanças que contribuíram para o atendimento às demandas dos cidadãos, do mercado de trabalho e da sociedade**

| <b>Mudança</b>                                    | <b>Questionários</b> |
|---------------------------------------------------|----------------------|
| Verticalização da educação e modalidade de ensino | 7                    |
| Inclusão e aumento de vagas                       | 5                    |
| Formação precária                                 | 3                    |
| Melhoria na qualificação dos alunos               | 2                    |
| Descentralização da administração                 | 1                    |
| Padronização do ensino                            | 1                    |
| Inovação tecnológica                              | 1                    |

Fonte: Construção do autor.

De acordo com os professores e técnicos que responderam a primeira questão, as mudanças mais relevantes que aconteceram nos anos 90 e que colaboraram para que o IFMT pudesse atender às demandas do mercado, da sociedade e dos cidadãos foram a verticalização da educação e modalidade de ensino, citada em 7 dos 11 questionários e, com 5 respostas, a inclusão e o aumento das vagas. Esses aspectos se complementam, segundo uma das respostas, “o aumento de ofertas de vagas em diferentes níveis e modalidades de ensino”.

Logo após essas citações, a opinião de 3 entrevistados é de que a qualidade da educação dos alunos ficou precária, porém 2 disseram que houve melhoria. Os primeiros acreditam que “ao desvincular a formação geral da educação profissional, ocorreu prejuízo referente à formação da dimensão humana”, já os últimos acreditam que as demandas de formação ficaram mais ajustadas à realidade nos três aspectos da pergunta (sociedade, mercado de trabalho e cidadãos).

### 3.2.2.2. Percepção da sociedade sobre a reforma da educação profissional nos anos 90 no IFMT

A pergunta que se referente à questão 2 foi:

“No seu ponto de vista, houve diferenças significativas na percepção da sociedade quanto à reforma da educação profissional empreendida nos anos 90 no IFMT – Campus Cuiabá?”.

**PET-1** - Não. Porque a sociedade sempre visualizou o campus como uma unidade de formação profissional no contexto da formação de mão de obra para o mercado de trabalho. Infelizmente a sociedade ainda não consegue visualizar a instituição de ensino profissional como responsável também pela formação cidadã.

**PET-7** - Sim, a sociedade que sempre viu a instituição com a finalidade de formar profissionais para atuarem no mercado de trabalho se viu frustrada, principalmente as famílias de poder aquisitivo mais baixo que precisam se inserir no mercado de trabalho.

**PET-10** - Acredito que não houve, uma vez que a sociedade participa muito pouco das questões escolares. Mesmo as empresas, potenciais empregadoras não tinham ou não tiveram o real entendimento do significado da reforma. Na verdade, os atores envolvidos, as empresas e sociedade em geral, não estavam preparados para o modelo de ensino implantado na Rede Federal.

**PET-2** - Sim. No meu ponto de vista negativa para a instituição que perdeu o cunho profissionalizante. Tornou-se uma escola de nível médio.

**PET-3** - Certamente sim. Positivamente, principalmente pela oferta da educação superior por meio dos cursos superiores de tecnologia. Negativamente, pela separação da educação profissional do ensino médio, acabando com o ensino integrado. Acentuando assim a dualidade do ensino básico no Brasil.

**PET-4** - Sim; pontos positivos: a possibilidade de formar mão de obra que atendesse às demandas do mercado de trabalho, promover em curto espaço de tempo formação de mão de obra qualificada, promover melhoria da qualidade de vida da classe menos favorecida por meio da formação profissional; pontos negativos: a maioria dos alunos, oriunda da rede pública estadual, apresentava lacunas em termos de conhecimentos necessários para o desempenho nas áreas técnicas; evasão nos cursos subsequentes.

**PET-5** - Houve mudanças e elas foram percebidas. Entretanto, essas mudanças não se incorporam ao discurso social. Uma mudança importante foi a introdução dos adultos na EPT, isso foi percebido uma vez que a demanda cresceu. O IFMT já não era mais o espaço do filho da classe média e alta, mas sim dos trabalhadores. Foi ruim a percepção dos docentes que acharam que este pessoal não estava intelectualmente preparado para a EPT.

**PET-6** - Sim, de alunos jovens do Ensino Médio Integrado e/ou Ensino Médio dos anos anteriores, a Escola passou a ter alunos adultos, trabalhadores. Estudavam a noite e durante o dia trabalhavam, buscavam qualificação.

**PET-8** - Sim. Houve mudanças significativas Positivas: aumento de ofertas de vagas e modalidades; a oferta de vagas no período noturno, dando oportunidade ao trabalhador de prosseguir em seus estudos. Negativas: O investimento financeiro e organizacional não foi proporcional às ofertas e diversidades propostas, ocasionado um “inchaço”, o que consequentemente refletiu na queda da qualidade de ensino.

**PET-9** - Outras políticas como a das cotas para a escola pública facilitaram esse entendimento. Além disso, os oferecimentos de cursos superiores com perfis ajustados às demandas do mundo trabalho fizeram com que os jovens e adultos percebessem que, ao lado da Universidade Federal de Mato Grosso, o Campus Cuiabá, também oferece uma educação superior de qualidade e de conformidade com a disponibilidade de estudo para o estudante inserido no mercado de trabalho e que busca uma ascensão na sua carreira profissional.

**PET-11** - Em dois momentos, na eliminação dos cursos técnicos e na criação dos Institutos Federais. Primeiro um ponto negativo, quando passamos a ofertar somente ensino propedêutico, fugindo do ensino técnico integrado depois, como ponto positivo, quando veio à criação dos IFs, nesse momento a instituição passa a modernizar seus laboratórios recebendo recursos para expansão e modernização e assistência estudantil.

**Tabela 20 - Mudanças significativas na percepção da sociedade quanto à educação profissional, empreendida nos anos 90, no IFMT – Campus Cuiabá.**

| Resposta | Questionários | Proporção |
|----------|---------------|-----------|
| Sim      | 9             | 81,8%     |
| Não      | 2             | 18,2%     |
| Total    | 11            | 100,0%    |

Fonte: Construção do autor.

A Tabela 18 mostra que 81,8%, dos 11 que responderam ao questionário, disseram que a sociedade percebeu a reforma da educação profissional. Já 18,2% (2 respostas), creem que a sociedade não mudou a visão que tinha a respeito do Campus Cuiabá, como pode ser visto na tabela abaixo:

**Tabela 21 – Relação das mudanças significativas na percepção da sociedade quanto à educação profissional, empreendida nos anos 90, no IFMT – Campus Cuiabá.**

| Percepção                                              | Questionários |
|--------------------------------------------------------|---------------|
| Perda do cunho profissionalizante                      | 3             |
| Baixa qualidade dos novos alunos e qualidade de ensino | 3             |
| Inclusão e aumento de vagas                            | 3             |
| Qualidade de vida                                      | 2             |
| A sociedade não mudou de visão                         | 2             |
| Cursos superiores                                      | 1             |
| Formação em curto tempo                                | 1             |
| Educação Profissional Tecnológica                      | 1             |
| Escasso recurso financeiro                             | 1             |

Fonte: Construção do autor.

Na Tabela 21, é possível identificar que as ideias mais recorrentes na percepção da sociedade quanto à educação profissional empreendida na época no IFMT – Campus “Octayde Jorge da Silva” foram em relação à perda do cunho profissionalizante, à inclusão e aumento de vagas que podem ter colaborado para o crescimento da instituição, no entanto, ressaltam ainda que a qualidade dos novos alunos diminuiu e a qualidade de ensino também. Com a inclusão de alunos, a “qualidade de vida”, em especial dos mais necessitados, teve melhoras sensíveis.

### 3.2.2.3. Mudanças na estrutura curricular e de funcionamento

A pergunta 3 teve o seguinte enunciado:

“Após a reforma da educação profissional, quais as mudanças que realmente ocorreram na estrutura curricular e de funcionamento do curso de eletrotécnica deste campus?”

**PET-1** - O currículo passa a ser fragmentado e o processo de construção de conhecimento desvinculado da visão crítica e humanista. Mão de obra cega, capacitada para obedecer a comandos do mundo do capital.

**PET-2** - Não se aplica.

**PET-3** - Basicamente a redução da carga horária total pela retirada das horas relativas ao ensino médio. E a partir de 1999 por meio da Resolução CNE/CES 04/1999 aprova diretrizes curriculares definindo novas cargas horárias inclusive para o curso de eletrotécnica e definindo que os cursos da educação profissional deveriam ser estruturados por competências. A partir desta definição o curso de eletrotécnica teve sua estrutura realmente alterada, buscando atender a resolução. A estrutura curricular sai de ementa e disciplinas e passa para competências e habilidades.

**PET-4** - Com a criação dos cursos subsequentes, os cursos foram estruturados em módulos organizados em habilidades e competências.

**PET-5** - Poucas. De fato a maior mudança se deu na forma de oferta. A minha percepção, de alguém de fora da área, é que o currículo mudou de nome mas não de forma e conteúdo.

**PET-6** - Sim. A sociedade produtora de Cuiabá e região, seja da indústria, comércio e/ou serviços, teve a necessidade de inovar para continuar produzindo com competitividade e isso demandava equipamentos e mão de obra. Essa foi solicitada, principalmente ao IFMT – Campus Cuiabá, que diante da demanda procurou atender ofertando novos cursos e também no período noturno. Muitos alunos de cursos noturno, adultos, comentavam – “nunca podia imaginar um dia estudar nesta escola”. O nível de formação técnica implementado a partir dos anos 90 tem se transformado desde então.

**PET-7** - Teve que refazer a estrutura curricular tirar as matérias técnicas e acrescentar mais as de cultura geral e houve muita desistência nos cursos técnicos.

**PET-9** - O curso de eletrotécnica passou de uma condição curricular estanque da base comum para uma estrutura na qual tanto a formação técnica quanto a

propedêutica integram-se para a formação de cidadania e do mundo do trabalho. Essa foi a principal mudança e traz como consequência a mudança de conceitos no processo de ensino e aprendizagem. Em resumo não se forma, tão somente para o posto de trabalho de técnico em eletrotécnica, mas um cidadão que além da formação técnica tem condições de aprender as inovações do mundo tecnológico.

**PET-10** - Sem dúvida, as grandes mudanças em termos de currículo foi a implantação do Ensino Modular e a Pedagogia das Competências, o que causou grandes transtornos no registro acadêmico, nas metodologias de ensino, na avaliação, etc.

**PET-11** - Na última reforma, a instituição passou a ter de fato um PDI com cursos que atendem as demandas locais nas áreas de conhecimento como a de eletrotécnica que seu corpo docente tem conhecimento e experiência historicamente acumulada.

**Tabela 22 - Mudanças na estrutura e funcionamento do curso de eletrotécnica do IFMT – Campus Cuiabá**

| <b>Mudanças na estrutura e funcionamento do curso</b> | <b>Questionário</b> |
|-------------------------------------------------------|---------------------|
| Competências e habilidade                             | 5                   |
| Forma de oferta                                       | 2                   |
| Fragmentada                                           | 1                   |
| Sem crítica                                           | 1                   |
| Acesso                                                | 1                   |
| Desistência                                           | 1                   |
| Transtornos de organização                            | 1                   |
| Melhoria do Corpo docente                             | 1                   |

Fonte: Construção do autor.

Os comentários que tangem as mudanças na estrutura e no funcionamento do curso de eletrotécnica do IFMT – Campus Cuiabá estão na Tabela 20. Nela, a ideia mais comum é que essas mudanças ocorreram nas competências e habilidades, comumente aos cursos subsequentes da instituição, como demonstra trecho de uma das respostas “(...) os cursos foram estruturados em módulos organizados em habilidades e competências”. Em seguida, a forma de oferta aparece em segundo lugar, com 2 citações: “(...) A minha percepção, de alguém de fora da área, é que o currículo mudou de nome mas não de forma e conteúdo”.

#### **3.2.2.4. Dificuldades observadas na flexibilização dos currículos com a modularização do Ensino Médio e técnico**

A pergunta 4 trouxe o seguinte questionamento: “Com a modularização do nível médio e técnico. Quais as dificuldades observadas na flexibilização dos currículos?”

**PET-1** - Na prática, a modularização do currículo objetiva por fim à flexibilização. Ou seja, o conhecimento passa a ser tratado como parte e não como um todo.

**PET-2** - Ao se flexibilizar o currículo, a educação profissional ficou fragilizada. Penso que se tenta integrar a educação profissional ao médio, quando deveria ser o contrário.

**PET-3** - Diante da dualidade do nível médio, entendo que a flexibilidade dos currículos se concentrou na Educação Profissional por meio das trajetórias possíveis de conclusão. Quanto ao ensino médio, não havia flexibilização alguma.

**PET-4** - A maior dificuldade foi a ausência de diálogo entre as áreas.

**PET-5** - A maior dificuldade está na formação dos professores. Nós não fomos preparados para atuar de modo articulado e sem pré-requisitos. Modularização exige interdisciplinaridade verdadeira, o que está longe da nossa prática. A estrutura organizacional da escola também deve ser melhorada para ser mais flexível. Contudo, o problema central é a nossa formação conteudista.

**PET-6** - A modularização, acredito que, como nos demais IFEs, não foi fácil. A implantação veio primeiro que a capacitação dos docentes e até dos técnicos da Secretaria Escolar. Aprendemos, se “aprendemos”, fazendo (...) As dificuldades de transpor de cursos regulares tradicionais para módulos em que teoricamente o aluno aprendia dentro do seu tempo foi difícil. Docentes e discentes enfrentaram dificuldades (...) E os pais e responsáveis então (...)

**PET-7** - Tivemos que inserir a recuperação dos alunos que vinham com o primeiro grau muito fraco.

**PET-8** - No meu ponto de vista, a modularização dentro do Campus Cuiabá foi infeliz. Entre as dificuldades podemos citar algumas: os professores não estavam preparados para esta forma de organização dos currículos; a estrutura organizacional não foi preparada; a flexibilização no projeto não era implementada como planejada em função das diversas dificuldades como as que citamos anteriormente; a estrutura de laboratórios e toda a dinâmica de atendimento estrutural não podiam ser atendidas diante dos entraves burocráticos, entre eles, o de compras.

**PET-9** - A modularização é como se fosse artigos que se complementam para formar o todo, típica proposta neoliberal. Ao permitir saídas e retornos, a proposta de modularização apregoava a flexibilização que a prática desmentiu. A flexibilização só ocorre quando a formação básica se integra com a formação técnica. Em resumo, a modularização desertificou o cenário do ensino técnico, ao extremo de as escolas técnicas federais oferecerem Ensino Médio desvinculado do ensino técnico.

**PET-10** - Neste sentido, as maiores dificuldades foram no que diz respeito ao Registro Escolar e à Avaliação, uma vez que cada módulo possuía várias competências e habilidades a serem desenvolvidas. O sistema em si não estava preparado para este tipo de registro acadêmico. Registra-se também o despreparo dos professores para trabalhar com este modelo de ensino.

**PET-11**- A modulação dos níveis separa o nível médio do técnico.

**Tabela 23 - Dificuldades observadas na flexibilização dos currículos com a modularização do nível médio e técnico**

| Dificuldade                          | Questionário |
|--------------------------------------|--------------|
| Modularização ensino médio e técnico | 5            |
| Formação dos professores e técnicos  | 4            |
| Organização                          | 3            |
| Formação básica dos estudantes       | 2            |
| Fragilidade na educação profissional | 1            |
| Conhecimento fragmentado             | 1            |
| Estrutura física                     | 1            |

Fonte: Construção do autor.

A principal dificuldade observada na flexibilização dos currículos, como pode ser observado na Tabela 21, foi a modularização dos cursos em ensino médio e técnico. No entanto, houve outros empecilhos para essa mudança, tais como, a formação dos professores e técnicos (4 respostas) que não estavam preparados para promover esta divisão, as barreiras na organização (3 respostas) para a adaptação da instituição à nova realidade e a formação básica dos estudantes, que, segundo relato “Tivemos que inserir a recuperação dos alunos que vinham com o primeiro grau muito fraco”.

### 3.2.2.5. Organização didática no subsequente

A pergunta de número 5 ressaltava: “Nos cursos subsequentes, qual a sua opinião sobre sua organização Didática?”.

**PET-1** - Na minha opinião, a organização didática no que se refere aos cursos subsequentes não considera as especificidades da modalidade, uma vez que trata o curso com o mesmo olhar e critérios do curso médio integrado. É como se plano de estudo dos cursos subsequentes fosse o mesmo do ensino médio integrado.

**PET-2** - Por serem estes profissionalizantes, sua organização ainda está fundamentada no nível médio.

**PET-3** - A organização didática por competência foi um grande avanço, permitindo grande flexibilização e itinerários formativos diversos. Permitindo ainda uma possibilidade muito grande de formação não só de bons profissionais, mas de cidadãos.

**PET-4** - Ocorreu a fragmentação da organização didática.

**PET-5** - Melhorou, mas não prevê o ingresso de um público trabalhador. O currículo e a didática continuam organizados para adolescentes que têm todo o

tempo somente para o estudo. Ainda não se leva em conta a experiência de vida e a possibilidade de “ganhar” tempo em lugar de repetir conteúdos como no currículo infante-juvenil.

**PET-6** - Na teoria estava ótimo, na execução tiveram problemas. Ainda que na matriz estava proposta a revisão de Português, Matemática e Física do Ensino Médio, muitos alunos se comportavam como se nunca tivessem estudado o conteúdo necessário para as disciplinas técnicas. Eterna busca de solução para o dilema: os alunos não têm base, como diziam os professores (...) Alguns tinham a prática mas não sabiam associar à teoria. As turmas da época como as de hoje têm alto nível de desistência, principalmente as do noturno. Educação não deve ser encarada como rentabilidade, ter cada vez mais, mas como Social ainda que pouco terá valido a pena, é o que penso.

**PET-7** - O curso subsequente foi um ganho para a sociedade porque oportunizou ao aluno que já tinha o segundo grau e não era profissionalizante então com dois anos ele fazia as matérias técnicas e era inserido no mercado de trabalho com profissão de técnico.

**PET-8** - Considero que funciona de forma suficiente, mas, o ideal não conseguimos atingir por conta das dificuldades da estruturação das instituições públicas.

**PET-9** - Os cursos subsequentes não são atraentes, em termos massivos, aos jovens e adultos, mas são necessários no tocante à justiça social. Jovens e adultos que não tiveram acesso a um curso superior podem suprir, profissionalmente, lacunas na sua formação técnica. A meu juízo poderiam ser fornecidos em estruturas mais flexíveis, inclusive com a utilização de profissionais do mercado de trabalho para a prática de disciplinas, no próprio posto de trabalho.

**PET-11** - A organização Didática muito rígida e arcaica precisa se modernizar aos novos tempos principalmente para atender aos trabalhadores que buscam a instituição para se capacitar tecnicamente como no caso dos cursos subsequentes, além de única para todo o IFMT, cada Campus com suas diferenças locais.

**Tabela 24 - Opiniões mais frequentes sobre a organização didática nos cursos subsequentes**

| <b>Organização didática</b>                           | <b>Questionário</b> |
|-------------------------------------------------------|---------------------|
| Fundamentada no Ensino Médio                          | 3                   |
| Formação de profissionais                             | 2                   |
| Deveria melhorar a organização didática               | 2                   |
| Não é considerada especificidade no subsequente       | 1                   |
| Formação de cidadãos                                  | 1                   |
| Flexibilização                                        | 1                   |
| Fragmentação                                          | 1                   |
| Dificuldade na estruturação das instituições públicas | 1                   |
| Subsequentes não atraentes                            | 1                   |

Fonte: Construção do autor.

As opiniões a respeito da organização didática dos cursos subsequentes são variadas. Mas, a mais citada é a de que a didática é fundamentada no Ensino Médio, ou seja, no ensino subsequente são ensinadas disciplinas que os estudantes deveriam ter aprendido no segundo grau ou parte considerável do que é aprendido no ensino subsequente se baseia no ensino médio, conforme as citações: “repetir conteúdos como no currículo infanto-juvenil”; “sua organização ainda está fundamentada no nível médio”.

Em segundo lugar, aparecem duas respostas com equivalentes números de referências (duas), a primeira diz respeito à formação de “bons profissionais” que “eram inseridos no mercado de trabalho”. Já a outra, ressalta a importância de se melhorar a organização didática.

O desafio é aliar nos cursos subsequentes o ensino profissionalizante adaptado à realidade dos estudantes de forma a minimizar os problemas de formação básica e, ao mesmo tempo e sem perder o foco, formar bons técnicos e cidadãos para o mercado de trabalho.

A respeito da pergunta: “Pontue as dificuldades que foram encontradas na flexibilização dos currículos com a separação do nível médio e técnico?”, obtivemos as seguintes constatações:

**PET-1** - Tomar o trabalho como princípio educativo, articulando ciência, cultura, tecnologia e sociedade. Integrar o conhecimento básico e aplicado. Desenvolver metodologias que privilegiarão a relação teoria/prática e parte/totalidade. Possibilitar que os conteúdos que compõem cada percurso formativo sejam organizados de modo a integrar as dimensões disciplinar e interdisciplinar. Utilizar os conteúdos da área de comunicação como estratégicos para a avaliação crítica, para o trabalho com segurança e confiabilidade. Utilizar também os conteúdos relativos às determinações sociais, políticas e econômicas a fim de instrumentalizar o indivíduo para a análise das relações sociais e produtivas e das transformações que ocorrem no mundo do trabalho, para compreender o processo do sistema produtivo vigente, bem como sua estruturação e reestruturação produtiva e as relações entre Estado e Sociedade.

**PET-2** - Falta de integração dos professores com a profissionalização. Falta de entendimento da educação profissional. Muito investimento de recursos humanos para atendimento ao ensino médio. Não reposição dos recursos humanos para atender à profissionalização.

**PET-3** - A principal dificuldade foi a definitiva separação dos currículos gerando a dualidade. Não era mais possível aproveitar o estudo da educação profissional no ensino médio. Apenas o inverso era possível, sendo possível aproveitar até 25% do ensino médio na educação profissional.

**PET-4** - A separação do nível técnico do ensino médio dicotomizou áreas em que os conhecimentos técnicos e científicos são indissociáveis. Isso promoveu uma formação muitas vezes deficitária, inviabilizando a ampliação da formação de profissionais para atender às demandas do mercado de trabalho.

**PET-5** - Embora os currículos não fossem articulados e integrados na prática, o reforço, pela repetição, sempre aconteceu. O estudante via a teoria nas disciplinas propedêuticas e a aplicação nas disciplinas técnicas. Isto favorece a capacidade de abstração e aplicação cotidiana do saber. A separação levou a perda desta importante contribuição da EPT na formação do cidadão.

**PET-7** – O nível médio teve que se adequar às disciplinas de cultura geral e no técnico houve uma evasão.

**PET-8** - Penso que a maior dificuldade encontrada é realizar a interdisciplinaridade entre a base comum e a técnica. Na forma integrada isso não acontece ainda de forma idealizada, no entanto, a proximidade temporal minimiza as dificuldades.

**PET-9 – ITEM 1, 2 e 3:**

1. Grandes dificuldades de compreensão do todo, por exemplo, Códigos e Linguagens com baixo desempenho do aluno nessa área que dificultava a compreensão das disciplinas técnicas;
2. Desmotivação para as disciplinas técnicas, principalmente entre os jovens que não tinham definido por uma profissionalização;
3. Aumento da taxa de evasão, houve situações em que a evasão ultrapassou 50% dos ingressantes no primeiro ano letivo.

**PET-10** - Acredito que a maior dificuldade foi na elaboração das Matrizes Curriculares, contemplando as competências e habilidades a serem desenvolvidas, uma vez que cada módulo deveria contemplar uma certificação intermediária, ainda mais, os módulos eram formados por blocos intermediários. Para os docentes foi muito difícil a elaboração dessas matrizes. Inúmeras vezes foi necessário fazer a inversão de blocos, de competências, habilidades etc., o que dificultou muito o registro acadêmico.

**PET-11** - A dicotomia não favoreceu a integração curricular da formação geral com a técnica.

**Tabela 25 - Dificuldades mais frequentes na flexibilização dos currículos com a separação do nível médio e técnico**

| <b>Dificuldades</b>                                                   | <b>Questões</b> |
|-----------------------------------------------------------------------|-----------------|
| Abordagem da interdisciplinaridade e multidisciplinaridade            | 4               |
| Dualidade Ensino Médio e Profissional                                 | 3               |
| Evasão no técnico                                                     | 2               |
| Aliar teoria e prática                                                | 2               |
| Falta de integração dos professores com a profissionalização          | 1               |
| Matrizes Curriculares                                                 | 1               |
| Desmotivação dos alunos                                               | 1               |
| Usar novas estratégias para gerar segurança e confiança nos trabalhos | 1               |
| Falta de entendimento da educação profissional                        | 1               |
| Maior atenção ao ensino médio                                         | 1               |
| Falta de mão de obra                                                  | 1               |

Fonte: Construção do autor.

Com a flexibilização dos currículos de nível médio e técnico, devido à sua separação, houve inúmeras dificuldades. A mais recorrente entre os entrevistados foi a abordagem da

interdisciplinaridade e multidisciplinaridade, ou seja, adaptar-se aos inúmeros conteúdos e ainda os interligar.

A segunda maior dificuldade é resultante, em parte, da primeira. Por causa da dualidade, separação do ensino médio e técnico, exigiu-se que os professores e técnicos se adaptassem à nova realidade.

Com tais dificuldades e ainda com a expansão, os estudantes se viram com maior dificuldade em acompanhar as aulas. Assim, a evasão teve como um dos motivos a organização didática do Instituto, os alunos tinham “grandes dificuldades na compreensão do todo” e houve “desmotivação para as disciplinas técnicas”.

Com todas essas questões a serem solucionadas, a formação profissional dos estudantes do IFMT ainda deveria aliar a teoria à prática, deparando-se assim, com outro problema, o de planejar e colocar em prática essas características.

#### **3.2.2.6. Opinião sobre as modalidades de ensino**

A sexta questão trouxe o seguinte questionamento: “A respeito da organização curricular do curso técnico em eletrotécnica ofertado pelo Campus, nesse período de reforma da educação profissional, nas modalidades: SUBSEQUENTE, INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO e PROEJA. Em sua opinião, qual dessas modalidades mais contribui para desenvolver as competências, habilidades, atitudes e valores do educando – aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser –, e coopera com a sua permanência (evasão) e êxito aos educandos do IFMT – Campus Cuiabá?”.

**PET-1** - O PROEJA. Minha percepção é a de que esta modalidade possibilita o desenvolvimento de uma formação humanista, crítica e cidadã, capaz de superar a visão alienante e mecanicista de uma educação apenas para o trabalho, tendo nas relações de alteridade, construídas na dialogicidade, a base para o processo de produção do conhecimento ao longo da vida.

**PET-2** - Subsequente e Proeja.

**PET-3** - Ao analisar na visão da contribuição da cidadania, considerando aspectos de como permitir uma chance no mercado de trabalho, na profissionalização, eu diria que é o PROEJA e em seguida o SUBSEQUENTE. O PROEJA vem para resgatar os historicamente excluídos do ensino de qualidade, são certamente o público que mais necessita deste ensino e o ensino por competência é o ideal para este público que traz consigo na maioria das vezes uma carga de experiência profissional sem conhecimento científico e a educação profissional por competência permite o aproveitamento, alias, estimula o docente a utilizar os conhecimentos empíricos para o aprendizado. Contudo, o PROEJA é a modalidade com maior evasão, grande parte disso pela fragilidade dos conhecimentos, pela fraca ou quase nenhuma formação na educação básica, pela necessidade de trabalho, e a consequente empregabilidade que a formação permite. O curso de eletrotécnica do

IFMT campus Cuiabá, certamente é um dos cursos com maior empregabilidade e a formação da educação profissional por competência permite que mesmo antes de concluir o curso o estudante tenha formações intermediárias que permitem ao estudante inclusive trabalhar como profissional liberal ou autônomo. A necessidade de sustentar a família fala mais alto que a formação. Inclusive acredito que isto nem poderia ser considerado evasão, se analisarmos que a educação profissional pela própria gênese tem como objetivo a empregabilidade, se isso for alcançado no início ou no fim a meu ver é indiferente.

**PET-4** - A modalidade ensino médio integrado e Proeja possibilitam a formação de competências, habilidades, atitudes e valores imprescindíveis para a formação do sujeito pleno. Porém, devido ao fato de a instituição não atender ao tempo dos alunos do Proeja, a evasão destes se tornou um dos grandes entraves para o êxito dessa modalidade de ensino no IFMT - Campus Cuiabá.

**PET-5** - Êxito educacional é uma questão mais ampla. Se criadas as estratégias e condições adequadas a cada idade e condição social, o êxito será muito maior. O piloto conduzido na Construção civil (proeja - FIC encanador) mostrou isso. A evasão foi de 3 alunos em uma turma de 33. Para isso, o horário foi diferente, houve articulação com os sindicatos patronais e trabalhistas, a didática foi andragógica, houve bolsa e alimentação (...) Todos os estudantes deste piloto se tornaram encarregados e/ou gerentes de empresas. Isso mostra que o êxito não está ligado somente ao aluno, mas às condições de desenvolvimento do curso.

**PET-6** - Vejamos: Subsequente – dificuldades nos conteúdos necessários da base comum, que na maioria das vezes viram de forma superficial. PROEJA – dificuldades maiores, pois os alunos não viram os conteúdos da base comum e o Ensino Médio Integrado – dificuldades de ministrar os conteúdos da base comum fora da ordem proposta nos livros. O Plano de Ensino do curso de Matemática, por exemplo, prevê o conteúdo “Números Complexos” no 1º. Ano, sendo que a proposta é que seja um dos últimos conteúdos do último ano. A Modalidade Ensino Médio Integrado tem os alunos, na sua maioria, adolescentes, então das atitudes e valores, creio, falta aprender a ser, pelo não amadurecimento. As Modalidades Subsequentes e PROEJA, creio, alguns já trazem atitudes e valores aprender a conviver e aprimoram o conhecer, fazer e ser. Quanto a evasão: As Modalidades Subsequentes e PROEJA, pelas dificuldades já relatadas .....Volto a afirmar, ainda que poucos são os que concluintes dessas modalidades, mas vale a pena continuar ofertando. É gratificante ver o sucesso de alunos dessas modalidades. A permanência maior é do Ensino Médio Integrado, porém a maioria não exerce a função de técnico, continua os estudos no nível superior em cursos que não se aproximam do técnico. É comum encontrar advogado, por exemplo, que foi aluno do curso Ensino Médio Integrado.

**PET-7** - No subsequente tinha muita evasão; já no integrado ao médio não tinha tanta evasão e o aluno concluía o segundo grau com uma profissão e já poderia se manter, mesmo se não quisesse continuar os estudos, já o Proeja teve um alcance maior quanto à inserção das pessoas no mercado de trabalho e trouxe de volta para os bancos escolares as pessoas que tinham abandonado os estudos.

**PET-8** - Os cursos de Técnicos Integrados ao Ensino Médio.

**PET-9** - Sem dúvida, o Integrado, o Ensino Médio e o PROEJA. Ambas as modalidades têm o ensino da Base Comum ministrado por professores do campus que garante uma qualidade acima da que é fornecida pelas demais escolas públicas. Essa afirmação pode ser constatada nos diversos mecanismos que medem a qualidade do ensino médio.

**PET-10** - Os cursos subsequentes (na época, chamados de pós-médio) eram os que tinham a maior probabilidade de desenvolver as competências técnicas e profissionais para o mercado de trabalho, uma vez que os estudantes já deveriam trazer os conhecimentos adquiridos no Ensino Médio regular e conhecimentos

práticos adquiridos por muitos em suas experiências profissionais nas empresas. A ideia é que o indivíduo buscaria a escola para aprimorar seus conhecimentos, competências e habilidades. No entanto, não foi assim que aconteceu.

**PET-11** - Integrado ao médio.

**Tabela 26 - Opinião a respeito das modalidades de ensino que mais contribuem para a formação do estudante**

| Curso       | Questionários |
|-------------|---------------|
| Proeja      | 8             |
| Subsequente | 5             |
| Integrado   | 4             |

Fonte: Construção do autor.

De acordo com os entrevistados, a modalidade de ensino que mais contribui com a formação do aluno em suas competências, atitudes, habilidade e valores é o Proeja, principalmente, no que tange a sua função social de ensinar estudantes que em sua grande maioria estavam distantes da sala de aula. Depois, o Subsequente, devido à sua inserção mais rápida no mercado de trabalho e, por último, o Integrado.

### **3.2.2.7. Facilidades e dificuldades no acesso, permanência e êxito dos alunos nos cursos subsequentes**

Quanto à questão 7, ela se deu da seguinte forma: “Quais as facilidades e/ou dificuldades no acesso, permanência e êxito dos alunos nos cursos subsequentes?”

**PET-1** - Acesso - A forma de seleção dos discentes é excludente. O campus opta por uma prova de seleção que a meu ver nivela por baixo. É fácil privilegiar os privilegiados. Muitas pessoas que realmente precisam da formação ficam sem acesso por não terem condições de serem aprovadas na prova de seleção, o que não significa que elas não dominem o conteúdo. Ou seja, o trabalhador possui desenvolvido o aspecto prático de dada profissão e não o teórico e a prova de seleção exige domínio teórico. Daí a discrepância e até a falta de aluno para preencher o número de vagas. Permanência - O campus não possui um planejamento de ações de atenção ao discente, no sentido de conhecer a história de vida de cada discente com a finalidade de atender às reais necessidades destes no que diz respeito à alimentação, atendimento personalizado, estratégias de nivelamento, ajuda de custo, assistência estudantil. Em geral, o discente dos cursos subsequentes se vê como subaluno, é como se ele fosse diferente dos demais, tratado com pesos e medidas diferentes dos demais.

**PET-2** - Ausência de política de ingresso para essa modalidade, pois ela está diretamente ligada à profissionalização.

**PET-3** - Quanto ao acesso, a principal e derradeira dificuldade é o processo seletivo, na maioria absoluta das vezes estes alunos possuem quase nenhuma formação básica e, para dificultar ainda mais, estão a um longo tempo longe da escola. Quanto à permanência, a dificuldade está em serem arrimos de família, possuírem filhos e

familiares que necessitam de sua atenção e, quando isso ocorre, o estudo é o primeiro a ser deixado de lado, abandonado, até porque já estava em último plano.

**PET-4** - Facilidade: acesso a um espaço de formação técnica com professores qualificados; dificuldades que inviabilizou a permanência: lacunas de conhecimento de disciplinas básicas para o desenvolvimento do conhecimento técnico; problema de didática, uma vez que a maioria dos professores da área técnica é da área das engenharias.

**PET-5** - A existência do curso é uma facilidade, a prova é uma dificuldade. A permanência depende de um conjunto de políticas e práticas usualmente negligenciadas em nossas escolas. A formação do professor é o ponto chave. A didática deve ser diferente. O apoio escolar deve ser efetivo. 68% destes estudantes evocam causas sociais para o abandono e 25% evocam incapacidade de acompanhar o professor.

**PET-6** – Facilidades - Os cursos dessas modalidades não são muito concorridos. A permanência, pelo relato já feito nas questões anteriores é a grande dificuldade. Os que seguem sentem-se duplamente vitoriosos, venceram aos seus próprios problemas.

**PET-7** - A dificuldade da permanência foi que os alunos já tendo o segundo grau abandonava para fazer curso superior ou trabalhar.

**PET-8** - Atualmente o que observamos em nossa realidade é que o acesso é fácil para os que procuram, no entanto, os meios de divulgação para que haja procura são muito ruins. Observa-se que nas ofertas desta modalidade no período diurno ocasionam maior evasão, o que pode estar relacionada principalmente à necessidade do aluno de trabalhar já que muitos são pais de família ou jovens à procura de uma oportunidade ou em busca de um caminho. Procuram os cursos técnicos e em muitos casos no decorrer do curso encontram trabalho e então deixam a escola. Nos cursos noturnos a evasão é menor, e ocorre no meu ponto de vista principalmente pela falta de identificação com o curso. Muitos entram nos cursos e não sabem nem mesmo para que servem e nas primeiras dificuldades abandonam e vão procurar caminhos mais fáceis, sob sua óptica.

**PET-9** - Eu percebo a migração, o acesso a um curso superior e oportunidade de emprego e renda que compete com a presença do aluno em sala de aula.

**PET-10** - No que diz respeito às facilidades, no que diz respeito aos cursos subsequentes, a entrada é feita através de processo seletivo em igualdade de condições. Na permanência, a instituição propicia situações variadas para que o aluno permaneça na escola, mesmo com várias reprovações, tem sido garantida a sua rematrícula. No que diz respeito às dificuldades, as situações também são variadas, mas dentre as principais, pode-se citar: acesso ao trabalho formal, cansaço (geralmente o aluno trabalha durante o dia e vai para escola à noite, já em condições de grande desgaste), falta de base em disciplinas que servem como pré-requisito (disciplinas do ensino médio regular), dificuldade de transporte (na maioria das vezes o indivíduo vai direto do trabalho para a escola), questões familiares.

**PET-11** - O acesso através de prova de seleção historicamente permitiu que maioritariamente alunos oriundos de escolas privadas e de maior poder aquisitivo ingressem na instituição o que veio a amenizar permitindo que alunos de poder aquisitivo menor ingressem através do sistema de cotas. A permanência tem melhorado na última reforma com a criação dos auxílios estudantis.

**Tabela 27 - Dificuldades no acesso, permanência e êxito dos alunos subsequentes**

| <b>Dificuldade</b>               | <b>Respostas</b> |
|----------------------------------|------------------|
| Evasão                           | 5                |
| Forma de seleção excludente      | 4                |
| Ausência de política de ingresso | 3                |
| Conhecimento básico dos alunos   | 3                |
| Didática dos professores         | 2                |
| Compromisso com familiares       | 2                |
| Cansaço                          | 1                |

Fonte: Construção do autor.

Para os técnicos e professores que responderam ao questionário, a evasão é apontada como a maior dificuldade a ser combatida nos cursos subsequentes, a qual se dá, em grande parte, devido às causas externas como problemas familiares e conhecimento básico precário por parte dos alunos.

Conforme apontado no questionário, a forma de seleção dos alunos é excludente. Um exemplo de autocrítica pode ser vista na seguinte resposta: “o trabalhador possui desenvolvido o aspecto prático de dada profissão e não teórico e a prova de seleção exige domínio teórico”.

Uma das dificuldades apontadas foi a ausência de política de ingresso, que corrobora para o aumento da evasão (problema mais citado). Outra dificuldade é o conhecimento básico dos alunos, devido à falta de instrução de qualidade, os estudantes têm dificuldades em acompanhar as matérias.

Além da falta de conhecimento básico, os alunos têm dificuldades na didática dos professores. Também foram citados pelos entrevistados os compromissos com familiares e o cansaço como fatores que colaboram para a evasão nos cursos.

**Tabela 28 - Facilidades no acesso, permanência e êxito dos alunos subsequentes**

| <b>Facilidade</b>          | <b>Respostas</b> |
|----------------------------|------------------|
| A existência do curso      | 2                |
| Facilidade no acesso       | 2                |
| Professores qualificados   | 1                |
| Auxílio para a permanência | 1                |

Fonte: Construção do autor.

Na Tabela 28, verifica-se que a existência do curso é apontada pela pesquisa como uma facilidade e a própria facilidade no acesso também, com as cotas, por exemplo.

### **3.2.2.8. Percepção do papel da educação profissional com o mercado de trabalho**

A questão número 8 abordou: “Em relação ao mercado de trabalho, qual a sua percepção no que se refere ao papel da educação profissional?”.

**PET-1** - Não vejo a Educação Profissional colada apenas ao mercado de trabalho, até porque na atualidade não existe trabalho para todas as pessoas que possuem formação profissional. Para mim, ela faz parte do contexto de educação integral dos atores sociais pertencentes, sobretudo à planta baixa da sociedade. Consiste na possibilidade de atender ao desafio da formação humana e agrega o contexto da educação integral como possibilidade de formação humanista, crítica e cidadã, capaz de superar a visão alienante e mecanicista de uma educação apenas para o trabalho, tendo nas relações de alteridade, construídas na linguagem, a base para o processo de produção do conhecimento, uma vez que é pela linguagem que o diálogo, condição para toda e qualquer forma educativa transformadora, é possibilitado.

**PET-2** - Desconectado da instituição. Antes a instituição pensava os currículos também para atenderem às demandas de mercado.

**PET-3** - O curso de eletrotécnica do IFMT campus Cuiabá certamente é dos cursos com maior empregabilidade em Mato Grosso, grande parte disto pelas características do estado. E a formação da educação profissional por competência permite que mesmo antes de concluir o curso o estudante tenha formações intermediárias que permitem ao estudante inclusive trabalhar como profissional liberal ou autônomo gerando empregabilidade muito rápida. Ademais, a educação profissional permite ao estudante uma escolha, gera possibilidades, oportuniza caminhos profissionais, certamente é a formação não só de bom profissional, mas sim de cidadãos preparados para exercerem a cidadania.

**PET-4** - A educação profissional deveria estar em sintonia com as demandas do mercado, sem, contudo, deixar de investir na formação da dimensão humana.

**PET-5** - A EPT pode e deve ser a ponte para as transformações sociais, garantir conhecimentos técnicos para gerar renda, autonomia e capacidade de manter e crescer com as demandas tecnológicas da sociedade (manutenção e instalação de equipamentos, criação de novos serviços e equipamentos...).

**PET-6** - Primordial. Faz-se necessário a aproximação maior, mais objetiva dos empresários com o Campus “Octayde Jorge da Silva”. No Calendário deveria estar previsto o Seminário com cada Departamento e as Empresas da Área, para que juntos possam analisar os problemas da formação e propor soluções concretas, exequíveis para ambos os lados.

**PET-7** - A educação profissional é de muita importância para o mercado de trabalho porque são os nossos técnicos que alavancam o crescimento produtivo desta nação.

**PET-8** - É muito importante, pois a qualificação profissional traz perspectivas de progresso individual para aqueles que a procuram e isto traz esperança. Esta perspectiva ampliada para a sociedade gera progresso. Um reflexo da motivação visível no país foi o crescimento do empreendedorismo. Penso que esta foi uma das sementes da educação profissional. Outro fator positivo que temos presenciado é a inserção de ótimos profissionais no mercado de trabalho nas áreas em que há oferta

de cursos profissionalizantes dos Institutos. Vários que se identificam com a área profissional prosseguem nos estudos e se destacam.

**PET-9** - A Educação Profissional é um bem intangível que ainda não foi devidamente avaliado. Até mesmo o empresário tem dificuldade de perceber a sua importância. Não se trata do valor intrínseco da Educação Profissional, mas da herança cultural de um país que retardou muito o processo de transformação de uma economia escravocrata para uma economia livre e de inserção tecnológica.

**PET-10** - Quando se fala em educação profissional, já se remete diretamente ao mercado de trabalho, ou seja, a educação profissional é uma modalidade de ensino que tem por função a preparação para o mercado de trabalho, não se pode desvincular estas duas coisas. A EP tem por função desenvolver nos indivíduos as competências e as habilidades fundamentais para o exercício da função em determinado posto de trabalho.

**PET-11** - A educação profissional é muito importante que o aluno se integre com facilidade ao mundo do trabalho e lhe garanta qualidade para continuar os estudos.

**Tabela 29 - Ideias mais recorrentes sobre o papel da educação profissional**

| <b>Papel da educação profissional</b>                    | <b>Questionários</b> |
|----------------------------------------------------------|----------------------|
| Deve estar em sintonia com o mercado                     | 4                    |
| Visa à empregabilidade, profissional liberal ou autônomo | 4                    |
| Educação profissional está sem conexão com o mercado     | 3                    |
| Possibilita atender a formação humana, crítica e social  | 3                    |

Fonte: Construção do autor.

A Tabela 27 se refere à percepção que os entrevistados têm em relação ao papel da educação profissional. O que mais foi citado é que a educação profissional deve estar em sintonia com o mercado, visando à empregabilidade ou à possibilidade do estudante se tornar um profissional liberal ou autônomo (também se enquadra entre os itens mais citados).

Enquanto a segunda resposta mais recorrente dizia que o atendimento às necessidades técnicas do mercado de trabalho implica também em dar à sociedade uma formação completa para o estudante, possibilitando entender a formação humana, crítica e social. Por outro lado, dos 11 entrevistados, 3 disseram que a educação profissional está sem conexão com o mercado.

### **3.2.2.9. IFMT – Campus Cuiabá como referência de qualidade em educação profissional**

A nona questão examinou: “Antes da reforma da educação profissional o IFMT – Campus ‘Octayde Jorge da Silva’ sempre foi uma referência de qualidade em educação

profissional para Cuiabá-MT e para o Estado de Mato Grosso. Em sua opinião, o que realmente mudou e qual sua concepção sobre essas mudanças?”.

**PET-1** - Na minha opinião, antigamente a escola atendia a uma elite que vinha das melhores escolas privadas da cidade e, por essa razão, passava a falsa ideia de que o campus era referência. Concordo que era referência - referência no atendimento às pessoas bem preparadas pelas escolas da rede privada, portanto, a escola apenas dava continuidade aos processos formativos de qualidade vindos de outras instituições. O que mudou, na minha opinião, é que o sistema de cotas possibilitou a entrada de pessoas que embora selecionadas não têm o mesmo nível de desenvolvimento que as pessoas vindas das grandes escolas particulares e sim da rede pública. Tal fato coloca em xeque a supremacia do campus sobre as demais escolas e mostra que o campus tinha expertise na educação com base na disciplina, no trabalho e na ordem dos bem selecionados e não na formação integral do ser humano, inclusive daqueles despreparados, marcados pelas muitas formas adversas impostas pela vida.

**PET-2** - A oferta do ensino médio sem a profissionalização. A não exigência dos estágios supervisionados.

**PET-3** - O IFMT possui quadro de servidores tão bom, ou melhor, possui uma maior gama de níveis e modalidades, continua uma referência. Contudo, antes da reforma, sua atuação se restringia ao nível médio e assim era a única instituição de educação profissional com atuação na área industrial. Atualmente, por ofertar diversos níveis e modalidades, inclusive o superior, acaba por ser comparada neste nível e por retomar ao integrado, mas sem o objetivo de formação para o ENEM acaba por formar excelentes profissionais, provavelmente tão bons, ou melhores, mas a comparação é com o resultado do ENEM, o que a meu ver não é o indicador que deveria ser utilizado, mas é o que a sociedade utiliza.

**PET-4** - Houve um prejuízo para a educação profissional, porque ficamos estagnados no sentido de promover avanços no campo do ensino e da extensão, por exemplo.

**PET-5** - O conceito de qualidade. Se for entendida a qualidade como capacidade de ser aprovado em uma prova, o IFMT mantém a qualidade ou até perdeu um pouco. Se, contudo, for entendido que qualidade é a capacidade fazer escolhas fundadas em conceitos e gerar a própria sobrevivência, então é possível que a qualidade tenha melhorado em muito.

**PET-7** - Quanto à referência ao ensino de qualidade nunca mudou, porque esse sempre foi o nosso foco e isso sempre foi comprovado pelas avaliações que são feitas pelo MEC.

**PET-8** - A “Diversidade”, mais vagas, diferentes níveis, diferentes públicos, diferentes idades (...) Deixamos de ser um ambiente organizacional de fácil previsibilidade e somos hoje complexos e diversos. Estamos em busca de nos ajustar a esta realidade atual, no entanto o referencial que temos é o que estava posto anteriormente e que não é possível retornar. Penso que a adaptação é gradual e lenta, este é o caminho do progresso.

**PET-9** - Em relação à qualidade, o campus continua a liderar. Aumentou-se a responsabilidade social. Com o advento da Lei de cotas, o campus passa a ter maiores dificuldades na melhoria do nível educacional que tem viés no ambiente familiar do aluno. Isso, contudo, tem sido minorado com os programas de apoio ao estudante. Hoje as políticas de permanência do aluno são mais visíveis como bolsas de alimentos, de iniciação científica, de estágios, de monitoria etc.

**PET-10** - Na verdade, para a sociedade, a instituição continua sendo referência em educação, mesmo que o ensino tenha atualmente muitas deficiências no seu desenvolvimento (a escola não é mais a mesma, como dizem muitos). A grande mudança ocorrida foi a partir da transformação em CEFET e atualmente IFMT. Isso traz consequências bastante amplas no que diz respeito à Gestão Educacional e ao desenvolvimento do ensino. Trabalha-se atualmente com níveis e modalidades de ensino diferentes, o que traz dificuldades para os professores, principalmente, pois eles atuam simultaneamente nesses níveis e modalidades. No entanto, eu vejo com bastante positividade e otimismo estas mudanças.

**PET-11** - A qualidade continua com uma diferença, agora os docentes são quase obrigados a buscar melhorar sua qualificação, já que com a reforma, o professor não só se dedica ao ensino, mas tem que dedicar também seu tempo com pesquisa e extensão.

**Tabela 30 - Concepção das mudanças do IFMT – Campus “Octayde Jorge da Silva”, como referência de qualidade em educação profissional**

| Concepção das mudanças                  | Questionário |
|-----------------------------------------|--------------|
| Ensino e extensão estagnaram            | 3            |
| Complexo e diverso                      | 2            |
| Excelentes profissionais                | 2            |
| Supremacia em “xeque”                   | 1            |
| Acessibilidade                          | 1            |
| Buscar o ensino, pesquisa e extensão    | 1            |
| Aumento da responsabilidade social      | 1            |
| Implantação de políticas de assistência | 1            |
| Ensino médio puro                       | 1            |
| Retornou ao integrado                   | 1            |
| Estágio supervisionado                  | 1            |
| Cotas                                   | 1            |

Fonte: Construção do autor.

Observa-se, pela Tabela 28, que a opinião mais recorrente é que o ensino e a extensão estagnaram, não houve mudanças que melhorassem a qualidade do Instituto. Ainda assim, o IFMT forma excelentes profissionais (segundo pensamento mais citado).

O desafio é avançar na qualidade em uma instituição complexa e diversa (também, segundo mais mencionado). Complexa pela quantidade e tipos de cursos, nos quais os professores têm que dar aula em vários níveis de formações diferentes. E diversa pela variedade de estudantes em níveis de formação e conhecimentos diferentes.

### **3.2.2.10. Necessidades, tendências e perspectivas da Educação Profissional**

A décima e última pergunta foi: “Considerando que, historicamente, esta modalidade de educação originou atender aos pobres e marginalizados, sendo construída sob a égide da preparação de mão de obra qualificada às demandas das grandes indústrias e do mercado de trabalho: Em sua opinião, é necessário compreender como este processo de

expansão se consolida na atual conjuntura, e quais as tendências e perspectiva da Educação Profissional frente ao desenvolvimento social e humano??"

**PET-1** - A educação Profissional e Tecnológica, enquanto mecanismo de formação do trabalhador e projeto de produção de saberes, deve oportunizar a construção de ações que, de forma sistemática, garantam a prática do fazer educativo em favor da transformação pessoal e da sociedade, como forma de driblar a complexidade imposta pela hegemonia do capital, que ao longo do tempo tem demonstrado uma significativa capacidade de reinvenção. Esta deve ser perpassada por diferentes modelos de política de educação, sobretudo com base em um modelo democrático-emancipatório, e jamais atender às premissas de um modelo de Controle do Estado e do modelo de gerenciamento de Recursos Humanos.

**PET-2** - Sim. Extremamente necessário ter essa compreensão com o objetivo de propor intervenção frente às discussões do PNE.

**PET-3** - Certamente é preciso que nossos olhares tomem o rumo para uma educação profissional que tenha como vertente os Direitos Humanos. Uma Educação Profissional que tenha uma visão de sociedade de forma sistêmica, que se organize de forma a garantir uma formação para o mundo do trabalho e não apenas mercantilista, pensando só no emprego. Contudo, em momento algum se pode perder de vista a formação para profissão, permitindo ao estudante uma formação crítica de qualidade, sólida técnica e cientificamente.

**PET-4** - Compreender o processo de expansão da educação profissional na atual conjuntura requer investimento em pesquisa, na formação continuada de professores, investimento em recursos técnicos e tecnológicos em consonância com as demandas do mercado, parceria com o setor produtivo, investir na formação de cidadãos conscientes do seu papel como agente transformador do meio em que vive.

**PET-5** - A Lei de criação dos IFs é clara. Não se trata de uma educação para treinar os pobres e mantê-los a serviço dos ricos. Antes, trata-se de educação para transformar pobres e excluídos em cidadãos plenos, uma clara dica neste sentido é a preparação para a verticalidade do processo de formação. Veja o próprio nome IF EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA, como isto inclui todos os aspectos do saber.

**PET-7** - O processo de expansão da instituição é necessário para que possa levar educação de qualidade a todo estado que cresce devido à industrialização e ao agronegócio e precisa de mão de obra qualificada.

**PET-8** – Sim, é necessária a compreensão destes processos de expansão para que seja possível visualizar os pontos positivos e negativos destes projetos em busca da sua consolidação. Na perspectiva do desenvolvimento social e humano, penso que em Mato Grosso, diante da grandeza territorial, o fato de levar a Escola para pontos mais distantes oportunizou acesso àqueles que tinham dificuldades de sair de suas cidades em direção à Capital e levou progresso e qualificação aos cidadãos locais. Imagino que a médio e longo prazo os resultados ficarão mais claros, pois, no momento a adaptação do Instituto a esta realidade tem encontrado percalços, como por exemplo, manter profissionais qualificados para atender as demandas das localidades mais distantes.

**PET-9** - A Educação Profissional é, hoje, o maior evento educacional no mundo que ascende as classes sociais e as que estão à margem dos processos econômico e social. Não há processo sistêmico educacional comparável à Educação Profissional Brasileira na América Latina. Não há dúvida de que ela proporciona à classe trabalhadora autonomia e empoderamento e é um contraponto à política que se

baseia no Livre Mercado porque funciona como um freio ao desequilíbrio entre pobres e ricos no Brasil.

**PET-10** - A concepção de Educação Profissional na realidade não mudou. Se se estudar a legislação específica para esta modalidade de educação, percebe-se que ela continua com as mesmas concepções anteriores, para os indivíduos que estão em vulnerabilidade social, no entanto, na prática é diferente, ou seja, a clientela que procura este modelo é bastante diversificada. O que precisa são políticas públicas sérias que atendam de maneira concreta as instituições e que haja, principalmente, a formação continuada para os docentes e técnicos administrativos que atuem nestas instituições. Somente assim, poderemos ter a educação de qualidade almejada.

**PET-11** – Sim, historicamente esta modalidade de ensino foi criada para os mais pobres e marginalizados, mas devido à qualidade da educação no Campus Cuiabá, os mais favorecidos se apropriam desta modalidade para garantir acesso aos cursos “nobres” da universidade e o ENEM procura corrigir essa tendência, mas acabamos recebendo os menos favorecidos com as notas mais baixas do ENEM para os cursos superiores, isto é muito evidente nos cursos de engenharia que são novos e ainda sem tradição na instituição

**Tabela 31 - Necessidade de compreender o processo de expansão, tendência e perspectivas da Educação Profissional**

| <b>Necessidades</b>            | <b>Resposta</b> |
|--------------------------------|-----------------|
| Garantir acesso                | 4               |
| Educação profissional e humana | 2               |
| Construção de ações            | 2               |
| Propor discussões frente à PNE | 1               |
| Evolução                       | 1               |
| Formação continuada            | 1               |
| Autonomia                      | 1               |
| Educação, Ciência e Tecnologia | 1               |

Fonte: Construção do autor.

Diante do papel histórico do IFMT – Campus Cuiabá, a principal necessidade da instituição no momento, conforme respostas dos técnicos e professores, é a garantia do acesso à educação, é preciso criar uma forma de seleção que possa incluir os mais pobres e, assim, propor mudanças na qualidade de vida da população de quem mais necessita. E ainda propor ações para manter os estudantes em sala, diminuindo assim a evasão.

Em seguida temos a educação profissional e humana, de forma a aliar a formação técnica à formação de cidadãos críticos. Na construção dessas ações, é imprescindível ter atitudes concretas para resolver as necessidades da sociedade, do mercado e dos estudantes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a alternância de grupos políticos no poder, as críticas às problemáticas repercussões da reforma da educação profissional, da qual o decreto nº 2.208/97 emitido pelo governo Fernando Henrique Cardoso é parte, ganharam força política. Assim é que, em 2004, o Governo Lula sanciona o decreto nº 5.154, o qual revogou o anterior. Entretanto, apesar das alterações pontuais promovidas, o “novo” decreto não modificou substantivamente o desenho operacional da educação profissional impresso pelo decreto anterior, muito embora agregou às modalidades de articulação anteriormente previstas (concomitante e sequencialmente) outra possibilidade de articulação entre o ensino médio e a educação profissional, que passou a ser chamada de “ensino médio integrado”.

É importante também levar em consideração que provavelmente seja por isso que a reforma da educação profissional causou muito comprometimento, mobilizações, debates, reflexões, discussões, conciliações, separações, estratégia individual e também de grupos. Essa reforma remexeu na hierarquia, na questão do tempo e espaço, questionou e desarticulou todos os campos de poder, procurando tocar naquilo que realmente era de interesse dos trabalhadores das instituições de ensino. Um grande questionamento da época é se haveria o mesmo nível de comprometimento e divergências se as mudanças contidas no Decreto nº 2.208/97 tratassem apenas de algumas mudanças nos conteúdos, nas metodologias e na avaliação.

Considerando a formação profissional a partir daquilo que é interessante ao sistema produtivo e não daquilo que é necessário à sociedade e ao aumento da percepção do trabalhador sobre sua atividade de trabalho, a reforma da educação profissional não teve o comprometimento com a preparação para o futuro e se ajustou apenas ao presente, procurando reforçar as atuais relações sociais de domínio e de exploração da mão de obra do técnico e de outros trabalhadores.

A reforma da educação profissional, nos moldes apresentados pelos documentos que foram analisados, apresentou uma finalidade criada para atender às demandas específicas das empresas, com a convicção de a atual configuração oferecer condições essenciais para a constituição dos indivíduos e para a diminuição das desigualdades.

Dessa maneira, podemos afirmar que, a educação profissional visava apenas desenvolver a habilidade do “fazer”, embora não encontremos nada que afirme e nenhuma garantia de uma base teórica e metodológica do “saber fazer”. A sua concepção é de desvalorizar a teoria e ressaltar a importância apenas da prática.

A reforma da educação profissional parte de uma visão individualista, a qual diminui o grupo dos trabalhadores e, em compensação, fortalece o poder da barganha dos empresários no que se refere à negociação salarial e à ascensão dos técnicos de nível médio, desconsiderando a obrigação de uma educação profissional que seja estabelecida, primordialmente, por fins sociais e não por interesses de cada indivíduo ou de mercado.

Em se tratando da reforma da educação, vale ressaltar a intenção implícita em dificultar e desestimular a entrada de alunos egressos dos cursos profissionais de nível médio nos cursos superiores. Utilizaram-se da criação dos cursos modulares como forma de valorizar o ensino médio, propondo uma educação continuada para esses profissionais de nível médio (técnicos), que seria oportunizada, principalmente através de outros módulos de diferentes cursos profissionais de nível médio.

Infelizmente, não temos no IFMT - Campus Cuiabá um acompanhamento mais detalhado do ingresso dos nossos alunos no mercado de trabalho e podemos observar que, conforme pesquisa feita com professores e técnico-administrativos, levando-se em consideração a resposta dos sujeitos:

Basicamente a redução da carga horária total pela retirada das horas relativas ao ensino médio. E a partir de 1999 por meio da Resolução CNE/CES 04/1999 aprova diretrizes curriculares definindo novas cargas horárias inclusive para o curso de eletrotécnica e definindo que os cursos da educação profissional deveriam ser estruturados por competências. A partir desta definição o curso de eletrotécnica teve sua estrutura realmente alterada, buscando atender a resolução. A estrutura curricular sai de ementa e disciplinas e passa para competências e habilidades. (PET-3)

A maior dificuldade está na formação dos professores. Nós não fomos preparados para atuar de modo articulado e sem pré-requisitos. Modularização exige interdisciplinaridade verdadeira, o que está longe da nossa prática. A estrutura organizacional da escola também deve ser melhorada para ser mais flexível. Contudo, o problema central é a nossa formação conteudista (PET-5).

A modularização é como se fosse artigos que se complementam para formar o todo, típica proposta neoliberal. Ao permitir saídas e retornos, a proposta de modularização apregoava a flexibilização que a prática desmentiu. A flexibilização só ocorre quando a formação básica se integra com a formação técnica. Em resumo, a modularização desertificou o cenário do ensino técnico, ao extremo de as escolas técnicas federais oferecerem Ensino Médio desvinculado do ensino técnico (PET-9).

Com isso, podemos ter a confirmação de que a modulação, que foi sugerida como procedimento de organização do ensino, acabou por fragmentar o processo formativo, visto que os módulos foram considerados isolados e deveriam ser mobilizados de acordo com as necessidades do imediato e, portanto, não ofereciam maiores possibilidades para assegurar a sequenciação lógica da formação e uma compreensão global dos processos produtivos, que foram alguns dos insucessos da modularização e da flexibilização do currículo. Ao terminar

um módulo, ao aluno era permitido que retornasse à Instituição para fazer outros módulos – era o que a modularização apregoava: uma maior flexibilidade do currículo, que na prática não ocorreu – o aluno terminava o módulo e não retornava para fazer novos módulos, com isso, houve um esvaziamento nos cursos técnicos, como retrata o PET-9 “a modularização desertificou o cenário do ensino técnico, ao extremo de nossa Instituição oferecer ensino médio desvinculado do ensino técnico”, visto que a reforma da época assim o permitia.

Diante desse quadro, com a revogação do Decreto nº 2.208/97, a transitoriedade do Decreto nº 5.154/2004 e a promulgação da Lei 11.892/2008 que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais, a modularização do currículo foi extinta e hoje podemos trabalhar com a formação básica integrada com a formação técnica, na oferta de cursos técnicos pós-médio (subsequente) e nível médio (integrado) e, em nosso estudo de caso, analisamos o efeito da reforma da educação profissional no curso técnico de eletrotécnica.

O ensino médio integrado é o que mais contribuiu para o desenvolvimento de competências e habilidades, porque proporcionou menos evasão. Quando analisamos o perfil do subsequente e do integrado, na tabela 7, no caso do curso integrado, a evasão é de apenas 17,1% e, sobretudo fortalece a inserção no mercado de trabalho como também na verticalização (cursos superiores), sendo que o subsequente tem fácil acesso, porém, o mesmo pode ocorrer com a sua permanência, haja vista que decorre muito tempo, são dois anos para a sua certificação, isso tem aumentado as chances do surgimento do desestímulo e, conseqüentemente, a evasão.

Como o curso subsequente é para alunos que já têm o ensino médio, é mais fácil frequentarem um curso de tecnologia do que um de técnico, na maioria das vezes, o aluno frequenta o curso técnico até conseguir entrar num curso de tecnologia, o que resulta na alta taxa de evasão, conforme podemos observar quando analisamos o perfil do subsequente e do integrado na tabela 6, no caso do curso subsequente temos uma evasão altíssima de 43,6%, conforme retrata o que mencionamos acima.

Uma última consideração que podemos fazer é que, apesar de identificarmos as limitações que a reforma da educação profissional deposita ao desenvolvimento de amplas capacidades de trabalho, bem como à compreensão global e crítica sobre o fenômeno social do trabalho, e ainda cerceia a transformação social, devemos considerar que há uma grande distância entre uma política formulada e a sua execução, espaço em que podem e devem agir os sujeitos comprometidos com a construção do futuro envolvidos na educação profissional de modo a lhe dar contornos efetivamente sociais.

Quanto ao nível de atuação do eletrotécnico no mercado de trabalho, a figura 9 mostra que a distribuição das respostas entre aqueles que trabalham fora da área ou estão parcial ou totalmente na área, foi uniforme. A maioria pertence ao grupo dos que trabalham e estudam e aqueles cuja atuação está fora da área de eletrotécnica contemplaram 38,5% do total. Outro dado importante é que (66,6%) declararam que atuam parcial ou totalmente na área. Assim, podemos dizer que o curso técnico em eletrotécnica foi útil ou pode ter colaborado de alguma forma para a inserção desses ex-alunos no mercado de trabalho. Isso mostra que o curso de eletrotécnica do IFMT – Campus Cuiabá é um dos cursos com a maior empregabilidade e a formação da educação profissional por competência permite que o aluno, sem ter concluído o curso, tenha formações intermediárias, o que abre portas para trabalhar como profissional autônomo ou liberal.

Com toda a certeza, a maioria dos nossos alunos vai ao mercado de trabalho para melhorar a sua renda e permitir, quando desejada, a verticalização, conforme mostra a tabela 16, da pesquisa feita com os alunos egressos do curso de eletrotécnica, na qual os concluintes que afirmaram que estão apenas estudando representam 25,0% do total dos entrevistados, destes, todos estão fazendo curso de bacharelado, enquanto os que trabalham e estudam têm a sua maioria fazendo bacharelado, com 43,8%, totalizando 68,8% fazem bacharelado, isso mostra a importância da Lei 11.892/2008 que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, que transformou as ETF's e CEFET's em Institutos Federais, propiciando a oferta de educação profissional e tecnológica em todos os níveis e modalidades e promoveu a integração e a verticalização da educação profissional, desde a educação básica até a educação superior.

Vale ressaltar que essa Lei de criação dos Institutos veio corrigir em grande parte os erros cometidos pelos decretos anteriores e propiciar novos horizontes para a educação profissional no Brasil. Hoje, os Institutos Federais não são meramente um novo modelo institucional, podemos até mesmo afirmar que são atualmente o maior modelo da política pública de educação profissional no Brasil. Estão acontecendo mudanças muito significativas na existência e na história das instituições que aderiram à proposta governo federal, por isso, todas essas transformações necessitam de um acompanhamento bem próximo.

É importante registrar a necessidade de acompanhar a expansão, observando a implantação de novos cursos, ampliação de quadro de docentes e técnicos, infraestrutura física e equipamentos etc. Em última verificação, é importante analisarmos se as propostas de implementação estão sendo realizadas, como forma de avaliar e se, efetivamente, a atual

política tem possibilidades de contribuir com a expansão, qualidade e referência da educação profissional brasileira.

Para refletirmos, o não enfrentamento e a não modificação das práticas organizacionais presentes hoje nos Institutos Federais vão continuar a favorecer e a perpetuar mecanismos de cooperação orgânica dos professores, tal como vimos na ETFMT, CEFET-MT e hoje no IFMT? Como resistir a um decreto governamental autoritário como o de nº 2.208/97 se a lógica relacional que predomina na escola é a do individualismo? Como produzir alternativas políticas de forma coletiva e participativa se o que é hegemônico nos institutos é o distanciamento entre os seus agentes? Até quando vamos deixar de pensar a nossa escola para além da sala de aula? Até quando professores vão ser vistos apenas como seres epistêmicos e não como sujeitos socioculturais e políticos? São questionamentos que precisam ser enfrentados pelos Institutos Federais para que eles não continuem sendo tão vulneráveis a projetos governamentais autoritários e distantes da sua realidade concreta.

## REFERÊNCIAS

- BALL, S.; BOWE, R. **Subject departments and the ‘implementation’ of National Curriculum policy: an overview of the issues.** Journal of Curriculum Studies, [S. l.], v. 24, n. 2, p. 97-115, 1992.
- BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação Qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos.** Porto, Portugal: Porto Ed., Coleção Ciências da Educação, 1994.
- BONOMA, Thomas V. - **Case Research in Marketing: Opportunities, Problems, and Process.** Journal of Marketing Research, Vol XXII, May 1985.
- BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação** (Lei 9.394/96). 5 ed. Rio de Janeiro: Editora DpeA, 2002.
- BRASIL, MEC. **Referências curriculares nacional da Educação profissional de nível técnico.** Brasília: 2005
- CANALI, H.B. 2009. **A trajetória da educação profissional no Brasil e os desafios da construção de um ensino médio integrado à educação profissional.** In: V Simpósio Sobre Trabalho e Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Anais. 2009. Disponível em: <http://www.portal.fae.ufmg.br/imposionete/sites/default/files/CANALIHeloisa.pdf> Acesso em: 15 de fev. 2016.
- COSTA, H.; CONCEIÇÃO, M. (Org.). **Educação integral e sistema de reconhecimento e certificação educacional e profissional.** São Paulo: CUT, 2005.
- Decreto nº. 2208**, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Educação profissional: legislação básica. 2 ed. Brasília: PROEP.1998.
- Decreto nº. 5.154**, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do artigo 36 e os arts. 39 a 41 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 jul. 2004.
- EASTONE, D. **A Framework for Political Analysis.** Englewood Cliffs: Prentice Hall. 1965.
- FERREIRA, E; GARCIA, S. **O ensino médio integrado à educação profissional: um projeto em construção nos estados do Espírito Santo e do Paraná.** In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Org.). Ensino médio integrado: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005. p. 148-174.
- FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.
- GOODE, W. J. & HATT, P. K. - **Métodos em Pesquisa Social.** 3 ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1969.
- HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna.** São Paulo: Edições Loyola, 1993.
- IBGE - **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística sobre a Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílio (Pnad - Continua),** disponível em:

<<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=3128>>  
Acesso em: 23 de mar. 2016.

KUENZER, A. Z. **Ensino médio e profissional: as políticas do Estado neoliberal.** São Paulo: Cortez, 1997. 104p.

KUENZER, Acácia **Competência como práxis: os dilemas da relação entre teoria e prática na educação dos trabalhadores.** Boletim Técnico do SENAC, Rio de Janeiro, v. 29, n.1, p. 17-27, jan./abr. 2003.

KUENZER, Acácia. **A formação dos educadores no contexto de mudanças no mundo do trabalho: novos desafios para as faculdades de educação.** In: Educação e Sociedade, V. 19, N. 63, Campinas, 1998.

LASWELL Laswell, H.D. **Politics: Who Gets What, When, How.** Cleveland, Meridian Books. 1936/1958.

LINDBLOM, Charles E. “Still Muddling, Not Yet Through”, **Public Administration Review** 39: 517-526. 1979.

LOBO NETO. F. J. S.(2009); “**A questão da tecnologia na relação trabalho-educação: das concepções aos argumentos e às formulações legais**”, Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, V. 7, suplemento, 83-103 p.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo, EPU, 1986.

MAINARDES, J. **Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais.** Educação e Sociedade, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006.

MINAYO, M. C. S. **Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social.** In: (Org.) Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 9-29.

Richardson, R. J. (1999). **Pesquisa social: métodos e técnicas.** 3 ed. São Paulo: Atlas.

RODRIGUES, J. **Quarenta anos adiante: breves anotações a respeito do novo decreto de Educação Profissional.** Trabalho Necessário, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, 2005. Disponível em: <<http://www.uff.br/trabalhonecessario>>. Acesso em: 10 de out. 2015.

SARAIVA, Enrique. Introdução à Teoria da Política Pública. In: SARAIVA, Enrique & FERRAREZI, E.(Orgs) **Políticas Públicas.** Brasília, ENAP, 2006. 2v.

SILVA, Sandra Regina Paz da & OLIVEIRA, Ramon de. **Educação tecnológica e profissional como programa/política de Estado: análise da política nacional de qualificação profissional do Brasil.** In: Oliveira, Ramon de. (Org.). Jovens, Ensino Médio e Educação Profissional: políticas públicas em debate. Campinas, SP: Papirus, 2010.

SIMON, Herbert. **Comportamento Administrativo.** Rio de Janeiro: USAID. 1957.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: Uma revisão da Literatura**, Artigo publicado em: Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, p. 20-45. jul/dez 2006.

SUÁREZ, Daniel H. **A Documentação Narrativas de Experiências Pedagógicas como Estratégia de Pesquisa-ação-formação de docentes**. Tradução d'Passeggi, Luiz Natal, RN: EDUFRN; São Paulo, Paulus, 2008.

TEODORO, António. **Globalização e educação: políticas educacionais e novos modos de governança**. São Paulo: Cortez e Instituto Paulo Freire, 2003.

TORRES, Vicência Barbosa de Andrade. **Dissertação de Mestrado**, UFPE (2006).

TRIVIÑOS, Augusto N. S.. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

YIN, Robert K. **Case Study Research - Design and Methods**. Sage Publications Inc., USA, 1989.

## APÊNDICE

### Caracterização dos docentes na definição dos sujeitos

| <b>1ª Parte - Dados Pessoais</b>                 |                                         |
|--------------------------------------------------|-----------------------------------------|
| 1. Sexo                                          | 1. Masculino: 06<br>2. Feminino: 05     |
| 2. Faixa Etária                                  | Até 45 anos: 01<br>Acima de 45 anos: 10 |
| 3. Estado Civil                                  | Solteiro: 03<br>Casado: 08              |
| 4. Tempo de Serviço                              | Até 20 anos: 02<br>Acima de 20 anos: 09 |
| <b>2ª Parte – Dados de Formação Profissional</b> |                                         |
| 1. Especialista                                  | 00                                      |
| 2. Mestre                                        | 03                                      |
| 3. Doutor                                        | 08                                      |
| 4. Ministram aulas nos cursos subsequentes       | 09                                      |
| 5. Ministram aulas nos cursos integrados         | 09                                      |

Os professores e técnicos administrativos (sujeitos) entrevistados foram denominados como Profissionais da Educação Técnica e Tecnológica (PET), tendo em vista que todos participaram efetivamente da implantação da reforma na instituição. Para isso, serão identificados como PET-1, PET-2, PET-3, PET-4, PET-5, PET-6, PET-7, PET-8, PET-9, PET-10 e PET-11, de forma a preservar suas identidades.

Ao tratarem da questão ética na pesquisa qualitativa, Bogdan e Biklen (1984, p. 77) explicam alguns princípios gerais que orientam a investigação. Dentre eles, destaca-se o primeiro, que se refere à identidade dos sujeitos:

As identidades dos sujeitos devem ser protegidas, para que a informação que o investigado recolhe não possa causar-lhes qualquer tipo de transtorno ou prejuízo. O anonimato deve contemplar não só o material escrito, mas também os relatos verbais da informação recolhida durante as observações. O investigador não deve revelar a terceiros, informações sobre os sujeitos e deve ter particular cuidado para que a informação que partilha no local da investigação não venha a ser utilizada de forma política e pessoal.

Nessa lógica, buscando resguardar a identidade de todos os sujeitos, eles foram devidamente identificados por códigos e os nomes citados nos relatos são todos fictícios.

As narrativas escritas e orais são definidas por Suárez (2008 P. 103) da seguinte maneira:

Os textos e narrações produzidos visam a desenvolver e por a prova novas formas de nomear e considerar, em termos pedagógicos, o que acontece nos mundos escolares e o que acontece aos atores educativos quando os fazem e nele transitam. O objetivo de contribuir para a formação democrática da escola, do *saber pedagógico* e das práticas docentes fundamenta-se, justamente, no projeto de elaborar uma linguagem para a pedagogia e novas interpretações críticas sobre a escola, seus atores e suas relações pedagógicas. Para fazer isso, leva-se em conta e procura-se recriar o saber e as palavras que utilizam os educadores para dar sentido as suas práticas de ensino.

Os dados dos entrevistados contêm as informações pessoais de identificação do sujeito, sendo que algumas perguntas não foram respondidas.

Na medida em que analisamos a inserção dos alunos egressos do curso de eletrotécnica no mundo do trabalho, podemos identificar a pesquisa como tendo uma abordagem quantitativa, pois segundo Richardson (1999), ela é definida como sendo aquela que se caracteriza pela quantificação, tanto na coleta dos dados, quanto no tratamento deles por meios de técnicas estatísticas, simples ou complexas. Para isso, foi utilizado o questionário como instrumento exploratório sendo aplicado a todos os alunos egressos dos cursos de eletrotécnica integrado e subsequente nos períodos de 2010, 2011 e 2012, como amostragem daqueles alunos que haviam concluído os cursos pós-reforma da educação profissional. Esses questionários foram enviados e respondidos através de mídia eletrônica (e-mail, watsapp e redes sociais), através de cadastro de egressos existente na Diretoria de Relações Empresariais e Comunitárias (DREC) responsável pelo acompanhamento e supervisão dos alunos para estágio supervisionado e encaminhamento de egressos para o mundo do trabalho, através de parcerias e cooperações técnicas.